

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Juliana Alves Barbosa

**O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NO
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
reflexões sobre o pensar e o agir dos trabalhadores
sociais**

**Taubaté – SP
2013**

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Juliana Alves Barbosa

**O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NO
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL: reflexões sobre o pensar e o agir dos
trabalhadores sociais**

Dissertação apresentada à Banca de Defesa como requisito para obtenção do Título de Mestre pelo Curso de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais do Programa de Pós-graduação da Universidade de Taubaté,
Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e formação
Orientadora: Prof.^a Dra. Elisa Maria Andrade Brisola.

**Taubaté – SP
2013**

**Ficha Catalográfica elaborada pelo
SIBi – Sistema integrado de Bibliotecas – UNITAU**

B238t Barbosa, Juliana Alves

O trabalho socioeducativo no Sistema Único de
Assistência Social: reflexões sobre o pensar e o agir
dos trabalhadores sociais./Juliana Alves Barbosa. - 2013.
176f. :il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté,
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2013.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Elisa Maria Andrade Brisola,
Departamento de Serviço Social.

1. Política Nacional de Assistência Social. 2. Trabalho
socioeducativo. 3. Trabalhador social. I. Título.

JULIANA ALVES BARBOSA

**O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL: reflexões sobre o pensar e o agir dos trabalhadores sociais**

Dissertação apresentada à Banca de Defesa como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre pelo Curso de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais do Programa de Pós-graduação da Universidade de Taubaté.
Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Políticas sociais e Formação

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Elisa Maria Andrade Brisola – Universidade de Taubaté
Assinatura _____

Prof.^a Dra. Mabel Mascarenhas Torres – Universidade Estadual de Londrina – UEL/PR
Assinatura _____

Prof.^a Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP/Franca
Assinatura _____

Prof.^a Dr. André Luiz da Silva – Universidade de Taubaté
Assinatura _____

Prof. Dra. Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão – Universidade de Taubaté
Assinatura _____

Dedico esta obra a todos os trabalhadores sociais que buscam uma nova realidade, frente aos limites estruturais e aos complexos caminhos da política social, por meio do aprimoramento intelectual e do compromisso ético-político.

Aos meus pais, Geraldo e Maria e ao meu amado marido, pelo incondicional amor, carinho, apoio, dedicação e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois como está escrito “*o que Deus preparou para os que o amam é algo que os olhos jamais viram, nem os ouvidos ouviram, nem coração algum jamais pressentiu*” (1 Coríntios 2, 9).

Pois, esta Dissertação de Mestrado é resultado de muito esforço intelectual e humano, porém de muita sabedoria e de contribuições de diversas pessoas, que Deus contemplou no meu caminho.

À minha família, que tanto me apoiou e incentivou nos momentos mais delicados.

À meu querido marido, José Luiz de Souza Junior, que das mais diferentes maneiras procurou me amparar nesta caminhada.

À Professora Dra. Elisa Maria Andrade Brisola, pela orientação e dedicação.

A todos os professores do Programa de Mestrado Acadêmico e Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano, pela dedicação e habilidade no ser docente.

A todos os professores que compuseram a Banca de Qualificação e Defesa, que prontamente aceitaram nosso convite.

Aos sujeitos de pesquisa, assistentes sociais e psicólogos que se disponibilizaram a participar desta pesquisa e construir coletivamente com este trabalho, permitindo-me enxergar tantas situações que me fazem admirar ainda mais nossa atuação.

Aos amigos do mestrado, do trabalho e de meu convívio diário, pelos estímulos recebidos.

Aos autores citados na elaboração desta Dissertação, que respaldaram a construção teórica e uma análise mais elaborada das narrativas dos sujeitos.

Por fim, registro agradecimentos a todos que direta ou indiretamente contribuíram para conclusão deste trabalho.

É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática.
(PAULO FREIRE).

RESUMO

As inovações trazidas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) apontam para o trabalho socioeducativo como referencial teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político para as intervenções dos trabalhadores sociais. Nesse sentido, a pesquisa objetivou compreender a percepção dos trabalhadores sociais (assistentes sociais e psicólogos) acerca do trabalho socioeducativo realizado com as famílias nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Pindamonhangaba/SP, região metropolitana do vale do Paraíba Paulista. O pressuposto teórico fundamenta-se numa concepção sócio-histórica sobre a política de assistência, e os trabalhadores sociais, bem como a dimensão socioeducativa, esta última baseada na educação popular, a qual desvenda um princípio educativo que essencialmente materializa um conteúdo político-pedagógico, articulado a determinado modo de produção e reprodução das relações sociais. A abordagem é qualitativa, para coletas de dados utilizou-se a metodologia da História Oral e a técnica de depoimentos orais a partir de eixos norteadores, os quais respondem aos objetivos específicos propostos na pesquisa. A pesquisa se desenvolveu com seis profissionais que atuam no CRAS de distintos territórios do município. As análises mostram a importância da temática pesquisada já que o trabalho socioeducativo é visto pelos trabalhadores sociais como peça fundamental na execução de suas atividades nos CRAS; relatam também que o trabalho socioeducativo alcança, mesmo que minimamente, autonomia/emancipação política dos usuários da Política de Assistência Social, embora ratifiquem que não é somente por meio do trabalho socioeducativo que estas categorias se efetivarão. As temáticas dos encontros, segundo os profissionais são planejadas pelos próprios a partir do cotidiano dos participantes a fim de proporcionar a identificação e pertencimento com o grupo, favorecendo a participação. De outro lado, embora os profissionais concebam o significado e importância de uma prática voltada para “pedagogia emancipatória”, ainda apresentam dificuldades em construir estratégias que contribuam com o rompimento da alienação dos sujeitos com vistas à sua organização e participação. Por fim, o trabalho no CRAS e nos grupos socioeducativos é percebido pelos profissionais como um trabalho interdisciplinar, pois este trabalho concebe o indivíduo/família em uma perspectiva de totalidade.

Palavras-chave: Política Nacional de Assistência Social. Trabalho Socioeducativo. Trabalhador Social

ABSTRACT

The innovations brought by Social assistance Unique Sytem (SUAS) point to the social education work as theoretical methodological referencial, technical operation and politics etchic for the interventions of social workers. In that sense, the research aimed to comprehend the social workers? perception (social assistants and psychologists) about. The social education work accomplished with the families in Social assistance refencial Centres (CRAS) in Pindamonhangaba district/SP, metropolitan region of Paraíba Paulista Valley. The theoric presupposed is based on a social historical conception about the popular and assistance politics, whicht clears up a educative. Beginning that materialize a pedagogical politics content essentially, articulated to certain way of production and reproduction of social relations. The approach is qualitative, for the data colletcs was used the Oral History methodology and the technic of oral depositions from guided axis, whitch respond to the specific aims proposed in the research. The research was developed with six professionals who act in CRAS from the district's different territories. The analisis education work is seen. By social wokers as fundamental tool in the fulfilling of their activities in CRAS; also relate that the social educational work reaches, even very little politics autonomy/emancipation of Social Assistance Politics' users, although ratify the at is not only through the social educational work that these categories will be executed. The tematics of the meetings, according to the professionals are planned by themselves from the participant's day-to-day, in order to provide identification and belonging to the group, supporting the participation. Otherwise although the professionals conceive the mianing and importance of a practice turned to "emancipating pedagogy", the still show difficulties to buied strategies that contribute for disruption of the fellows? Alienations with sights for their organization and participation. At last, the work in CRAS and in the social education groups is realized by the professionals s an interdisciplinary work, for this work conceives the fellw/family in totality perceive.

Keywords: Social Assistance National Politics. Social Educational Work. Social Worker.

LISTA DE SIGLAS

CAPES	- Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior
CFESS	-Conselho Federal de Serviço Social
CFP	-Conselho Federal de Psicologia
CRAS	-Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	-Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRP	-Conselho Regional de Psicologia
DPS	-Departamento de Promoção Social
DPSC	-Departamento de Promoção de Saúde e Cidadania
IDH	-Índice de desenvolvimento Humano
IPEA	-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas
IPRS	-Índice Paulista de Responsabilidade Social
LOAS	-Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome
NOB	-Norma Operacional Básica
PAIF	-Programa de Atenção Integral a Família
PNAS	-Política Nacional de Assistência Social
PNDU	-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEADE	-Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SUAS	-Sistema Único da Assistência Social

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1	Distribuição dos CRAS nas regiões	22
Quadro 2	Composição da Eq. de Referência dos CRAS de Pindamonhangaba	23
Quadro 3	Composição da Eq. Referência dos CRAS conforme PNAS	23
Quadro 4	Identificação perfil dos profissionais	77
Quadro 5	Caracterização do Programa Bolsa Família	106
Quadro 6	Caracterização do Programa Renda Cidadã	106
Quadro 7	Caracterização do Programa Ação Jovem	106
Quadro 8	Caracterização do Programa Renda Mínima	107

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Problematização	18
1.2	Objetivos	19
1.2.1	Objetivo Geral	19
1.2.2	Objetivos Específicos	19
1.3	Delimitação do Estudo	20
1.4	Relevância do Estudo	25
1.5	Organização do Trabalho	27
2	REVISÃO DA LITERATURA	28
2.1	Periódicos Eletrônicos do Serviço Social no Brasil	30
2.2	Referencial Teórico	33
2.2.1	Teoria Social Crítica	34
2.3	Pobreza e Cidadania	36
2.4	A Política de Assistência Social e o SUAS	43
2.5	O Trabalho Socioeducativo	53
2.5.1	O Trabalhador Social	60
2.5.2	Esclarecendo conceitos: Interdisciplinaridade e Multidisciplinaridade	66
3	MÉTODO	70
3.1	Tipo de Pesquisa	70
3.2	População e Local	72
3.3	Coletas de Dados	74
3.4	Análises de Dados	75
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	77
4.1	Identificação dos sujeitos	77
4.2	O significado do trabalho socioeducativo na Política de Assistência Social para os profissionais dos CRAS	78
4.2.1	O significado do trabalho socioeducativo para os Psicólogos	79
4.2.2	O significado do trabalho socioeducativo para os Assistentes Sociais	93
4.3	Como se efetiva o trabalho socioeducativo no CRAS	104
4.4	Perspectiva emancipatória do trabalho	115
4.5	O trabalho Interdisciplinar	126

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
	REFERÊNCIAS	137
	APENDICE I Roteiro das entrevistas	152
	APENDICE II Instrumento de coleta de dados- Perfil dos sujeitos	153
	APENDICE III Planejamento de Atividades dos grupos socioeducativos	154
	ANEXO I Declaração de aprovação do CEP/UNITAU	173
	ANEXO II Ofício à Instituição	174
	ANEXO III Termo de Autorização da Instituição	175
	ANEXO IV Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	176

1 INTRODUÇÃO

Este estudo reflete sobre o trabalho social realizado no âmbito da política de Assistência Social pelos trabalhadores sociais (assistentes sociais e psicólogos) no município de Pindamonhangaba/SP, região metropolitana do vale do Paraíba paulista.

Tal motivação deveu-se ao fato de que na sociedade brasileira contemporânea a questão social¹ é agravada desde os anos de 1970, uma vez que as necessidades da população aumentam na proporção em que aumentam o desemprego, a violência, a pobreza, entre outros resultados da desigualdade social e da crise de acumulação do capital², as quais produzem mudanças significativas na sociedade, assim como também no Estado.

Ao mesmo tempo e contraditoriamente, no Brasil, após um longo processo de luta política³ pela democratização da participação e universalização das políticas sociais, dentre elas a assistência social, esta é aprovada como política pública na Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993. No ano de 2004, aprovou-se a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e, em 2005, a Norma operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS), fatos que alterariam os rumos da Assistência Social no país, impondo a necessidade de mudanças tanto na gestão da política como nas práticas profissionais dos trabalhadores sociais. Inicia-se a construção “de um novo tempo”, ou seja, a Assistência Social, “como política social pública,

¹ A questão social é entendida aqui como “indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas. Ela é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e não um fenômeno recente, típico do trânsito do padrão de acumulação no esgotamento dos 30 anos gloriosos da expansão capitalista” (IAMAMOTO, 2004, p. 11); período após segunda Guerra Mundial, quando se adentrou na fase madura do capitalismo, “esta foi marcada em seus 30 anos por uma forte expansão, com taxas de lucros altas e ganhos de produtividade para empresas, políticas sociais para trabalhadores [...] esse período dos anos 1960” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.82). Complementando a conceituação supracitada, a chamada questão social “pode ser analisada como sendo o conflito social que expressa a organização da sociedade de classes, onde o trabalho assalariado é subordinado ao capital, enfrentando as crises cíclicas da economia em que ocorrem desemprego e redução de salários, afetando de forma negativa as condições de vida dos trabalhadores. A insegurança e o risco são inerentes à questão social. O conflito social se traduz em conflito político expresso na atuação do Estado em cada momento histórico” (COSTA, L. 2007, p.35).

² A crise de acumulação do capital é explicada por muitos autores, entre eles, Ernest Mandel (1990), segundo o qual as crises do capital são inerentes à sua própria lógica e possuem um caráter cíclico. As crises do capital “expressam um desequilíbrio entre a produção e o consumo, comprometendo a realização do capital, ou seja, sua transformação da mais-valia em lucro. [...] As expressões mais emblemáticas das crises são as reduções das operações comerciais, acúmulo de mercadorias estocadas, falências, queda de preços e salários, crescimento desmesurado do desemprego”, entre outras (MOTA, 2009, p. 53).

³ Desde 1993, com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

começa seu percurso para o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal” (YAZBEK, 2008, p.3).

No que tange aos trabalhadores sociais no SUAS, estes ganham importância, pois deles depende a implementação do Sistema na perspectiva do direito, uma vez que atuam diretamente com a população usuária dos serviços socioassistenciais. Evidentemente, não se excluem as responsabilidades dos gestores (em cada ente federativo), visto que o Sistema é público e estatal; logo, sua implementação deve contar com “vontade política”, bem como com recursos financeiros e orçamentários para sua execução (BRISOLA, 2010).

Assim, o trabalho social, sobretudo o chamado trabalho socioeducativo, destaca-se na medida em que se constitui tanto em um instrumento técnico-operativo, quanto em uma estratégia política de organização da população com vistas à efetivação de direitos.

O trabalho socioeducativo, na perspectiva aqui adotada, é entendido como o trabalho realizado junto a famílias, grupos e indivíduos em uma perspectiva pedagógica e política (ABREU, 2002) de forma que, a partir dele, os participantes dos chamados “grupos socioeducativos” possam alcançar autonomia, como um processo conquistado por indivíduos e grupos depois da tomada de consciência de si e de sua condição, de seu lugar na sociedade de classes. Segundo Freire (1996), a autonomia é aprendida e, para tanto, os indivíduos precisam saber qual a sua posição no mundo para poder construir formas de conquistar seu próprio espaço e caminho.

Em um horizonte mais longo, objetiva-se por meio do trabalho socioeducativo a emancipação política e humana⁴ dos usuários da política de assistência social. Obviamente a perspectiva adotada parte de um referencial crítico e, nesse sentido, reconhece as contradições que atravessam o processo de construção dessas práticas, visto que os trabalhadores sociais são assalariados e atuam no também contraditório Estado burguês (IAMAMOTO, 2009).

Assim, entender como o trabalho socioeducativo é realizado pelos trabalhadores sociais, sob qual compreensão teórico-metodológica, no âmbito do SUAS nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), é fundamental, na medida em que a PNAS objetiva “prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para as famílias, indivíduos e grupos que delas necessitarem”, de forma a assegurar que as ações tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária

⁴ Emancipação humana “[...], conforme a teoria marxista significa a superação de processos de alienação e de dominação-exploração a que estão submetidos os indivíduos na sociedade burguesa. Nessa perspectiva teórica, só se realizará plenamente com a liquidação do capitalismo. Contudo, a antecipação e projeção da realização da emancipação humana devem se constituir no norte a balizar as lutas sociais no presente” (VINAGRE, 2010, p. 111).

(PNAS, 2004, p.33)⁵, o que levaria à autonomia do indivíduo e da família conforme objetiva a Tipificação de Serviços Socioassistenciais – Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009).

A afirmação da Assistência Social como política pública, parte integrante do chamado tripé da Seguridade Social, junto com a Saúde e a Previdência Social, não significou a sua efetivação perene, sobretudo em razão do histórico desta política na sociedade brasileira, a qual se caracteriza “por sua pouca efetividade social e por sua subordinação a interesses econômicos dominantes, revelando a incapacidade de interferir no perfil de desigualdades e pobreza que caracteriza a sociedade brasileira” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2011, p. 32).

Na sua atuação, de acordo com Couto; Yazbek; Raichelis (2011, p. 34), a LOAS inovou ao

[...] apresentar novo desenho institucional para assistência social, ao afirmar seu caráter de direito não contributivo, (portanto, não vinculado a qualquer tipo de contribuição prévia), ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social, a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acessos a serviços sociais e com a participação da população. Inovou também ao propor o controle da sociedade na formulação, gestão e execução das políticas assistenciais e indicar caminhos alternativos para a instituição de outros parâmetros de negociação de interesses e direitos de seus usuários. Parâmetros que trazem a marca do debate ampliado e da deliberação pública, ou seja, da cidadania e da democracia.

Cabe lembrar que as políticas sociais em geral, e particularmente a assistência social, são determinadas pelas mudanças produzidas nas relações entre Estado e a sociedade, especialmente a partir dos anos de 1990, quando o país adota o receituário neoliberal (BERHING, 2006; BOSCHETTI, 2011; NETTO, 1993; MONTAÑO, 2002), com a redução dos gastos sociais e a minimização do Estado.

É importante destacar que o receituário neoliberal se inscreve no conjunto de medidas adotadas pelo capital no sentido do enfrentamento da crise de acumulação desde os anos 70 (BERHING, 2006; ANTUNES, 1999; MÉSZÁROS, 2002). Observa-se também que essa crise contemporânea do capital é uma das muitas crises que o capital enfrenta, dado seu caráter cíclico, o qual segundo Marx (1998) é inerente à produção capitalista. Ressalta-se ainda que, em sua tendência cíclica, “caracterizada por períodos de onda larga expansiva e

⁵ Embora a PNAS não se dirija diretamente ao trabalho socioeducativo (conceitos e diretrizes), traz em sua redação que a segurança de convívio ou vivência familiar deve ser ofertada por meio de “experiências socioeducativas, lúdicas, socioculturais, desenvolvidas em rede de núcleos socioeducativos e de convivência para os diversos ciclos de vida [...]” (2004, p. 40).

onda larga recessiva deflagrados em função da sua capacidade de manutenção/ampliação/recessão das taxas de lucro e acumulação” (MANDEL, 1990 apud SILVA, et al, 2010, p. 176), o capital se reordena periodicamente.

Assim, contemporaneamente a crise do capital impulsiona a “generalização das relações mercantis às mais recônditas esferas e dimensões da vida social [...] espria-se na conformação da sociabilidade e da cultura, reconfigura o Estado e a sociedade civil [...] e o resultado tem sido uma nítida regressão dos direitos sociais e políticas públicas” (IAMAMOTO, 2008, p. 28).

Segundo Chauí (1995 apud IAMAMOTO, 2008, p. 35), “a cultura neoliberal cai, como uma luva, em nossa tradição político-cultural⁶, fazendo emergir um de seus traços mais conservadores: o predomínio do interesse privado sobre todas as coisas em detrimento dos interesses públicos [...]”.

Apesar das contradições que atravessam as políticas sociais públicas, a assistência social busca efetivar seus princípios e diretrizes deliberando normativas na direção da implementação dos direitos. Conforme já se destacou, com a aprovação da PNAS em 2004 e o SUAS em 2005 vislumbra-se a oportunidade de efetivar a assistência social como política pública.

Nesse sentido, compreender o SUAS é fundamental, pois é a partir da sua concretude que a política de assistência social descaracterizar-se-á como política de favor. Contudo, cabe aqui ressaltar que embora o SUAS traga inúmeras inovações para a assistência social, como a territorialização, por exemplo, destaca-se neste estudo o Trabalho Socioeducativo desenvolvido nos CRAS, enquanto instrumento do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF)⁷ dentro da Proteção Social Básica, como forma de instrumentalizar as famílias com vistas à sua autonomia. O trabalho socioeducativo, de acordo com Torres (2009, p. 02):

[...] tem sido requisitado aos profissionais que atuam nas mais diversas áreas, quer seja na esfera pública, quer na esfera privada. Diante das exigências identificadas na sua execução, não deve ser analisado sem o reconhecimento do Serviço Social como profissão e sem analisar as condições para sua efetivação. Consultando a legislação social vigente no país, a Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8742, de 07/12/1993, o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, a Política Nacional de Assistência Social, e as demais, o trabalho sócio-educativo é enfocado como uma das possibilidades de acompanhamento do

⁶ “Na trajetória da construção dos direitos no Brasil, pesa a determinação de elementos fundamentais da formação histórica brasileira: a grande propriedade territorial, as relações de poder, apoiadas em relações de dependência pessoal, no compadrio e na ideologia de favor. Essa herança favorece o cultivo dos interesses privados, inclusive o uso privado de recursos públicos, impeditivos da constituição de uma cidadania sólida e universal. Essa cultura política não foi inteiramente superada, apesar das lutas por direitos” (IAMAMOTO, 2008, p. 35).

⁷ Será abordada a conceituação de PAIF na revisão de literatura.

desenvolvimento das famílias atendidas na rede socioassistencial. Os exemplos são diversos, destacando os programas de transferência de rendas (em todas as esferas), o acompanhamento aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, entre outros. O trabalho sócio-educativo está circunscrito como uma das prerrogativas do trabalho social operacionalizados nos Centros de Referência de Assistência Social (TORRES, 2009, p. 02).

Desta forma, nota-se que o trabalho socioeducativo está relacionado ao trabalho sociofamiliar, entendendo-o como:

Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência (CADERNO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O PAIF, 2012, p. 12).

Nesta direção, o Trabalho social com Famílias não mais deve ser compreendido como espaço de clientelismo, assistencialismo e/ou caridade, e sim como política pública e dever do Estado; na verdade, um trabalho desenvolvido por profissionais com formação superior fundamentada em conhecimentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e pressupostos éticos, dentre outros (CADERNO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O PAIF, 2012, p. 11).

A partir destas conceituações, o trabalho social com família nos contornos do PAIF adquire patamar científico, realizado por meio da “construção de conhecimentos e da compreensão da realidade e das relações sociais [...] é uma prática profissional apoiada em saber científico”, (CADERNO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O PAIF, 2012, p. 12), a qual para se efetivar depende de diversos elementos, destacando-se:

- a) a consciência crítica e espírito pesquisador por parte dos profissionais do CRAS;
- b) o conhecimento do território – suas potencialidades, recursos, vulnerabilidades, relações estabelecidas, de modo a realizar uma ação preventiva e proativa;
- c) *a adoção de abordagens e procedimentos metodológicos apropriados para o cumprimento dos objetivos do Serviço*, (grifo nosso);
- d) o desenvolvimento de uma prática interdisciplinar entre os profissionais que compõem a equipe de referência do CRAS: assistentes sociais e psicólogos.

Enfatiza-se o terceiro item (item c), pois seria nesta perspectiva que o trabalho socioeducativo se destacaria como instrumento/abordagem metodológica para o desenvolvimento do trabalho social com famílias e demais atividades proposta pela PNAS.

Percebe-se, então que, ao desenvolver atividades por meio da prestação de serviços socioassistenciais, ou planejando, conduzindo programas e projeto ligado às políticas públicas, aos profissionais é solicitado o domínio desse tipo de trabalho, como perspectiva metodológica (TORRES, 2009, p. 02).

Neste sentido, o trabalho socioeducativo torna-se uma possibilidade de intervenção ao assistente social, no escopo referencial teórico-metodológico⁸ adotado na profissão, no qual a matriz crítica é fundamento e direção. O Conselho Federal de Serviço Social (2007, p. 17) propõe:

- a leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida; - identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos(as) trabalhadores(as) em defesa de seus direitos; - formulação e construção coletiva, em conjunto com os(as) trabalhadores(as), de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação de direitos.

Todavia, não apenas o profissional do serviço social integra o SUAS; destaca-se também o psicólogo, que tem conquistado seu espaço utilizando o trabalho socioeducativo como forma de intervenção. Cabe ao psicólogo no SUAS (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2007, p. 35):

- realizar diagnóstico e avaliação de processos psicológicos de indivíduos, de grupos e de organizações;
- realizar diagnóstico psicossocial que viabiliza a construção de projetos de intervenção;
- coordenar e manejar processos grupais, considerando as diferenças individuais e sócio-culturais dos seus membros.

E mais, segundo o mesmo documento (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2007, p. 36):

Uma das possibilidades do trabalho realizado na comunidade com as famílias, grupos e indivíduos, pelos psicólogos, é a exploração e a compreensão dos significados presentes nas ações do sujeito, bem como dos grupos de sujeitos, buscando-se lhes apreender o sentido que leva a determinadas direções de

⁸ O Serviço Social desde os anos 80 adota a teoria social crítica como sua referência teórico-metodológica, consolidando, desde então, o projeto ético político da profissão, o qual expressa um conjunto de valores progressistas que orientam ao fazer profissional. Ver Netto (1999).

relacionamentos, conflitos e decisões com foco na construção de novas respostas (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2007, p. 36).

Observa-se, portanto, a necessidade de aprofundamento acerca desta prática no sentido de compreender como os profissionais (assistentes sociais e psicólogos) realizam e reconhecem este trabalho na perspectiva interdisciplinar, segundo as prerrogativas da PNAS.

Deste modo, reconhecer o trabalho socioeducativo e suas implicações para a concretude do SUAS significa também reconhecer os avanços e limites na luta social pelo efetivo e concreto acesso aos direitos previstos na LOAS e na PNAS. Nesta direção, busca-se nesse estudo compreender como os profissionais concebem o trabalho socioeducativo e como o realizam, bem como as contradições que perpassam tal prática.

Cabe esclarecer que esta dissertação se desenvolve no Mestrado de Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté, que tem como pressuposto teórico os estudos de Urie Brofenbrenner. Contudo, por coerência teórico-metodológica, não nos referenciamos a ela, visto que este estudo pauta-se na Teoria Social Crítica⁹, cujos pressupostos incompatibilizam-se com a Teoria Ecológica. No presente estudo, portanto, desenvolvimento humano é entendido como autonomia.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

A discussão sobre abordagem metodológica é fundamental para a efetivação do trabalho profissional, seja do assistente social ou psicólogo, particularmente no que se refere as propostas da PNAS/SUAS, sobretudo no trabalho social com famílias. Pode-se afirmar que o valor da abordagem metodológica caracteriza-se nos princípios, nas diretrizes e nas estratégias que garantem a direção política da ação, “pois as abordagens metodológicas são construtos pensados, partindo de intencionalidades, do conhecimento e da experiência.

⁹ “Destaca-se como método importante na compreensão da realidade social o método dialético, que, a partir de um processo crítico, visa captar o movimento histórico e suas inerentes contradições, desvelando a realidade pela constante interação entre o todo e as partes que o compõem. A dialética possibilita, por meio de uma atitude reflexiva, apreender a complexidade e a dinamicidade da realidade social na qual os profissionais do SUAS têm que atuar, exigindo destes uma postura reflexiva e crítica, bem como um processo de formação continuada” (CADERNO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O PAIF, 2012, p. 12).

Portanto a opção por uma abordagem metodológica influi diretamente no alcance dos objetivos da ação realizada” (CADERNO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O PAIF, 2012, p. 86).

Assim, ao partir do pressuposto de que o trabalho socioeducativo é uma referência metodológica para operacionalização da PNAS e que este é atualmente exercido por trabalhadores sociais de diferentes categorias, em que não há um pensamento homogêneo, mas que exige uma pensamento/tratamento interdisciplinar que leve o profissional a repensar sua prática, é que se traz para discussão a problemática: qual é a percepção e/ou compreensão dos trabalhadores sociais (assistentes sociais e psicólogos) sobre o trabalho socioeducativo como metodologia de intervenção junto às famílias nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender a percepção dos trabalhadores sociais (assistentes sociais e psicólogos) acerca do trabalho socioeducativo realizado com as famílias nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Pindamonhangaba/SP, região metropolitana do vale do Paraíba paulista.

1.2.2 Objetivos Específicos

- analisar o significado do trabalho socioeducativo no âmbito da Política de Assistência para os profissionais dos CRAS (assistentes sociais e psicólogos);
- conhecer como o trabalho socioeducativo se efetiva nos CRAS, a partir da referência à PNAS;

- identificar a avaliação dos trabalhadores sociais sobre as mudanças produzidas na vida dos participantes dos grupos socioeducativos;
- conhecer a concepção de interdisciplinaridade dos trabalhadores sociais que atuam no CRAS.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A questão social no capitalismo desde sempre atingiu a classe trabalhadora. Nessa perspectiva, as políticas sociais assumiram o papel de atenuar os desequilíbrios no usufruto da riqueza social entre as diferentes classes sociais, bem como os conflitos sociais decorrentes das precárias condições de vida em que se encontram submetidas as classes subalternas¹⁰ e/ou trabalhadora.

Neste contexto, encontra-se também a cidade de Pindamonhangaba, que desde a década de 1970 iniciou seu processo de urbanização e industrialização. Assim, diante das expressões sociais emergidas no município, principalmente neste período, fundou-se em 11 de outubro de 1986 o Departamento de Promoção Social (DPS), pelo então prefeito João Bosco Nogueira.

O Órgão era vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, que tinha como missão administrar os recursos sociais direcionando-os para prestação de serviços destinados às famílias carentes que estivessem dentro de critérios estabelecidos nos programas e projetos desenvolvidos pelo Departamento (PRADO, 2012).

Os atendimentos eram realizados num órgão central no centro da cidade e em um posto avançado no Distrito de Moreira César. A população era atendida por meio de um sistema de plantão social, no qual eram oferecidos auxílio indigente, óculos, passagens,

¹⁰ Segundo Yazbek (1993, p. 53), “a categoria subalterno, legado gramsciano, é utilizada para nomear as classes em que se inserem os usuários das políticas sociais [...]; a subalternidade diz respeito à ausência de poder de mando de poder de decisão, de poder de criação, faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política [...], predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política [...]. Historicamente, os subalternizados vêm construindo seus projetos com bases em interesses que não são seus, mas que são inculcados como seus. Experimentam a dominação e a aceitam, uma vez que as classes dominantes, para assegurar sua hegemonia ou dominação, criam formas de difundir e reproduzir seus interesses como aspirações legítimas de toda sociedade [...]; a subalternidade vem sendo projetada ao longo de nossa história, e a experiência política predominante na sociedade brasileira é a dominação, apesar dos “ricos momentos sociopolíticos de lutas entre dominados e dominantes”.

eventuais cestas básicas e os programas de transferência de renda municipal, estadual e federal.

Além da demanda de assistência social, o DPS também era responsável por demais demandas da área de saúde e habitação.

Na Saúde, o departamento se responsabilizava por próteses, órteses, cadeiras de roda, transporte para consulta médica, exames, medicamentos, entre outros serviços.

No que se refere à habitação, responsabilizava-se pelos cadastros de famílias que estavam dentro dos critérios estabelecidos para a concessão de casas e lotes populares e também fazia o acompanhamento de todo o processo da construção dos loteamentos até a mudança das famílias para as novas residências (PRADO, 2012).

Todo trabalho era conduzido por uma equipe de seis assistentes sociais e cinco auxiliares de trabalho social.

A assistência social por muitos anos foi desenvolvida no município seguindo a mesma lógica de sua criação, ou seja, o caráter assistencialista. Somente em 2005, houve mudança na administração municipal e criou-se o Departamento de Promoção de Saúde e Cidadania (DPSC), também vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência. Houve muitas alterações, entre elas, a forma de atendimento, o aumento na equipe técnica, a compra de equipamentos (carro, computador, acesso à internet etc.) e o local de atendimento (PRADO, 2012).

Neste momento também foram extintas do departamento várias demandas que não eram de responsabilidade da assistência social. Influenciado pela divisão do Programa de Saúde da Família (PSF), o município foi dividido em cinco regiões: Centro, Leste, Sudeste, Araretama e Moreira César.

No entanto, a nova administração enfrentou dificuldade pela falta de recursos humanos, equipamentos, locais de atendimento, pois herdou um departamento com poucos investimentos nestes requisitos (PRADO, 2012).

Somente em 2006 iniciou-se a implementação do SUAS no município com a estrutura que já se formara em 2005. Desta forma, foi instalado um CRAS em cada região, atendendo os bairros conforme apresenta o Quadro 1:

Quadro 1 : Distribuição dos CRAS nas regiões

Região I		Região II	Região III	Região IV	Região V
CRAS Centro		CRAS Leste	CRAS Sudeste	CRAS Moreira César	CRAS Araretama
Piracuama	Campo alegre	Castolira	Cidade Nova	Pasin	Araretama
Bom Sucesso	Jardim Mariana	Jardim Morumbi	Feital	Vila São Benedito	Nova Esperança
Mandú	Mombaça	Vila Suíça	Vista alegre	Vila São José	Itaoca (CDHU)
Trabijú	Campo Belo	Jardim Yassuda	Jardim Eloyna	Portal dos Eucaliptos	Residencial das Américas
Kanegai	Alto do Cardoso	Carangola	Campininha	Mantiqueira	Jardim Arco Íris
Martins	Maria Áurea	Andrade	Santa Cruz	Taipas	Una
Oliveiras	Abílio Flores	Água Preta	Vitória Park	Ipê I	Fazenda Mombaça
Ribeirão Grande	Vila Rica	Santa Cecília	Jardim Regina	Ipê II	Cidade Jardim
Cruz Pequena	Jardim Rezende	Haras Paulista	Dutra	Loteamento Liberdade	Jardim Princesa
Colméia	Lessa	João de Barro	Fazenda Buriti	Fazenda Sapucaia	Parque Lago Azul
Pinga	Socorro	Chácaras Reunidas	Campinas	Cícero Prado	Fazenda Marçom
Graminha	Galega	Maricá	Solo rico	Curuputuba	Fazenda Santa Rita
Bicas	Campos Maia		Shangrilá	Moreira César	Distrito Industrial
Orvalinho	São Judas Tadeu		Beta	Vale das Acácias	Village Paineiras
Nova Gokula	São Benedito		Delta	Jardim Carlota	Collonial Village
Buraqueira	Parque São Domingos		Triângulo	Jardim Azeredo	Real Ville
Tetequera	Vila Bourguese		Residencial Alfa	Marieta Azeredo	
Rola	Parque Ipê		Borba	Loteamento Paulino de Jesus	
Massaim	Jardim Roseli		Goiabal	Padre Rodolfo	
Santa Luzia	Quadra Coberta		Pouso Frio	Laerte Assunção	
Boa Vista	Vila Prado		Pinhão do Una	Karina	
Bosque	Ouro Verde I e II		Pinhão do Borba	Loteamento Ramos	
Crispim	Jardim Imperial		Quilombinho	Atanásio	
Beira Rio	Jardim Cristina		Horto Florestal		
Santana	Parque São Dimas		Lago Azul		
Centro	Vila Verde		Cafezal		
Alto Tabau	Parque das Nações		Canta Galo		
Vila Nair	Bela Vista		Monte Tabor		
Maria Emília	Ponte Alta		Santo Antonio do Borba		

Fonte: Cartilha do Departamento de Assistência Social/Pindamonhangaba-SP, 2009.

Deste modo, com a implantação do SUAS, o município implementou cinco unidades de CRAS, das quais quatro eram subsidiados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à fome (MDS) e um CRAS era mantido com recursos do próprio município. Atualmente os cinco CRAS são subsidiados pelo Governo Federal.

Entretanto, embora o município apresente número representativo de CRAS, sabe-se que esses não passaram pelo processo de diagnóstico para sua implantação, requisito fundamental para implementação do CRAS; apresentam grandes problemas em relação à estrutura física e à infraestrutura, visto que ainda há CRAS dividindo espaço com PSF. Não há recursos humanos suficientes para compor a equipe (Quadro 2) conforme previsto no Guia de Orientação Técnicas – CRAS do MDS (Quadro 3); tais dados também são afirmados na pesquisa de Prado (2012).

Quadro 2: Composição da Equipe de Referência dos CRAS de Pindamonhangaba

CRAS	Equipe de Referência		Nº médio de atendimento anual**
	Nível médio	Nível superior	
CRAS Araretama	2	4 (2 assistentes sociais; 2 psicólogos)	5038
CRAS Castolira	1	4 (2 assistentes sociais; 2 psicólogos)	2758
CRAS Centro	2	4 (2 assistentes sociais; 2 psicólogos)	3205
CRAS Cidade Nova	2	4 (2 assistentes sociais; 2 psicólogos)	2118
CRAS Moreira César	3	6 (4 assistentes sociais; 2 psicólogos)	4760

* Ressalta-se que há sempre 2 psicólogos em cada CRAS devido a carga horária desses; no município pesquisado esta é de 20 horas semanais.

** Foram contabilizados os atendimentos (entrevistas, cadastros, encaminhamentos, etc.) realizados no ano de 2012.

Fonte: Relatório Anual dos CRAS janeiro/2013

Quadro 3: Composição da Equipe de Referência do CRAS conforme PNAS

Famílias referenciadas*	Capacidade de atendimento anual**	Equipe de Referência
Até 2.500	500 famílias	2 técnicos com nível médio e 2 técnicos com nível superior, sendo 1 assistente social e outro preferencialmente psicólogo.
3.500	750 famílias	3 técnicos com nível médio e 3 técnicos com nível superior, sendo 2 assistentes sociais e preferencialmente 1 psicólogo.
5.000	1000 famílias	4 técnicos de nível médio e 4 técnicos com nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e um profissional que compõe o SUAS***.

*São aquelas que vivem no território de abrangência do CRAS;

** A capacidade de atendimento estimada consiste em uma proporção do número de famílias referenciadas;

*** É a partir da realização do diagnóstico territorial que o gestor municipal de assistência social (ou do DF), juntamente com o coordenador do CRAS, define o profissional que deverá compor a equipe de referência. Poderão compor a equipe: pedagogo, sociólogo, antropólogo ou outro profissional com formação compatível com a intervenção social realizada pelo PAIF.

FONTE: Guia de Orientações Técnicas – CRAS, 2009

No que se refere ao número de profissionais, apesar da realização de concursos públicos em 2006 e 2012, o quadro de recursos humanos dos CRAS ainda não é completo, o que se torna um problema, de acordo com Prado (2012, p. 34), visto que:

[...] os trabalhadores sociais devem constituir a principal preocupação na implementação do SUAS, pois é por intermédio de profissionais qualificados, comprometidos e devidamente remunerados que serão garantidos os direitos socioassistenciais dos usuários do serviço.

Assim, levando-se em conta o número de profissionais atuando nos CRAS de Pindamonhangaba junto aos grupos socioeducativos na época da realização da pesquisa (dezembro 2011), para maior representatividade deste estudo foram abordadas 3 assistentes sociais de um universo de 3, e 3 psicólogos de um universo de 6. Observa-se que, dos 5 CRAS, um não participou da pesquisa, pois se localiza no Distrito de Moreira César e possuía outra gerência e diretoria.

Sobre a cidade, alguns dados são relevantes para se compreender a dinâmica do trabalho da assistência social. A população é de 146.995 habitantes; sua economia atualmente está voltada para a área de serviços, seguida pela indústria, baseada na metalurgia de alumínio, tubos de papel e agropecuária (pecuária leiteira e arroz).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2010 no município foi de 0,815, considerado elevado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU), já que ficou um pouco acima do observado no estado de São Paulo – que é de 0,814.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 4,4 bilhões e o PIB *per capita* é de R\$ 28.851. Outros dados ainda demonstram o grau de desigualdade de rendimentos, pois a apropriação da renda dos 20% mais ricos é de 60,3%, 24 vezes superior à dos 20% mais pobres, conforme afirma Prado (2012, p. 38). O IBGE também aponta que a expectativa de vida no município é de 78,67anos, maior do que a média nacional que é de 73,4 anos.

Segundo dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), a taxa de analfabetismo no município caiu de 9,03% (1991) para 3,08% (2010); 95% dos jovens entre 15 e 24 anos estão alfabetizados. Nota-se que o número de analfabetismo é maior entre pessoas com maior idade.

Já o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) classifica dentro do Estado de São Paulo o município no grupo 2; por conseguinte, ressalta-se que tal classificação é dividida

em 5 grupos¹¹ isto significa que embora a cidade apresente níveis de riqueza elevado, não mostra bons indicadores sociais, haja vista que o indicador é gerado pela combinação dos três dados – riqueza, escolaridade e longevidade.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A PNAS reconhece a diversidade e as diferenças sociais em todo o território nacional, e estabelece parâmetro de direito negando a benemerência, dentro da perspectiva de que o SUAS – modelo de gestão descentralizado e participativo – constitui-se na regulação e organização de serviços socioassistenciais, tendo como foco as famílias e o território como base de organização (BRASIL, 2004).

Os programas, projetos e serviços desenvolvidos no CRAS, com as famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visam à orientação e ao convívio sociofamiliar e comunitário, os quais evitam a focalização e o trabalho por segmentos. Tais ações são desenvolvidas com o membro da família, com o grupo familiar ou com grupos de famílias (BRASIL, 2004).

A Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais define a proteção social básica com “[...] trabalho social com as famílias de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria da qualidade de vida” (BRASIL, 2009).

Nessa ótica, ao se introduzir a questão dos serviços socioassistenciais nas perspectivas de continuidade, prevenção e proteção, torna-se imprescindível falar do trabalho socioeducativo, já que na maioria das vezes as ações e atividades executadas pelos trabalhadores sociais dos CRAS perpassam o caráter educativo e são dirigidas a grupos.

Desse modo, Romano (2009, p. 80) afirma que:

¹¹ Classificação: i) Grupo 1- a ele pertencem os municípios que se caracterizam por um nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais; ii) Grupo 2 – aqui estão os municípios que, embora com níveis elevados de riqueza, não são capazes de atingir bons indicadores sociais; iii) Grupo 3- engloba os municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores sociais; iv) Grupo 4- a ele pertencem os municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade e v) Grupo 5- inclui os municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza como nos indicadores sociais.

Temos como pressuposto que independente da consciência que o profissional tenha ou não da ação educativa e da direção que esta assume em sua prática, o mesmo através do seu exercício profissional necessariamente materializa uma ação político/ideológica, seja através da ação educativa direta com grupos, ou na prestação de serviços concretos, pois, como afirma Batistone, a dimensão socioeducativa e a prestação de serviços são indissociáveis, constituindo-se em uma unidade intrinsecamente relacionada na ação profissional (ROMANO, 2009, p.80).

Desta forma, a opção por essa área de investigação teve sua origem no conjunto de observações e questionamentos teóricos e políticos realizados em nossa experiência¹² como assistente social, bem como nos conhecimentos desenvolvidos no Mestrado de Desenvolvimento Humano (MDH), suscitando a necessidade de aprofundar os estudos sobre a relação entre a proposta da PNAS¹³ e as percepções que os trabalhadores sociais têm do trabalho socioeducativo, pois, conforme afirma Romano (2009, p. 82):

[...] a dimensão socioeducativa, não se caracteriza, portanto, apenas em transferência material no sentido econômico, mas articula-se à esfera ideo-política, de forma indissociável, cujo produto da prática profissional [...] interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideo-política dos indivíduos sociais.

Neste sentido, entende-se que a presente pesquisa ganha importância na medida em que parte do princípio de que o trabalho socioeducativo é referência metodológica de intervenção dos trabalhadores dos CRAS; sendo assim, compreendê-lo em uma perspectiva mais profunda possibilitará a construção de novos conhecimentos e práticas, contribuindo para a qualificação dos serviços prestados à população usuária da política de Assistência Social de Pindamonhangaba.

Ressalta-se também que, para Romano (2009, p. 141):

¹² A pesquisadora é assistente social há 6 anos, dos quais há 5 trabalha à frente da execução dos Programas de Transferência de Renda de Pindamonhangaba, o que proporcionou questionamentos como: qual o verdadeiro alcance destes programas na vida dos usuário? Qual o papel do trabalhador social na transformação social? Como intervir, sem selecionar; focalizar, sem ser imediatista? Será que os trabalhadores percebem a importância do seu papel na execução da política de assistência social? Como fazer a práxis acontecer? Enfim questionamentos que advêm do cotidiano, extremamente importantes tendo em vista que é necessário problematizar as situações buscando perpassar todas as categorias (singular-particular-universal), uma vez que se deseja ter uma leitura crítica da totalidade, pois no dia a dia trabalha-se com as relações sociais que se dão em diversas realidades, na maioria das vezes contraditórias.

¹³ A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando ao seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, objetiva: • Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; • Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; • Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (PNAS, 2005, p. 33).

As práticas educativas que oportunizem processos transformadores, [...] deve conjugar e relacionar de forma dialética os aspectos subjetivo/objetivo, o que se faz passível de realização pela característica interdisciplinar que assume o trabalho com os grupos nos CRAS, tendo em vista a interdisciplinaridade e o diálogo entre o serviço social e a psicologia (ROMANO, 2009, p. 141).

Destarte, segundo o documento do Conselho Federal de Serviço Social (2007, p. 24):

O trabalho dos assistentes sociais e psicólogos na política de assistência social requer interface com as políticas da saúde, Previdência, educação, trabalho, lazer, meio ambiente, Comunicação Social, segurança, habitação, na perspectiva de mediar o acesso do(as) cidadãos(ãs) aos direitos sociais. As abordagens das duas profissões podem somar-se com intuito de assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência (...). Ao integrar a equipe dos(das) trabalhadores(as) no âmbito da política de Assistência Social, esses profissionais podem contribuir para criar ações coletivas e enfrentamento a essas situações, com vistas a reafirmar um projeto ético e sócio-político de uma nova sociedade que assegure a divisão equitativa da riqueza socialmente produzida. Dessa forma, o trabalho interdisciplinar deve ser orientado pela perspectiva de totalidade, com vistas a situar o indivíduo nas relações sociais que têm papel determinante nas suas condições de vida, de modo a não responsabilizar o indivíduo pela sua condição sócio-econômica.

Portanto, partindo-se do pressuposto de que a dimensão socioeducativa é intrínseca ao exercício profissional dos trabalhadores sociais, uma vez que ambos (assistentes sociais e psicólogos) possuem saberes diversificados que se “comunicam” na intervenção da realidade, a pesquisa poderá proporcionar a realização de estudos complementares e comparativos, para identificação de possibilidades e dificuldades acerca da temática.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Nesta pesquisa primeiramente foi realizada uma introdução à temática, aos objetivos, e à relevância do estudo na realidade atual. Em seguida, encetou-se a revisão de literatura que pudesse embasar teoricamente o estudo.

No desenvolvimento do trabalho, há um breve relato sobre as categorias: Pobreza e Cidadania, Política de Assistência Social e seus avanços com o SUAS e o Trabalho Socioeducativo, fundamental para compreensão da questão central da pesquisa, a partir do que se procurou explicitar sobre o trabalho socioeducativo como referencial metodológico, na percepção dos trabalhadores sociais que atuam no CRAS.

Após a fundamentação teórica, encontra-se uma descrição da trajetória metodológica utilizada na pesquisa, seus instrumentos e os procedimentos de coleta de dados e análise.

Posteriormente, apresentam-se os resultados e discussões pautados nas análises das narrativas dos sujeitos da pesquisa, “as quais não devem ser interpretadas como uma avaliação da prática de sujeitos individuais, [...] mas sim como um movimento que pretende a reflexão da dimensão socioeducativa relacionada aos elementos conjunturais e estruturais [...]” (ROMANO, 2009, p. 15).

E por derradeiro, nas considerações finais, pondera-se todo o processo da pesquisa, dando ênfase aos avanços dos trabalhos socioeducativos, sem desconsiderar os limites e desafios ainda existentes tanto em relação ao referido trabalho socioeducativo quanto à própria política de assistência social, principalmente no que diz respeito a conquistas de direitos, cidadania, autonomia e emancipação política/humana.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Na revisão de literatura, a primeira etapa da pesquisa envolveu uma busca com as palavras-chave “Trabalho Socioeducativo”, “Assistência Social” e “Trabalhador Social” nas bases de dados dos *sites* de pesquisa acadêmica, como o Banco de dados de dissertações e teses da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES) e algumas revistas disponíveis na internet de maior repercussão para o Serviço Social.

Primeiramente definiu-se o recorte de tempo para cada palavra-chave, pois para o “trabalho socioeducativo” delimitou-se de 2009 a 2012 em razão da publicação da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que define a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme já explicitado anteriormente. Acreditou-se que a partir dessa normativa os trabalhos apresentados sobre a temática fossem mais expressivos, já que a resolução veio estabelecer e organizar os tipos de serviços dentro da PNAS.

Para as demais palavras, “Assistência Social” e “Trabalhador Social”, o tempo foi determinado em decorrência da implantação da PNAS, ou seja, 2005 a 2012, pois esta trouxe para a assistência social inovações, bem como para os profissionais que nela exercem suas atividades laborais.

A classificação pautou-se na identificação dos trabalhos de pós-graduação *stricto sensu* através dos campos do referido banco de dados denominados “assunto” e “ano”. A leitura do resumo só foi realizada quando o título da dissertação ou tese apresentava uma das palavras-chave estipuladas.

Com a palavra-chave “trabalho socioeducativo” foram encontradas 50 produções (30 dissertações e 20 teses) de 2009 a 2011, das quais 09 trabalhos continham no título a palavra-chave ou somente a palavra socioeducativo, porém somente 02 dissertações referiam-se diretamente à temática pesquisada. São elas: “Entre a Socialização da informação e organização coletiva: a dimensão socioeducativa na atuação com grupos nos CRAS em São José do Rio Preto-SP” (ROMANO, 2009) e “De coração nas mãos: O caráter socioeducativo do projeto Maria Maria – Uma proposta da Associação de Assistência Social à criança cardíaca e à transplantada do coração” (PEREIRA, D. 2010).

Com o descritor “Assistência Social” apareceram 140 trabalhos (70 dissertações e 70 teses), no período de 2005 a 2011, mas somente 12 produções tinham no título o descritor requerido, sendo que 02 dissertações tratavam do assunto estudado no contexto esperado. São elas: “Os processos de avaliação da Política de Assistência Social no Brasil” (ALVES, 2007) e “Psicologia e Sistema Único de Assistência Social – SUAS: Estudo sobre a inserção dos Psicólogos nos Centros de Referência de Assistência Social” (TEIXEIRA, 2008).

Com a palavra-chave “Trabalhador Social” também foram encontradas 140 produções (70 dissertações e 70 teses) de 2005 a 2011, no entanto nenhum dos trabalhos apresentou no título a palavra-chave.

Diante dos resultados, observa-se que os estudos sobre o trabalho socioeducativo no contexto da nova política de assistência social e sua repercussão nas intervenções dos trabalhadores sociais como estratégia metodológica para consolidação da autonomia e emancipação dos usuários são escassos, uma vez que, numa amostra de 330 trabalhos, apenas 02 dissertações estão diretamente ligadas à temática.

A dissertação de Romano (2009), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, intitulada “Entre a socialização da informação e organização coletiva: a dimensão socioeducativa na atuação com grupos nos CRAS em São José do Rio Preto-SP”.

Esta pesquisa entre os demais trabalhos localizados é a única que realmente vai ao encontro da proposta do estudo realizado; a autora traz elementos-chave que contribuíram para nossa pesquisa, principalmente no que se refere à concepção da dimensão socioeducativa do trabalho socioeducativo e à função político-pedagógica do trabalho do assistente social na organização de uma nova cultura, função também estendida aos psicólogos na nossa pesquisa.

A dissertação de Pereira, D. (2010), da Universidade Nove de Julho, intitulada “De coração nas mãos: o caráter socioeducativo do projeto Maria Maria – Uma proposta da Associação de Assistência Social à criança cardíaca e a transplantada do coração”, embora não apresente a mesma configuração da dissertação de Romano (2009), no que tange à temática e seu contexto, também proporcionou questionamentos, os quais se apresentaram compatíveis com a problematização da pesquisa desenvolvida.

Assim, ratifica-se que poucas pesquisas abordam/discutem sobre o trabalho socioeducativo. Na maioria dos trabalhos consultados o socioeducativo correspondia às medidas socioeducativas, ou seja, a questão principal está articulada a outras questões, o que não possibilita a produção e construção de conhecimento real da temática da maneira que se objetiva abordá-la.

2.1 Periódicos Eletrônicos do Serviço Social no Brasil

Nesta etapa, realizou-se pesquisa em 14 veículos de publicação de artigos, totalizando 1.576 artigos, dos quais se consideraram somente os conteúdos das revistas científicas disponibilizados na internet no período de 2005 a 2012 (primeiro semestre), na maioria publicações semestrais. A classificação foi feita a partir das leituras dos resumos dos artigos. A pesquisadora leu na íntegra apenas os artigos que mencionavam diretamente no resumo o objeto de estudo da pesquisa.

Ressalta-se que se considerou como pertinente para pesquisa, após leitura dos resumos, todos os artigos que se referiam não somente ao trabalho socioeducativo, mas também os que faziam referência à Assistência Social e ao Trabalhador Social dentro da perspectiva da PNAS.

Assim, na revista *Serviço Social e Realidade*, publicada pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) / Franca, foram encontrados 113 artigos de 2007 a 2010; 03 artigos mencionam a temática abordada na pesquisa, sendo 01 sobre trabalho socioeducativo: “Diferentes configurações da dimensão socioeducativa do Serviço Social brasileiro na sua trajetória histórica profissional” (OLIVEIRA; ELIAS, 2008) e 02 tratam a respeito de assistência social: “Em busca de uma nova lógica para a Assistência Social: da singularidade

à totalidade” (BERETTA, 2009) e “Avanços e desafios na implementação do Sistema Único de Assistência Social no Município de Franca/SP” (MUSTAFA; VILLELA, 2009).

Na Revista *Em Pauta*, publicada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UFRJ), localizaram-se-se 138 artigos no período de 2007 a 2011; destes, 02 referem-se ao trabalho socioeducativo: “Elementos Estruturais da Educação Popular e os Movimentos Camponeses do Brasil” (TRASPADINI, 2010) e “Paulo Freire e o Serviço Social no Brasil – elementos do pensamento freiriano para superação do conservadorismo na profissão” (GOMES, M. 2011).

A Revista *Emancipação*, publicada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR), traz 129 artigos de 2005 a 2011, entretanto apenas 03 artigos apresentam relação com a temática: “Ação educativa do Serviço Social em empresas privadas” (COSTA; PINTO, 2005); “A intervenção do Serviço Social junto aos movimentos sócio-comunitários: a busca pelo empoderamento e construção de uma nova cultura política” (MOURA; SANTOS, 2007) e “Ações socioeducativas: reflexões a partir de Freire” (CARLOTO; LIMA, 2009).

Na Revista *Katálisis*, publicada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foram encontrados 182 artigos de 2005 a 2012 e nenhum fez menção à temática.

Na Revista *Libertas*, publicada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/MG), foram pesquisados 103 artigos, porém da mesma forma nada foi encontrado em relação à temática.

Na Revista *O Social em Questão*, de publicação online, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ), entre 2011-2012 localizaram-se 36 artigos, mas nenhum se referia ao objeto de estudo da pesquisa.

Na Revista *Ser Social*, publicada pela Universidade Nacional de Brasília (UNB), encontraram-se 135 artigos no período de 2005-2011, dos quais apenas 01 menciona a temática, no que tange à assistência social: “A Assistência Social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS” (PEREIRA, P. 2007).

Na *Serviço Social em Revista*, publicada pela Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR), de 2009 a 2011 foram localizados 48 artigos e apenas 01 menciona a temática: “As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho socioeducativo” (TORRES, 2009).

Na Revista *Serviço Social e Saúde*, publicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisaram-se 77 artigos entre 2005 e 2011 e nada relacionado à temática foi encontrado.

A Revista *Serviço Social & Sociedade*, publicada pela Editora Cortez, online somente a partir de 2010, apresentou 114 artigos entre 2010 e 2012, sendo que 02 artigos abordavam a temática, bem como mencionavam também sobre o trabalhador social: “Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS” (RAICHELIS, 2010) e “Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica” (MACHADO, 2012).

Na Revista *Textos e Contextos*, publicada pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUC/RS), foram encontrados 192 artigos entre 2005 e 2012, dos quais 02 artigos citam sobre a Assistência Social e o Trabalhador Social respectivamente: “A especificidade da Assistência Social: algumas notas reflexivas” (PESTANO; REIS 2006) e “Psicologia e Serviço Social: relação interdisciplinar na direção da produção de conhecimento” (EIDELWEIN, 2007).

Na Revista *Políticas Públicas*, publicada pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) dos 160 artigos pesquisados entre 2005 e 2010 nenhum apresentou debate sobre a temática.

Na Revista *Praia Vermelha*, publicada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), localizaram-se 46 artigos entre 2005 e 2008, mas também nenhum mencionava a temática.

Na Revista *Sociedade em Debate*, publicada pela Universidade Católica de Pelotas/RS, encontraram-se 103 artigos, sendo que 01 abordava sobre Assistência Social e outro sobre Trabalhador Social, são eles: “Política de Assistência Social no Brasil: foco na família e a questão dos mínimos sociais” (FONTENELE, I. 2007) e “Atuação profissional no SUAS: desafios e possibilidades para os assistentes sociais” (FONSECA; MELO; SILVA, 2009).

Embora os artigos tragam contribuições significativas para o debate da pesquisa proposta, um aspecto que merece destaque diz respeito ao fato de o trabalho socioeducativo ser uma temática pouco estudada no âmbito do Serviço Social, sobretudo tendo como “foco” o trabalho socioeducativo no CRAS, pois dos 1576 artigos encontrados somente 16 trabalhos contemplam a temática num contexto mais global, e dentro deste universo nenhum aborda diretamente a temática, discorrendo sobre o trabalho realizado com as famílias/indivíduos atendidos pelos CRAS.

Desta forma, optou-se por um debate mais intenso com os textos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)¹⁴, pois este material traz experiências do cotidiano de trabalho com grupos socioeducativos; assim como se trabalhou também com os textos do Seminário Nacional “O trabalho do/a Assistente Social no SUAS” do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

2.2 Referencial Teórico

Antes mesmo de tratar da teoria crítica que orienta o presente estudo, importa elucidar o conceito de teoria com o qual se opera. Parte-se da compreensão marxiana de teoria. Marx, em texto de 1857, conhecido como *Elementos fundamentais para a crítica da economia política*, formula seu conceito de teoria e método.

A teoria para Marx, explica Netto (2009b, p. 673):

[...] não se reduz ao exame das formas dadas de um objeto, com o pesquisador descrevendo-o detalhadamente e construindo modelos explicativos para dar conta – à base de hipóteses que apontam para relações de causa/efeito – de seu movimento visível, tal como ocorre nos procedimentos da tradição empirista e/ou positivista.

Para Marx, o objeto se apresenta em sua aparência fenomênica – imediata e empírica – caminho pelo qual se inicia o conhecimento, sendo a aparência um nível da realidade. Contudo, é necessário alcançar a essência (a estrutura e a dinâmica) do objeto, por meio de procedimentos analíticos, por aproximações sucessivas, operando a síntese, chegando à sua essência.

Nesse sentido, a teoria se distingue de todas as modalidades de conhecimento (“outras modalidades são, por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso” (MARX, 1982, p. 15) e tem especificidade; quer dizer, “o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador” (NETTO, 2009b, p. 673).

¹⁴ Esses textos encontram-se na obra bibliográfica: WANDERLEY (2004).

Dessa forma, a teoria para Marx é a reprodução ideal do movimento do real do objeto pelo sujeito da pesquisa; ou seja, pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. Nessa perspectiva, a reprodução do objeto será correta quanto mais fiel for ao objeto, não de forma mecânica.

Assim, explica Netto (2009b, p. 674, grifos do autor), a teoria para Marx “é o movimento do real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o *real reproduzido e interpretado no plano ideal* (do pensamento)”.

2.2.1 Teoria Social Crítica

A teoria social crítica representa um relevante contributo para pesquisadores inseridos nas ciências sociais aplicadas, pois no intento de compreender e identificar realidades dinâmicas e contextualizadas na sociedade capitalista, este referencial teórico vem proporcionar uma interpretação que problematiza temáticas de forma menos deformada e determinista (NETTO, 2011). Nesta perspectiva teórica, o homem é visto como sujeito histórico, capaz de se transformar e modificar sua realidade.

Segundo Gadotti (1989), compara-se a vida em sociedade a um campo minado, onde as bombas só poderão ser detectadas por meio de uma ferramenta que possibilite descobri-las. Assim, e de acordo com Netto (2011), a Teoria Social de Marx permite que se avance criticamente no conhecimento acumulado, uma vez que ela possibilita adentrar no emaranhado das conjunturas que precederam a contemporaneidade e os estudos e interpretação dos dilemas da atualidade.

Nesta visão, considera-se que este referencial teórico consiste “em situar e analisar os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução determinado por múltiplas causas na perspectiva de totalidade como recurso heurístico [...]” (BERHING; BOSCHETTI, 2011, p. 38).

Para Berhing e Boschetti (2011, p. 40), “a totalidade compreende a realidade nas suas íntimas e complexas determinações, e revela sobre a superfície dos fenômenos, suas conexões internas a sua apreensão.” Nessa mesma direção, Kosik (1986) reforça que dentro da totalidade os fenômenos não estão isolados, mas se relacionam a fim de expressar a realidade

a qual não pode ser vista apenas com uma junção das partes, separadas entre si, mas como elementos estruturais de um todo.

Segundo Kosik (1986, p. 52):

[...] a totalidade concreta como concepção dialética materialista do conhecimento do real é um processo que compreende alguns momentos indivisíveis: o primeiro é a destruição da pseudoconcreticidade (ou seja, da fetichizada e aparente objetividade do fenômeno) e o conhecimento de sua autêntica objetividade; o segundo é o reconhecimento do caráter histórico do fenômeno; e o terceiro é o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, de sua função objetiva e de seu lugar histórico.

Nesse sentido, o objetivo do pesquisador é ir além da aparência e do fenômeno imediato e empírico, apreendendo a essência (estrutura e a dinâmica), porém esta aparência não pode ser descartada, pois é por ela que se inicia o conhecimento (NETTO, 2011). Portanto, ao abordar a temática da pesquisa, pautando-se na Teoria em tela, é exigida do estudioso a leitura crítica da realidade que é favorecida pelo uso dessa ferramenta teórico-metodológica, capaz de levar o pesquisador e o pesquisado a refletir sobre a realidade concreta.

Ao partir do pressuposto da contradição, categoria fundamental da Teoria crítica, o pesquisador que tem nela o seu referencial de intervenção consegue apreender a realidade em sua totalidade, avançando para além do aparente em direção à essência, indo do singular para o plural. Essa totalidade é constituída pela junção das categorias singular, particular e universal, por meio da mediação entre elas é que se dá o agir e a intervenção do profissional.

Dessa forma, entende-se que, ao se executar o trabalho socioeducativo, respaldados por esta Teoria, esse deve permitir que o usuário da assistência social se enxergue como sujeito de sua própria história e seja levado à tomada de consciência individual e coletiva que possa proporcionar mudanças, mesmo que a princípio estas estejam situadas apenas no plano singular, porém em longo prazo leve a mudanças e transformação coletivas.

Assim, acredita-se que para pesquisar e estudar a temática desta Dissertação faz-se necessário discutir as categorias fundantes do estudo, às quais se constituem fios condutores da análise, quais sejam: Pobreza e Cidadania; Política de Assistência Social e SUAS; e Trabalho Socioeducativo.

2.3 Pobreza e Cidadania

O estudo do trabalho socioeducativo desenvolvido no âmbito do SUAS demanda refletir sobre algumas categorias que indiscutivelmente incidem sobre a vida de indivíduos, grupos e famílias – usuários dos serviços socioassistenciais. Dentre essas categorias destacam-se a pobreza e a cidadania, posto que ambas imbricam-se à questão da conquista da autonomia. Contudo, pensar sobre a pobreza e a cidadania, sobretudo no Brasil, implica a compreensão do processo histórico da formação brasileira, situando, dentre outros aspectos, a inserção do país na divisão internacional do trabalho, à qual, segundo estudiosos do tema como Fernandes, F. (1975) e Ianni (1984) dentre outros, imprimiu uma forma particular de organização da produção e, principalmente, gerou um tipo “particular” de relação entre o Estado e a sociedade.

Conforme estudiosos da formação histórica do país, o modelo de desenvolvimento e modernidade aqui adotado não permitiu que a massa dos trabalhadores alçasse à condição de cidadão (MARTINS, 1994) e, por esse motivo, a experiência brasileira de modernização e democratização se deu às avessas; ou seja, em terra *brasilis* as elites locais cercearam a democracia, privaram os trabalhadores da cidadania, negando-lhes os direitos sociais, trabalhistas e políticos por meio de recursos coercitivos ou pela mediação do “favor”, por relações de mando e subordinação (CHAUÍ, 2000).

Desde modo, se examinam a seguir as categorias pobreza e cidadania, situando-as no contexto sócio-histórico da formação brasileira; para tanto, cabe pensar o surgimento e o desenvolvimento da política social, principalmente no Brasil.

Primeiramente, é preciso entender que neste trabalho as políticas sociais não são percebidas apenas como expressão fenomênica; busca-se captar o seu movimento essencial na sociedade burguesa, desde sua origem até os dias de hoje, pois “do ponto de vista histórico é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que possuem papel determinante em sua origem e que dialeticamente também sofrem efeitos da política social” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.43).

Em outras palavras, conforme as autoras, a política social se relaciona diretamente às determinações econômicas de cada momento histórico, e, por conta disso, atribui a tal política “um caráter específico ou uma dada configuração [...] assumindo, assim, um caráter histórico-estrutural” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.43).

De outro lado, o exame das políticas sociais exige a compreensão da natureza e do desenvolvimento capitalista, bem como a compreensão acerca do Estado na regulação e implementação dessas políticas.

O Brasil, por seu turno, adentra no mundo capitalista de forma muito particular. A historiografia dá conta de explicar a “conciliação” entre o “novo” e o “arcaico”, “o progresso” e o “atraso”, revelando o caráter conservador e contraditório dessa transição.¹⁵

Netto (2009a, p. 18, grifos do autor) explica:

Em primeiro lugar, um traço econômico-social de extraordinárias implicações: o desenvolvimento capitalista operava-se sem desvencilhar-se de formas econômico sociais que a experiência histórica tinha demonstrado que lhe eram adversas; mais exatamente, o desenvolvimento capitalista redimensionava tais formas (por exemplo, o latifúndio), não as liquidava; refuncionalizava e as integrava em sua dinâmica. Na formação social brasileira, um dos traços típicos do desenvolvimento capitalista consistiu precisamente em que se deu *sem realizar* transformações estruturais que, noutras formações (v.g., as experiências euro-ocidentais), constituíram as suas pré-condições. No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou *contra o* “atraso”, mas mediante a sua contínua *reposição* em patamares mais complexos, funcionais e integrados.

Do ponto de vista político há um processo recorrente de “exclusão das forças populares” (NETTO, 2009a, p. 18) explicitando o caráter restrito da democracia burguesa, ou seja, “restrita aos membros das classes dominantes que universalizam seus interesses de classe a toda a nação, pela mediação do Estado e de seus organismos privados de hegemonia” (IAMAMOTO, 2008, p. 31).

Nesse contexto, a socialização da política na vida brasileira foi um processo inconcluso, pois a qualquer mobilização das classes dominadas logo as classes dominantes lograram neutralizá-las por meio de mecanismos coercitivos, com o franco apoio do Estado (NETTO, 1999).

Conforme o autor, a expressão sintética de nossa formação social aparece “na dinâmica da organização da economia e da sociedade no processo em que as relações capitalistas saturam e determinam o espaço nacional” (NETTO, 2009a, 19); ou seja, o desenvolvimento tardio do capitalismo no Brasil torna-o “heteronômico e excludente”. De outro lado, os processos diretivos da sociedade civil são decididos “pelo alto” “encastelados na estrutura do Estado” (NETTO, 2009a, p. 20).

Os anos de 1961-1964 caracterizam-se particularmente por um processo de *crise da forma de dominação burguesa no Brasil*, “gestada fundamentalmente pela contradição entre as demandas derivadas da dinâmica do desenvolvimento embasado na industrialização pesada

¹⁵ Ver Martins (1994); Fernandes, F. (1975).

e a modalidade de intervenção, articulação e representação das classes e camadas sociais no sistema de poder político” (NETTO, 2009a, p. 26), sobretudo pelas lutas dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho e democracia. Nesse contexto, o padrão de acumulação entrava em contradição com as “requisições democráticas, nacionais e populares” (NETTO, 2009a, p. 26). Esse processo culminou com a eclosão do Golpe de abril de 1964, o qual representou um rearranjo político das forças socioeconômicas a quem interessava a manutenção e a continuidade daquele padrão de acumulação, adequado, evidentemente, às exigências do capitalismo internacional.

A política social na Ditadura Militar (1964-1985) se inscreveu numa ideologia modernizante, uma vez que para os militares “era necessário efetivar primeiro o crescimento econômico, pois o desenvolvimento social viria como consequência [...]” (OLIVEIRA; PINTO, 2005, p. 50). Esse período também foi marcado por uma forte onda de violência a fim de sufocar os conflitos sociais.

Iniciou-se a abertura política no país adentrando-se ao período chamado de Nova República, que trouxe com ele várias marcas do atraso político deixado pelo regime militar, bem como o saldo negativo nas políticas sociais (OLIVEIRA; PINTO, 2005).

Nesta perspectiva, no Brasil, ainda que as medidas de proteção social governamentais tenham sido iniciadas por volta de 1920, foi apenas em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que o conceito de seguridade social alcançou substância e visibilidade.

Contudo, ao mesmo tempo em que se inscreveram na Constituição federal os direitos de cidadania, contraditoriamente o receituário neoliberal¹⁶ ganhava forças no Brasil, trazendo consigo mudanças na economia, e na relação Estado, sociedade e mercado.

No que tange às políticas sociais, muitos são os autores (BERHING; BOSCHETTI, 2006; MONTAÑO, 2002; MOTA, 1995 e 1998; TEIXEIRA; OLIVEIRA, 1996; ANDERSON, 1995, dentre outros) que se debruçaram à compreensão dos efeitos deletérios do neoliberalismo sobre elas, com a minimização do Estado e a redução dos gastos sociais.

Portando, concorda-se com Berhing e Boschetti (2011, p. 78), segundo os quais a política social brasileira é resultado da correlação de forças predominantes, pois

[...] por um lado, os direitos sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários, são pauta de reivindicações dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora. Por outro, representam a busca de legitimidade das classes dominantes em ambiente de restrição de direitos políticos e civis - como demonstra a expansão das políticas

¹⁶ O neoliberalismo, segundo Anderson (1995) foi uma reação teórica veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Conforme o autor trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado. Foi implementado nos anos 80-90 em vários países, tanto centrais como periféricos, e se constituiu em estratégia decisiva do capital contra a organização das classes trabalhadoras.

sociais no Brasil nos períodos de ditadura (1937-1945 e 1964-1984) que as instituem como tutela e favor (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 78).

Neste sentido, observa-se que o Brasil tem em sua história a trágica marca escravista, uma sociedade de autoritarismo e favores, que traz consigo as desigualdades sociais reafirmando a pobreza no cenário brasileiro, isto é, “[...] a política social no país tem assumido uma perspectiva marginal e assistencialista, desvinculada das questões macroeconômicas, servindo mais à regulação ou administração da pobreza num dado patamar” (SILVA e SILVA, 2010, p. 158).

Assim, embora as políticas sociais brasileiras tenham nascido como resposta do Estado aos conflitos sociais, elas ainda hoje são constituídas de uma forma que dificulta a integração entre o econômico e o social. Procuram-se muito mais um consenso e uma regulação da sociedade visando à hegemonia econômica, do que uma real mudança conjuntural que favoreça a igualdade social/econômico-política.

As expressões da questão social (especialmente a pobreza) são desvinculadas dos reais motivos de sua origem, a relação entre o social e a esfera macroeconômica não existe. Cita-se como exemplo a maneira como atualmente “mede-se” a pobreza; esta é abordada somente pela renda *per capita* da família e não como fator multidimensional.¹⁷

De tal modo, conforme afirma Mauriel (2010), a pobreza passa a existir distanciada dos debates estruturais, sendo transformada em um objeto técnico em si, o que faz com que o trabalho deixe de ser o centro ordenador das políticas sociais, focalizando na obtenção de renda como oportunidade individual.

Em outras palavras, a autora (MAURIEL, 2010, p. 175) afirma que:

[...] as leituras instrumentais da pobreza despolitizam a questão social e a própria ação política. É um plano de fuga que nega os vínculos entre política econômica e política social, relativiza as expressões da questão social no aqui e agora e magnífica uma representação de pobreza que desterritorializa a questão social, pois a definição de pobre e pobreza pode ser calculada por fórmulas pré-definidas e índices que se encaixam em qualquer parte do mundo (MAURIEL, 2010, p. 175).

Esse entendimento permite desvelar valores e concepções inspiradores das políticas públicas de intervenção nas situações de pobreza e as possibilidades de sua redução, superação ou apenas regulação.

A pobreza não é discutida na dimensão da ética, da justiça e igualdade, mesmo porque ela está inteiramente ligada à negação de direitos nas relações sociais. E estas relações são

¹⁷ Ver Antonio Claret (2012).

regidas pelo poder e interesse privado, é uma figuração que satisfaz a uma sociedade onde os direitos não fazem parte das regras que organizam a vida social (TELLES, 2001).

Além disso, Telles (1993, s.p.) também afirma que a pobreza é vista como algo fora das relações sociais, como algo que vive externamente ao mundo social.

A essência ou a origem da pobreza até então não foi associada à cidadania, nem ao sistema econômico vivenciado na atual conjuntura, pois segundo Sposati (1998, p. 21) “ao invés de natural, a pobreza é gerada pela opção de desenvolvimento econômico-social adotado. Não se trata, portanto de algo circunstancial, mas do horizonte que a maioria da população pode vislumbrar para o futuro de seus filhos.”

Nesta mesma direção, Costa, F. (2008) reflete em seu artigo “Pobreza e direitos Humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas – um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais” sobre três teorias interessantes quando se conceitua a pobreza como não garantia de direitos; no artigo ela enfatiza os direitos humanos juridicamente.

As três teorias seriam: 1. teoria que concebe a pobreza, por si só, como uma violação de direitos humanos; 2. teoria que define a pobreza como violação de um direito humano específico, a saber, o direito a um nível de vida adequado ou o direito ao desenvolvimento; 3. teoria que considera a pobreza como causa ou consequência de violações de direitos humanos.

O mais significativo é que a autora conclui que, independente da teoria, todas nas suas diferentes perspectivas defendem com persuasão que “a pobreza não é somente uma privação de recursos econômicos ou materiais, mas também uma violação da dignidade humana” (COSTA, F. 2008, p. 107).

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a assistência social historicamente foi caracterizada pela benemerência e a filantropia; mas, com a Constituição de 1988, a deliberação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em 1993, e a implantação Sistema Único da Assistência Social – SUAS, em 2005, novas diretrizes norteiam as ações desta política.

A partir de então, busca-se imprimir à política de Assistência Social uma nova lógica pautada no direito, o que exige novas práticas e metodologias visando efetivar os direitos de cidadania das famílias, indivíduos e grupos historicamente alijados destes.

Dentro das inúmeras deliberações do SUAS, uma em especial destaca-se neste momento: o trabalho realizado com famílias por meio dos grupos socioeducativos – estes são a atual referência metodológica para o trabalho dirigido à proteção sociofamiliar pelos profissionais dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Vale enfatizar que “exatamente por considerar que há um conteúdo político inerente à prática profissional, na medida em que influi e orienta a consciência popular, é que não se pode desvincular o papel educativo [...]” (RAICHELIS, 1988. p. 154).

Sendo assim, o grupo socioeducativo pode propiciar o que Gohn (2005, p. 16) ratifica como ponto crucial da cultura política¹⁸ “[...] o conjunto de percepções e de visões de mundo que um grupo constrói no processo de experiência histórica ao atuarem coletivamente, aliado às representações simbólicas, que também constroem ou adotam, porque é a partir destes elementos que o grupo constrói sua identidade.”

O que conseqüentemente ocasionaria uma nova cultura ética que “[...] se contrapõe à tradição autoritária que desconhece a existência de esferas públicas, assim como se contrapõe também às práticas clientelistas ou corporativistas de grupos patrimonialistas, oligárquicos, ou moderno/privatistas” (GOHN, 2005, p. 17).

Para a autora, “as políticas culturais de um país tornam-se importantes devido ao fato de estas poderem determinar mudanças de rumo no significado das práticas sociais” (GOHN, 2005, p. 50), já que de acordo com Moura e Santos (2007, p. 24):

Atualmente, tendo em vista as dificuldades de se ter a tão esperada autonomia e os passos lentos de se alterar a cultura política do país, que ainda traz marcas de uma sociedade permeada pelo clientelismo, autoritarismo e indistinção do público e privado, é que se torna cada vez mais importante trabalhar junto aos movimentos sociais e a sociedade civil como um todo, considerando que a construção democrática das políticas, a consolidação de direitos e a resolutividade de demandas sociais necessitam de fortalecimento em todas as formas e o empoderamento dos cidadãos é essencial como parte integrante deste processo.

Partindo desse pressuposto, a questão central levantada nessa pesquisa vincula-se totalmente à questão da pobreza e o seu combate, tendo como resultado último a transformação social através da mobilização da população, já que se acredita que ao desenvolver o trabalho socioeducativo com as famílias, indivíduo ou grupos, consegue-se atrelar às discussões e intervenções reflexões que possam gerar questionamentos da ordem vigente e que os levem a buscar mudanças, seja individualmente ou coletivamente, nas relações sociais, sobretudo pelo referencial adotado, o qual parte da questão do método como um nó de problemas, os quais não se devem somente apenas a razões de natureza teórica e/ou filosófica – “devem-se igualmente a razões ideo-políticas – na medida em que a teoria social de Marx vincula-se a um projeto revolucionário [...]” (NETTO, 2011, p.10).

¹⁸ Ver Maria da Glória Gohn (1999, pp. 46-64). A respeito do conceito de cultura política destaca-se também a fala de Rennó (1998, apud MOURA; SANTOS, 2007, p. 24) como “o conjunto de orientações subjetivas de determinada população que inclui conhecimentos, crenças, sentimentos, compromissos com valores políticos e com a realidade política [...]”.

Logo, quando se pensa no fim da pobreza, nota-se a necessidade de criar novas metodologias que propiciem uma intervenção que realmente favoreça o rompimento da dominação/exploração; acredita-se que o trabalho socioeducativo contém esse potencial.

Evidentemente tem-se claro que nos últimos dez anos no Brasil os governos têm adotado Programas de Transferência de Renda (PTR) como estratégia de superação da pobreza relativa e absoluta. Tais programas são alvo de inúmeras críticas de setores conservadores, os quais os classificam como assistencialistas ou eleitoreiros.

Contudo, importa compreender que tais programas se inscrevem no contexto de ajuste econômico desde os anos de 1990, o qual teve como “consequência a estagnação do desenvolvimento econômico e a precarização e instabilidade do trabalho, o desemprego, o rebaixamento do valor da renda do trabalho, com conseqüente ampliação e aprofundamento da pobreza” (SILVA E SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004). Não se pretende entrar nesse debate, visto que tal discussão não é objeto deste estudo. Entretanto, cabe esclarecer que no que tange aos pobres e à pobreza, tais programas produzem mudanças importantes na vida de milhões de famílias conforme demonstram os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)¹⁹, operando como um programa compensatório e residual ou como um programa de caráter redistributivo visando à autonomia dos cidadãos.

É importante também assinalar que se defende a tese de que os programas de transferência de renda sejam implementados em conjunto com as demais políticas públicas, sobretudo de educação e geração de emprego e renda, no sentido de que as famílias beneficiadas alcancem autonomia.

¹⁹ “Nos últimos dez anos, entre 2001 e 2011, os 10% mais pobres do país tiveram um crescimento de renda acumulado de 91,2%, enquanto a parcela mais rica da população obteve nesse mesmo período um incremento de 16,6% da renda acumulada. Portanto, a variação do aumento de ganhos reais foi 5,5 vezes (550%) mais rápida para o décimo mais vulnerável dos brasileiros. Estatisticamente, em 2011 o Brasil atingiu o menor nível de desigualdade de sua história, declarou [...] o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Marcelo Neri afirmou que a renda em crescimento e a redução da desigualdade são o caminho que o Brasil tem feito desde 2003. Ele também destacou que o ajuste nominal do salário mínimo, *programas sociais* como o Brasil Carinhoso, Brasil sem Miséria, Minha Casa Minha Vida e outras políticas do governo federal atuam na mesma direção da melhoria da renda do trabalho [...], o combate à desigualdade horizontalizou melhorias de renda. Nesses dez anos, pessoas que vivem em famílias chefiadas por analfabetos tiveram 88,6% de aumento da renda, contra 11,1% de decréscimo para aquelas cujo chefe familiar possui 12 anos de instrução regular ou mais. No Nordeste, a renda cresceu 72,8%, já no Sudeste, região mais rica do país, essa taxa foi de 45,8%. Entre aqueles que se consideram negros, o aumento de renda foi de 66,3%, e a população declarada como parda obteve melhoria de 85,5% do ganho pelo trabalho. Para os que se dizem brancos, o crescimento de renda foi de 47,6%” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2012).

Voltando ao estudo sobre pobreza e cidadania, observa-se que está atrelado ao método escolhido, uma vez que ao pesquisar sobre o trabalho socioeducativo no campo das políticas sociais, em particular a assistência social, “deve-se considerar sua múltipla causalidade, as conexões internas, as relações entre suas diversas manifestações e dimensões” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 43).

As autoras ainda acrescentam:

Do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política às expressões da questão social que possuem papel determinante em sua origem (e que, dialeticamente, também sofrem efeitos da política social). Do ponto de vista econômico, faz-se necessário estabelecer relações da política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora. Dito de outra forma, relaciona as políticas sociais às determinações econômicas que, em cada momento histórico, atribuem um caráter específico ou uma dada configuração ao capitalismo e às políticas sociais, assumindo, assim, um caráter histórico-estrutural. Do ponto de vista político, preocupa-se em reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até a atuação de grupos que constituem as classes sociais e cuja ação é determinada pelos interesses da classe em que se situam (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 43).

Em outras palavras, não se pode pensar que a política social sozinha reverterá um quadro complexo de iniquidades sociais que advêm de determinações históricas, econômicas e políticas. É necessário que ela seja pensada no seu conjunto “indo do trabalho à assistência e que faça parte de um esforço global e concertado que requer uma pletera de forças, [...] mesmo porque a pobreza e a desigualdade que se quer enfrentar com medidas focalizadas são endêmicas, e, portanto, estruturais” (PEREIRA; STEIN, 2010, p.126).

A fim de melhor situar o debate, abordar-se-á a seguir o histórico da Política de Assistência Social, do SUAS, e como este traz o trabalho socioeducativo como referência metodológica de intervenção.

2.3 A Política de Assistência Social e o SUAS

A assistência ao outro é prática antiga, porém tida como ajuda e solidariedade. Ao longo do tempo grupos filantrópicos e religiosos foram moldando tais práticas e apoio,

principalmente aos pobres, viajantes, aos incapazes e aos mais frágeis sob uma forma de moral e benevolência em diferentes sociedades (SPOSATI et. al., 1995).

Desde a idade média abrem-se as instituições de caridade religiosas e leigas; desta forma, com o passar do tempo algumas ações foram incorporadas como responsabilidade públicas e, dentre elas, a assistência (SPOSATI, et. al., 1995).

Já no Brasil a assistência até 1930, salvo exceções, compreendia a pobreza como caso de polícia, tratada de maneira repressiva. Os problemas sociais eram vistos como fatos esporádicos e excepcionais. A pobreza era abordada como disfunção pessoal do indivíduo²⁰. Conforme Vieira (1995, p.12), “especialmente após 1930, o governo brasileiro exerceu forte domínio não somente no âmbito da política econômica, como também no campo da política social, alargando cada vez mais seus recursos para operar nestas áreas”. Nesse período, conforme o autor, é colocado em prática um conjunto de instrumentos legais, “com a finalidade de permitir que as camadas populares conseguissem reclamar perante o Estado satisfação de seus direitos” (VIEIRA, 1995, p. 12). No entanto, o Estado continuou contando com o trabalho realizado pela rede de solidariedade social da sociedade civil (em especial organismos ligados às igrejas de diferentes credos).

Na década de 1940, a alteração básica se refere à presença de fatores sociais nas causas da pobreza, conseqüentemente fatos que obrigam o Estado a responder, ainda que minimamente, às demandas e às necessidades dos pobres à medida que o Estado para manter sua hegemonia e legitimidade social necessita não somente atender às necessidades das classes dominantes, mas também aos reclamos da classe dominada.

A assistência social na década de 1950 adquiriu nova amplitude no discurso estatal, pois além dos programas de “pronto-socorro social”, destinados aos pobres economicamente, abarcou a prestação de serviços sociais básicos e os programas de desenvolvimento comunitário destinado às regiões com problemas de estagnação (SPOSATI, et. al., 1995).

Vale ressaltar que esta década teve como preocupações o esforço de reconstrução do pós-guerra, o combate ao comunismo e as tentativas de expansão do capitalismo internacional. No Brasil vivia-se uma modernização acelerada, a economia crescia a todo vapor e a inflação aumentava aceleradamente.

²⁰ Os modelos de atendimentos assistenciais decorrentes da percepção da pobreza como disfunção social e pessoal encaminhava-se, em geral, para o asilo ou internação dos indivíduos portadores dessa condição. Como exemplo tem-se a Santa Casa de Misericórdia no acolhimento do pobre e do miserável.

O início da década de 1960 é marcado por um movimento de contra dependência²¹ que buscava novas propostas para elaboração e realização dos programas nacionais rumo ao encontro dos modelos importados até então.

Sposati et al (1995, p. 16) explicam:

Com o golpe de 64 observa-se a instalação do Estado “autocrático burguês” que caracterizava-se por seu papel de regulador das relações sociais e gestor da economia. O modelo econômico implantado supunha dois mecanismos básicos: a concentração de renda e a abertura para o exterior; estava aí subjacente o arrocho salarial e o endividamento externo.

Entre 1964-1967, foi adotada uma série de medidas voltadas para solucionar a enorme crise em que o país se encontrava, no entanto a intensificação da pauperização e da esfoliação da força de trabalho neste período criou as condições políticas de rearticulação da sociedade civil. A crise política se arrastava desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. O vice de Jânio era João Goulart, que assumiu a presidência num clima político adverso.

O governo de João Goulart (1961-1964) foi marcado pela abertura às organizações sociais. Estudantes, organizações populares e trabalhadores ganharam espaço, causando a preocupação das classes conservadoras como, por exemplo, empresários, banqueiros, Igreja Católica, militares e classe média. Neste contexto, temia-se uma guinada do Brasil para o socialismo. Vale lembrar que neste período o mundo vivia o auge da Guerra de estilo populista e de esquerda; isso chegou a gerar até mesmo preocupação nos EUA, que combinado às classes conservadoras brasileiras, temiam um golpe.

Assim, diante das tensões políticas e/ou econômicas, João Goulart foi deposto por meio de um golpe civil-militar em 1964, quando os militares assumiram o poder e instituíram uma política que, conforme Kinzo (s.d., p. 03), pouco buscava a redemocratização brasileira. Essa direção política de governo que era para ser provisória alongou-se pelo decorrer dos anos. Os governantes desse período assumiram práticas contraditórias, como, por exemplo: se de um lado algumas ações favoreceram o curto período do milagre econômico, de outro

²¹ Segundo Filho (2005, p. 33): “[...] a definição de dependência é a de uma situação na qual as economias de um grupo de países são condicionadas pelo desenvolvimento e expansão de outras. Uma relação de interdependência, entre dois ou mais países ou entre estes países e o sistema mundial de comércio, torna-se uma relação de dependência quando alguns países podem expandir por movimento próprio, enquanto outros, estando numa situação de dependência, só podem expandir-se como um reflexo da expansão dos países dominantes, os quais devem ter efeitos positivos e negativos nos seus desenvolvimentos imediatos”.

suprimiram a liberdade de voto, de expressão, de partido, de participação e de organização popular.

Conforme Netto (2009a, p. 16), a finalidade da contra-revolução preventiva, ou seja, do golpe de 1964, era tríplice, e seus objetivos articulados, quais sejam:

Adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo.

Segundo o autor (NETTO, 2009a, p. 17), os resultados mais gerais dessa “contra-revolução preventiva”, são evidenciados na afirmação de

[...] um padrão de desenvolvimento econômico associado subalternamente aos interesses imperialistas, com uma nova integração, mais dependente, ao sistema capitalista; a articulação de estruturas políticas garantidoras da exclusão de protagonistas comprometidos com projetos nacional-populares e democráticos; e um discurso oficial (bem como uma prática policial-militar) zoológicamente anti-comunista[...].

O golpe de 1964, conforme análise do autor (2009a, p. 25), expressou a derrota das forças democráticas, nacionais e populares, bem como derrotou a alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão do fio condutor da formação social brasileira.

Kinzo (s.d., p. 03), analisando a ditadura e a transição democrática, divide, para efeito de estudo, o período de ditadura-redemocratização em três fases: 1ª. de 1974 a 1982, período em que o total controle era dos militares, parecia muito mais uma experiência de reforma no governo, o qual já estava no poder há 10 anos, do que o início de uma transição democrática; 2ª. de 1982 a 1985, os militares ainda mantinham o domínio, mas outros autores apareceram no cenário político e 3ª. de 1985 a 1989, fase em que os militares deixam de ter o papel principal, sendo substituídos por políticos civis juntamente com a participação e organização da sociedade civil.

Para Kinzo (1988 apud KINZO, s.d., p. 02) esse período

[...] era um arranjo que combinava traços característicos de um regime militar autoritário com outros típicos de um regime democrático. Este arranjo peculiar foi o responsável, em grande medida, por sucessivas crises políticas que acompanharam o regime, fazendo-o se caracterizar por fases alternadas de repressão e liberalização

permeadas por crises políticas resultantes de conflitos dentro do exército e entre grupos e a oposição democrática (KINZO 1988 apud KINZO, s.p., p. 02).

A instabilidade acompanhou o período militar no Brasil; deste modo, o processo de redemocratização no país foi lento e gradual, segundo Kinzo (s.d., p.02) “transcorreram 11 anos para que os civis retomassem o poder e outros cinco anos para que o presidente da República fosse eleito por voto popular” (p. 06) e continua “[...] no entanto, dado o contexto social e político no qual se processou a reconstitucionalização do país, o novo estava fadado a conviver com o velho [...]” (p. 07).

Ademais (KINZO, s.d., p. 7),

[...] a democratização que se iniciou com a restauração do governo civil não foi o produto de uma ruptura com a antiga ordem. Isto implica que a reconstrução do sistema político deu-se através de acomodações e do entrelaçamento de práticas e estruturas novas e antigas, combinação esta que estruturou as opções e estratégias seguidas pelos principais atores do processo político. Salientar este ponto não significa desconsiderar os avanços democráticos conquistados, os quais são, em grande medida, o produto da dinâmica política introduzida pelo próprio processo de democratização.

Neste sentido, Sposati et al (1995, p. 42) informam que:

Progressivamente, o Estado brasileiro passa reconhecer a questão social como questão política a ser resolvida sob sua direção. A assistência começa a se configurar, quer como uma esfera programática da ação governamental prestação de serviços, quer como mecanismo político para amortecimento de tensões sociais .

Entretanto, embora o Estado procurasse responder às pressões vindas da população, os benefícios contidos em seus serviços ainda eram materializados como privilégios e não como direitos.

Somente com a Constituição de 1988 e aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 é que se introduz realmente uma nova concepção da assistência social como direito e como política social integrante do Sistema de Seguridade Social atribuindo ao Estado o dever de garanti-la.

Assim,

A inclusão da assistência social no sistema da Seguridade Social, juntamente com as políticas de saúde e previdência está provocando, desde então, transformações legais e institucionais, regulamentadas em diversas legislações. Ao ser regida por novas regras, a assistência social, especificamente, deve reorganizar tanto os benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, quanto os mecanismos de financiamento e de gestão político-institucional. Por outro lado, ao instituí-la como política de seguridade social, o Estado brasileiro passa a reconhecê-la como parte de um sistema mais amplo de proteção social, de modo que sua articulação com as demais políticas torna-se obrigatória e indispensável, sendo condicionada, mas também condicionando as políticas sociais governamentais (BOSCHETTI, 2003, p. 77).

Todavia, a assistência social embora reconhecida como direito mantém as prestações assistenciais apenas para pessoas comprovadamente pobres, bem como implementa serviços, programas e projetos que visualizam/focalizam populações de “risco social”; ou seja, muitas diretrizes presumidas pela Constituição não foram implementadas, colocando em risco o próprio conceito de seguridade social (BOSCHETTI, 2003).

Neste âmbito, nota-se que a seguridade social brasileira fica entre o seguro e a assistência, mesmo porque até hoje ainda permanece a tensão entre consolidá-la como algo público, amplo e universal ou restringir suas funções públicas às camadas mais pobres da população.

Pode-se ratificar este pensamento quando Boschetti (2003) afirma que enquanto a previdência volta-se para os benefícios condicionados a contribuições efetuadas e a Saúde adota o modelo assistencial Beveridgiano (universalização, descentralização, uniformização dos direitos, unificação institucional, financiamento predominantemente de origem fiscal) ligando-se ao seguro somente no que se refere ao auxílio-doença, a assistência social apesar de ser caracterizada como não contributiva voltou-se para uma ordem focalista e meritocrática.

Segundo Pereira e Stein (2010, p. 107),

[...] as prestações sociais são ditadas pelo imediatismo e pela rapidez de resultados, geralmente quantitativos e referenciados na renda; o mérito desbanca o direito, até mesmo entre os pobres, que se transformam em vítimas meritórias da proteção social, por sua situação de penúria; as preferências individuais substituem as necessidades sociais na definição das políticas; e as legítimas demandas, as necessidades sociais (direito à saúde, ao trabalho, à educação, à assistência) como seguridade social.

Desta forma, reorientar a prática assistencial na direção da luta pela constituição da cidadania implica ir além do aparente, de modo a fazer emergir a relação particular-singular-universal, a vinculação entre o destino singular vivido e os determinantes gerais da classe a que pertence. Com isto, os serviços assistenciais, além de acesso a recursos para responder às necessidades reais, contêm movimento tanto na direção da reprodução da alienação do trabalhador, quanto na direção do reforço à consolidação dos interesses populares.

Portanto, segundo Sposati et al (1995, p. 77), pode-se dizer da Política de Assistência Social:

Nascidas das necessidades da população e articuladas como estratégias de controle do Estado sobre as classes subalternizadas, a fim de configurar a face humanitária do capitalismo sob aparência de assistência ou benefício, as práticas de assistência social pública são também espaços de conquistas de direitos sociais e de reconhecimento da cidadania das classes subalternizadas.

Nesta perspectiva, apontou-se como principal deliberação a construção e implementação Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2004, em Brasília/DF.

A construção do SUAS foi fundamentada no princípio constitucional dos direitos socioassistenciais²² como proteção de seguridade social, regulada pelo Estado como seu dever e direito de todo cidadão.

Nesse sentido, segundo Sposati (2004, p.171), “a criação do SUAS exige que se tenha como ponto de partida, unidade de concepção, quanto ao âmbito e conteúdo da política de assistência social, sob o paradigma do direito e da cidadania”.

Desse modo, o SUAS implantado a partir de 2005, como nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS), na busca de materializar o conteúdo da LOAS e romper com o clientelismo e as políticas de favor e ocasião, traz consigo a formulação de políticas que requerem conhecimentos diversos na perspectiva multidimensional, com o intuito de proporcionar *ações emancipatórias* e possibilitadoras de reais conquistas de direito.

Para tanto, o SUAS estabelece dois níveis de proteção social: básica de caráter preventivo – e especial – quando ocorre violação de direitos,²³ bem como organiza e define elementos essenciais à execução da política de assistência social, sendo eles: Matricialidade Sócio Familiar; Descentralização Político – Administrativa e Territorialização; Novas Bases para Relação entre Estado e Sociedade Civil; Financiamento; Controle Social; A Política de Recursos Humanos; Informação, Monitoramento e Avaliação.

Priorizando aqui a proteção social básica sem dar menos importância à especial, é válido enfatizar que a proteção social básica se realiza a partir de um equipamento público “capaz” de garantir a atenção integral às famílias em determinado território – o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), também conhecido como Casa da Família.

Assim, o Centro de Referência de Assistência Social é:²⁴

- a unidade estatal responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica de assistência social às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;

²² “Todos os direitos de proteção social de assistência social consagrados em Lei para todos: Direito, de todos e todas, de usufruírem dos direitos assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro à proteção social não contributiva de assistência social efetiva com dignidade e respeito. Exemplos: Direito de equidade rural-urbana na proteção social não contributiva; Direito de equidade social e de manifestação pública; Direito à igualdade do cidadão e cidadã de acesso à rede socioassistencial; Direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade; Direito em ter garantida a convivência familiar, comunitária e social; Direito à Proteção Social por meio da intersetorialidade das políticas públicas; Direito à renda; Direito ao co-financiamento da proteção social não contributiva; Direito ao controle social” (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2005).

²³ Para maiores informações vide Norma Operacional Básica do SUAS.

²⁴ Manual de Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social, Junho/2006: p. 13.

- a unidade efetivadora da referência e contra-referência do usuário na rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e unidade de referência para os serviços das demais políticas públicas;
- a “porta de entrada” dos usuários à rede de proteção social básica do SUAS;
- a unidade que organiza a vigilância social em sua área de abrangência;
- uma unidade pública que concretiza o direito socioassistencial quanto à garantia de acessos a serviços de proteção social básica com matricialidade sócio-familiar e ênfase no território de referência;
- um equipamento onde são necessariamente ofertados os serviços e ações do Programa de Atenção à Família (PAIF) e onde podem ser prestados outros serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica relativos às seguranças de rendimento, autonomia, acolhida, convívio ou vivência familiar e comunitária e de sobrevivência a riscos circunstanciais.

E dentro desta realidade, mais precisamente na desenvoltura do Programa Atenção à Família (PAIF) marcada por um campo contraditório – o sentido de compreender o estreito limite entre direitos e carências, emancipação e dependência, diante da atual reestruturação conservadora do Estado²⁵ e da economia – é que focamos o objeto da pesquisa – o trabalho socioeducativo – na percepção dos trabalhadores sociais que trabalham junto às famílias atendidas pelos CRAS.

É necessário esclarecer que o PAIF é ofertado por meio dos serviços socioassistenciais, socioeducativos e de conveniência e projetos de preparação para inclusão produtiva e voltada para as famílias, seus membros e indivíduos, conforme suas necessidades identificadas no território. Este programa é uma importante estratégia do SUAS de integração dos serviços socioassistenciais e dos programas de transferência de renda.

Por conseguinte, o trabalho profissional dos assistentes sociais e psicólogos nos CRAS junto aos usuários dos serviços socioassistenciais é fundamental na efetivação do Sistema, já que tais profissionais operam diretamente com os indivíduos e famílias na perspectiva *socioeducativa* a partir das questões tratadas nos grupos (mulheres, crianças, adolescentes e idosas) (BRISOLA, 2010, p. 8).

A direção política do trabalho com estes grupos deve contribuir para a constituição de uma identidade de classe, cujo elemento central a ser trabalhado reside na desagregação política e social dessa demanda, na qual a privação material compromete em grande medida a

²⁵ A sociedade contemporânea há algum tempo vem sofrendo profundas mudanças, trazendo significativas repercussões nas relações de trabalho e de produção. Na era da globalização da economia, das inovações tecnológicas (robótica, automação, microeletrônica), tem sido preponderantemente a flexibilização dos processos de trabalho. O que se presencia no momento é uma crise estrutural do capital, que teve início nos anos 70 do século XX e que perdura até nossos dias. Assim, o capital em busca de resposta a sua crise deflagra um processo de reestruturação produtiva, trazendo profundas mudanças no mundo do trabalho. Essa estrutura produtiva reflete nos direitos trabalhistas, que são desregulamentados, flexibilizados, aumentando a fragmentação da classe trabalhadora, bem como a desmobilização do sindicalismo de classe, convertendo-o, na maioria dos casos, em um sindicalismo de empresa. Essas condições importantes para munir o capital do instrumental necessário à acumulação flexível e intervenção estatal (ABREU; FÁVARO, 2001).

sua constituição enquanto sujeito coletivo, pois, segundo Marx (1996, p.39), “o homem deve ter suas necessidades materiais supridas para ter condições de realizar a história”.

Neste sentido, cabe enfatizar a importância do trabalho socioeducativo desenvolvido, principalmente com as famílias atendidas nos CRAS, uma vez que estes trabalhos devem se constituir como subsídio na luta pela implementação dos direitos sociais e emancipação das famílias, visto que é necessária a desmistificação da função ideológica que os processos educativos cumprem na sociedade de classes, pois é comum a educação ser tratada como saída para as desigualdades, tornando-se um discurso ideológico que as disfarça, por meio da homogeneização entre as classes sociais (ROMANO, 2009, p.79).

Antes de se iniciar a discussão acerca do trabalho socioeducativo propriamente dito, importa compreender alguns fatores a respeito da implantação do SUAS, bem como o significado de trabalho social como categoria da vida social, derivando daí outras categorias que norteiam o presente trabalho.

Conforme Lopes (2006, p. 84), “muitos foram, e têm sido, os investimentos para operar o “velho” e o novo numa cadência de responsabilidades e desafios”. Está claro que o processo da política de assistência social brasileira não aconteceu de forma linear e simples. A autora afirma que criar e garantir todas as novas interlocuções para implantação do SUAS exige estratégias com duplo objetivo: a revisão sistemática dos processos político-administrativos existentes, com suas lacunas históricas e prejuízos incalculáveis à realização do direito à assistência social; a formulação de um conjunto de ações e decisões que viabilizariam cumprir as orientações e diretrizes de base técnico-política para uma implantação sólida que seja construída coletivamente.

Em suma, é antes de tudo um processo negociado delicadamente, pois enseja, concomitantemente, construir as formas de cooperação entre entes políticos soberanos, em estabelecer as responsabilidades comuns e em remanejar atribuições coordenadamente (LOPES, 2006).

Neste sentido, não se pode imaginar que esse processo não foi e/ou não é repleto de afirmações que se contradizem e depois se reafirmam num movimento dialético, o qual envolve todas as partes que o compõem sem perder de vistas suas particularidades e tensões. De tal modo, “não se constitui exatamente uma novidade afirmar que a assistência social, historicamente, se configurou como campo de intervenção política e social nebuloso” (BOSCHETTI, 2003, p. 41).

Já no que diz respeito ao caráter social do trabalho, este tem suas raízes na divisão do trabalho na sociedade e na produção, e, conforme Marx (1996), é necessário apreender a

historicidade dessa categoria, pois ela assume formas específicas nos diferentes estágios do desenvolvimento capitalista.

Os homens, explica-nos Marx (1996), ao produzirem os meios de vida, produzem sua vida. “O modo de produzir os meios de vida refere-se não só à *reprodução física dos indivíduos, mas à reprodução de determinado modo de vida*” (IAMAMOTO, 1992b, p. 56, grifos da autora). A produção da própria vida por meio do trabalho, e não apenas por ele, dá-se em uma dupla relação – natural e social, porque “compreende a cooperação entre os agentes envolvidos, determinadas relações sociais, estabelecidas no ato de produzir, as quais envolvem o cotidiano da vida em sociedade” (IAMAMOTO, 1992b, p. 56).

Iamamoto (1992b, p.55) baseada nos escritos de Marx explica que “a divisão do trabalho na sociedade determina a vinculação de indivíduos em órbitas profissionais específicas, tão logo o trabalho assume o caráter social, executado na sociedade e através dela”, na medida em que é na vida em sociedade que ocorre a produção. “A produção é uma atividade social. Para produzir e reproduzir os meios de vida e de produção, os homens estabelecem determinados vínculos e relações mútuas, dentro e por intermédio dos quais exercem uma ação transformadora da natureza, ou seja, realizam a produção” (IAMAMOTO, 2005, p. 29). Nesse sentido, o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho exige a cooperação de muitos trabalhadores livres, bem como o parcelamento das atividades em escala inimaginável anteriormente ao modo de produção capitalista.

No contexto da produção e reprodução da vida social na ordem burguesa se inscrevem as práticas profissionais, derivadas de sua inscrição na divisão social do trabalho, atendendo as necessidades de reprodução do capital. No caso dos profissionais do Serviço Social e da Psicologia, ao desenvolverem suas práticas no âmbito do Estado, ao mesmo tempo em que corroboram com a reprodução do capital – porque são profissões requisitadas por ele, atendem também, no mesmo movimento, os interesses das classes trabalhadoras (YAZBEK, 2009).

De posse da compreensão de que o trabalho social implica vinculação de diferentes profissões em instituições privadas ou públicas no processo de produção e reprodução social, importa entender que tanto o Serviço Social como a Psicologia têm sua inserção na divisão social do trabalho de maneira muito particular; nesse sentido é necessário elucidar essas historicidades, a fim de se entender as visões desses profissionais acerca do trabalho socioeducativo. De outro lado, é também importante conhecer o processo de formação profissional dessas duas áreas visto que o processo de formação imbrica-se substantivamente aos modos de ser dos profissionais.

2.5 O Trabalho Socioeducativo

Nesta seção, discute-se o significado do conceito de Trabalho Socioeducativo, tendo em vista que se parte do princípio de que o trabalho socioeducativo se caracteriza como metodologia para os profissionais dos CRAS, a fim de garantir os direitos e a cidadania; isto porque “entende-se por metodologia uma construção teórico-prática, onde se expressam concepções de mundo, sociedade e homem, ao mesmo tempo em que se elaboram propostas e ações concretas de intervenção sobre o real” (CAVALCANTE, 2004, p.93).

Destaca-se que o trabalho socioeducativo encontra seu fundamento na perspectiva do trabalho como princípio educativo; ou seja, entende-se que todo sistema educacional, seja ele formal ou informal²⁶, assenta-se na perspectiva do trabalho, na medida em que o “trabalho é a base da existência humana. Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas” (SAVIANI, 1986, p. 14).

Na perspectiva teórica aqui adotada, o trabalho é considerado princípio educativo de uma estratégia político-educativa que tenha no horizonte a transformação revolucionária do capital (TUMULO, 2005).

Assim, refletir acerca da importância do socioeducativo e como este se manifesta no contexto atual de ofensiva neoliberal é fundamental, pois a quem interessa a educação das classes subalternizadas e qual direção tem sido impressa nessa ação (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, pp.41-42).

Inicia-se pelo pensamento de Paulo Freire (1960), segundo o qual “mesmo que não percebamos, nossa prática como educadores é para libertação dos seres humanos, sua

²⁶ Segundo Chauí (1980), educação formal é aquela que se pauta numa ideologia, no entanto esta estaria desprovida de uma história real porque nos bancos escolares o conhecimento e o ensino são transmitidos de acordo com uma ideologia fundamentada na percepção da classe dominante em relação aos fatos históricos independente do período, ou seja, a educação formal volta-se para uma prática tecnicista respaldada apenas em letras do alfabeto (NOSELLA, 2007). Com relação à educação informal esta se direciona a uma formação político-pedagógica, onde o homem se reconhece como ser inacabado dentro de uma realidade histórica que pode ser transformada por ele (FREIRE, 2005). De acordo com Fernandes, R. (2007), a educação informal consiste no processo educativo permanente que se dá no próprio ambiente onde se encontra o educando. Tal educação não gera acomodação, pois se referencia numa educação de prática contínua, na qual a cultura do educando é pano de fundo para a aprendizagem, uma vez que faz parte do processo de conhecimento. Entende-se que a complementariedade de ambas seria o ideal, pois se reconhece a importância de cada uma no processo educacional do indivíduo.

humanização ou para a sua domesticação e sua dominação” (FREIRE, 1960, apud OLIVEIRA, H. 2011, p. 251).

Desde modo, ressalta-se que o socioeducativo contempla a mesma concepção da educação popular, em especial a de Paulo Freire, conforme dispõe Abreu (2011, p. 233),

Reitera-se que a mobilização e a educação popular, enquanto instrumentos pedagógicos na perspectiva da educação emancipatória voltada para formação de sujeitos capazes de participar crítica e conscientemente da práxis transformadora, são necessários e indispensáveis aos processos de luta e organização da classe trabalhadora.

Toda experiência de educação popular vivenciada no Brasil na década de 1960 teve Paulo Freire como base e preocupava-se com um trabalho em favor da emancipação humana.

Freire vislumbra a emancipação como peça fundamental no alcance da autonomia, e rejeita a autonomia do ideal neoliberal, pois para o capitalismo a autonomia voltava-se para a concorrência e a prática individualista e para o autor a autonomia era sinônimo de liberdade (OLIVEIRA, H. 2011).

Assim, conforme Paulo Freire a educação popular constituiu-se um paradigma educativo que visava contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes subalternas, respaldada numa teoria que partia da realidade, valorização dos saberes populares, voltada para uma transformação social com base ética e política (MACHADO, 2012, p. 152).

Ao partir desse pressuposto, Freire afirma que a conscientização não pode deixar de existir fora da práxis, pois “práxis humana é a unidade indissolúvel entre a ação e a reflexão sobre o mundo” (FREIRE, 2001, p.26 apud CARLOTO; LIMA, 2009).

Os autores Lima e Carloto (2009, p. 131) ainda expõem que “não é suficiente desvelar realidade para que haja conscientização [...] mas que é necessário transformar essa realidade pela ação prática sobre ela”.

Desta forma, entende-se que:

A conscientização é [...] um ato de conhecimento. Implica um desvelamento da realidade com o qual vou me aprofundando [...] para desvelar a sua razão de ser [...]. O processo de conscientização implica [...] um ato lógico de conhecimento e não transferência de conhecimento. [...] não se pode basear na crença de que é dentro da consciência que se opera a transformação do mundo, a criação do mundo. É dentro do próprio mundo que, na história, através da práxis se dá o processo de transformação (FREIRE, 1979 apud MACHADO, 2012, p. 164).

E ainda:

[...] conscientização é exatamente a unidade entre o sujeito e o objeto. Sua fonte é a realidade objetiva e tudo o que provém do mundo exterior, fora de nós. Nesse

processo, entende a consciência como pré-condição para a transformação social, possibilitando às massas desvelar a realidade objetiva sob a qual deve incidir a ação transformadora [...] (GOMES, M. 2011, p. 65).

Em outras palavras, Transpadini (2010, p. 97) assegura que “homens e mulheres se tornam sujeitos políticos, quando tomam consciência de sua ação transformadora frente ao mundo. E nessa tomada de consciência percebem que seu ser, sempre social, está ou não em comum ação com o de outros seres.”

“Esse ser social consciente de seu papel político remete ao humano sua consolidação de sujeito da história e. como tal, sujeito político” (TRANSPADINI, 2010, p. 97), ou seja, concebe uma nova cultura política que corrobora o rompimento de uma sociedade alienada, pois é fundamental uma prática pedagógica que parta da conscientização, “provocando atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação, sem submeter, domesticar, adaptar o ser humano, sem ajustá-lo à sociedade e, sim, promovendo-o em sua própria linha de raciocínio” (MACHADO, 2012, p. 166).

No entanto, não se pode perder de vista que essa educação popular se dá em um “mundo contraditório, em conflito, em disputa, e que só é possível assumir um novo processo, projeto, tendo claro sobre como são os mecanismos estruturais de condicionamento do que se tem, impedimento concreto de ação para a proposição do que se quer” (TRANSPADINI, 2010, p. 94).

Para Lemos (2001 apud COSTA; PINTO, 2005, p. 42):

O novo paradigma para ação do assistente social é o potencial humano. Portanto, a capacidade de ser um educador, técnico, treinador, além de estar apto para desenvolver inteligências são os grandes desafios do assistente social de hoje. [...] esse assistente social educador, aquele que ensina, dá os sinais para que as pessoas tenham acesso à aprendizagem democrática e possam exercer a autogestão de sua vida; atribui ainda ao Assistente Social a função de ser um encorajador das pessoas para que assumam seus papéis, com autonomia, e não a atuem como reprodutores de normas alheias (LEMOS, 2001, apud COSTA; PINTO, 2005, p. 42).²⁷

Assim, embora passados tantos anos desde a elaboração do método Paulo Freire, este não faz parte de um passado morto que não informa o presente; pelo contrário, permanece instigante para os que desafiam transformar a sociedade, pois contribui ainda com o contexto atual como instrumento para repensar a dimensão política da prática profissional diante das propostas que buscam o fortalecimento da classe trabalhadora (GOMES, M. 2011, p. 68).

²⁷ Embora o autor refira-se ao assistente social, ressalta-se que se entende também o psicólogo e os demais trabalhadores sociais como esse educador social.

Nesta direção, o Caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF (2012) apresenta como abordagem metodológica para o trabalho social com família²⁸ a Pedagogia Problematicadora pensada por Paulo Freire.

O documento (2012, pp. 90-91) traz alguns pressupostos da pedagogia da problematização que se adotados como abordagem metodológica de intervenção contribuirão para alcançar os objetivos do trabalho social no PAIF, os quais coincidem com a proposta do trabalho socioeducativo:

- Assumir o ser humano como um caminho aberto de possibilidades, estimulando-o ao alcance do “ser mais” proposto por Paulo Freire; - Estabelecer uma relação horizontal/dialógica entre profissionais e usuários do Serviço, baseada no respeito, na problematização e na igualdade de saber entre técnicos e usuários do PAIF; - Adotar ferramenta dialógica, baseada no diálogo, na fala, mas, sobretudo, na escuta – é preciso aprender a escutar; - Investigar o universo temático das famílias usuárias do PAIF, a fim de eleger “temas geradores” a serem com elas trabalhados. A investigação temática envolve a investigação do próprio pensar das famílias, por meio da observação compreensiva – captar o não dito, os elementos simbólicos, explícitos e implícitos nas ações sociais. Isso significa que: “não posso pensar pelos outros, nem para os outros, nem sem os outros...”; - Centrar o trabalho social com famílias em experiências estimuladoras da decisão, desde que sejam experiências respeitadas de liberdade, pois Paulo Freire ensina que ninguém é primeiro autônomo, para depois decidir o que fazer. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões que vão sendo tomadas ao longo da vida. Da mesma forma que ninguém ensina ninguém – ninguém é sujeito da autonomia de ninguém; - Estimular a compreensão das famílias e seus membros sobre sua presença no mundo, auxiliando-as a problematizá-la. O trabalho social com famílias deve ser pensado no sentido de possibilitar a percepção de que a situação concreta vivida pela família “não é destino certo ou vontade de Deus, algo que não pode ser mudado”, mas sim o resultado de estruturas sociais que estão fora, mas também dentro dos indivíduos. Nessa direção, é preciso auxiliar as famílias a problematizar as contradições presentes no território, reconhecer o dever estatal de assegurar direitos e incentivar sua inserção em canais de participação social (CADERNO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O PAIF, 2012, p. 90-91).

Portanto, nesta perspectiva, deseja-se apresentar dois conceitos de educação popular que vão ao encontro do que se concebe como socioeducativo para os trabalhos nos CRAS nesta pesquisa:

Nesta perspectiva, a educação popular não se restringe à educação formal e escolar, muito pelo contrário. Entendemos, assim como Gramsci, que educação se constitui como um amplo processo de formação, que passa por diferentes dimensões da vida dos sujeitos, contribuindo para tomada do senso crítico, para o desenvolvimento de seu processo de formação da consciência, ou seja, para sua constituição enquanto ser social (FARAGE, 2011, p.261).

²⁸ “Não se pode esquecer que se constituem diretrizes teórico-metodológicas do trabalho social com família no âmbito do PAIF: Fortalecer a assistência social como direito de cidadania; Respeitar a heterogeneidade dos arranjos familiares e sua diversidade cultural; Rejeitar concepções preconceituosas, que reforcem desigualdades no âmbito familiar; Respeitar e preservar a confidencialidade das informações repassadas pelas famílias no decorrer do trabalho social; Utilizar e potencializar os recursos disponíveis das famílias no desenvolvimento do trabalho social; Utilizar ferramentas que contribuam para a inserção efetiva de todos os membros da família no acompanhamento”.

A educação popular é reafirmada como parte das estratégias de formação política e ideológica da classe trabalhadora, em face de necessidade de produção e difusão do conhecimento crítico sobre as condições de vida e sua transformação em bases de ações vitais em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral (GRAMSCI, 1999, p. 95, apud ABREU, 2011, p. 238).

Por conseguinte, nota-se como é importante e pertinente a construção de instrumentos pedagógicos que envolvam o pensamento crítico para os profissionais que atuam na assistência social a fim de realizar conquistas democráticas e emancipatórias. Nesta perspectiva, concorda-se com Oliveira e Elias (2005) quando atribuem às ações socioeducativas quatro características essenciais na perspectiva emancipatória: (in)formativas, reflexivas, participantes e organizativas.

A primeira característica diz respeito ao processo de comunicação, das orientações sociais de direitos e cidadania, a decodificação do real, entre outros (OLIVEIRA; ELIAS, 2005).

Paulo Freire (1988, p. 13) afirmava,

[...] é tão importante partir da realidade do educando quanto caminhar no sentido da superação, da ultrapassagem desse momento inicial, possibilitando a ele a ampliação do conhecimento crítico dessa realidade, garantindo o acesso ao conhecimento mais elaborado, como um instrumento a mais para melhor lutar contra a opressão.

A segunda envolve a reflexão que leve “à análise de conjuntura, a reflexão sobre os problemas do dia-a-dia, tendo como conteúdo as contradições econômico-ideológicas da organização social capitalista, sob a luz do saber popular [...]” (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 57), pois a “educação pode atuar na formação da consciência, ao tornar operacional uma ação política mais adequada” (CAVALCANTE, 2004, p. 97).

A característica participativa conforme Oliveira e Elias (2005) possui dois níveis: o intrínseco e o extrínseco. O primeiro refere-se ao espaço privilegiado onde educador/educando possam desenvolver e obter o pleno exercício da participação durante todo o processo socioeducativo; o segundo refere-se à participação da população junto às demais esferas da sociedade na luta por interesses comuns.

E por último a característica organizativa, que segundo as autoras dá-se como “consequência” do processo participativo. Partindo desse pressuposto, é importante compreender como o trabalho socioeducativo teria que avançar os limites dos grupos e atendimentos, expandir fronteiras, causar mobilização para ocasionar a transformação social, pois todo trabalho socioeducativo deve propiciar, pelo seu caráter de construção de processo,

não só o desenvolvimento das famílias ou indivíduos, mas também uma formação continuada a todos os envolvidos nesse trabalho.

Mesmo porque, como explica Freire (2005, p. 90):

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.

Diante da busca prévia do conhecimento sobre o assunto, ressalta-se que o trabalho socioeducativo em sua maioria é citado como espaço para mudança. Deste modo, pode-se afirmar “que promover a mudança é o que deve, portanto, vislumbrar o sistema socioeducativo” (COSTA, C. 2005, p.86).

Outro elemento fundamental destacado pelos autores (OLIVEIRA; ARAUJO, 2010; COSTA, C. 2005; OLIVEIRA; ELIAS, 2005; TORRES, 2009; ROMANO, 2009) se refere ao protagonismo do sujeito, ou seja, ao desenvolver o trabalho socioeducativo, “o usuário é identificado como um dos protagonistas do processo interativo e não como um receptor dos serviços estabelecidos previamente pelo poder público ou mesmo pelas organizações” (TORRES, 2009, p. 18), e a autora ainda afirma que “um dos principais ganhos do trabalho socioeducativo é que, no processo metodológico, o usuário é o sujeito reconhecido como protagonista dessa relação” (TORRES, 2009, p. 18).

Oliveira e Araujo (2010, p. 178, grifos nossos) esclarecem que “a Escola Minha Segunda Casa (EMSC) espera que os sujeitos sejam capazes de se descobrirem cidadãos, indo além dos desafios físicos [...] o que leva a posicionamentos em que *se reconheçam e sejam reconhecidos como protagonistas da própria história e não meros figurantes*”.

De um modo ainda mais específico, alguns trabalhos, em especial o de Costa, C. (2005), sugerem a existência de aspectos essenciais a serem promovidos pelo trabalho socioeducativo: a troca de experiência sem perder de vista a singularidade do indivíduo e a importância de vínculos entre os atores do trabalho.

Assim,

O entendimento proposto acerca do que constitui uma experiência bem sucedida na aplicação da medida socioeducativa abre um leque de possibilidades de apreendermos a experiência humana, em sua pluralidade reduzindo o risco de restringir tais experiências a critérios estreitos, categorias ou fórmulas universalizantes, permitindo, antes, a riqueza do que significa vivenciar experiências transformadoras (COSTA, C. 2005, p. 87).

A autora também alerta que os vínculos sociais colaboram na luta contra exclusão social, pois a perda ou enfraquecimento deles caracteriza um processo de não capacidade para o social²⁹, o que leva a crer, pelas observações e experiências, que a abertura para vinculação afetiva proporciona mudanças positivas e favoráveis ao desenvolvimento do sujeito (COSTA, C. 2005, pp. 88-89).

No entanto, pensar o potencial do socioeducativo como promotor de mudanças, não significa dizer que se atribui a ele o total poder de restaurar aquilo que foi historicamente e socialmente “tirado” dos indivíduos, mesmo que sejam suas necessidades básicas, pois estes indivíduos estão inseridos em um contexto social. Mesmo porque, de acordo com Romano (2009, p. 57):

[...] procuramos situar a dimensão socioeducativa das práticas profissionais, especificamente relacionadas à assistência, pautadas na concepção de que as práticas adquirem compreensão e sentido no contexto histórico em que são produzidas, pois respondem à determinada necessidade da sociedade, em determinado momento histórico, contribuindo para manutenção, transformação ou mesmo para ambos os processos, tendo em vista a contraditoriedade presente no movimento dialético das práticas sociais .

Assim, entende-se que “é necessário analisar e enfrentar fatores econômicos, ambientais, sociais, pessoais. Isso implica numa atuação macro em face de políticas públicas e organizacionais, ou seja, uma reorganização dos serviços e dos equipamentos de atenção social” (KAHHALE, 2004, p. 103).

Campos (2004) também reitera a ideia de que não é fácil o trabalho com família devido às constantes “mudanças” e transições que ocorrem nos últimos tempos. A família está inserida num complexo de relações, as quais não ocorrem somente entre os indivíduos que compõem determinada família, mas também nas relações destes com outras esferas, ou seja, é necessário partir desta realidade para desenvolver o trabalho.

Isto significa que o trabalho socioeducativo vai além da simples concepção de mudança a partir do indivíduo; ele toma para si todas as dimensões no qual este indivíduo está inserido; ou seja, é necessário considerar a totalidade, bem como as mediações³⁰ (categoria

²⁹ Entende-se por capacidade para o social a propensão do indivíduo em interagir com o seu meio, seja ele, familiar, comunitário ou social, o que pode levar ao seu desenvolvimento e reforço dos vínculos sociais estabelecidos.

³⁰ Conforme Pontes (1999, p.8-9) explica: “não faz sentido qualquer reflexão em torno da categoria de mediação desconectada do método dialético, do qual é componente medular. Em primeiro lugar lembremos que a concepção dialética primordialmente se caracteriza pela perspectiva da totalidade. A totalidade aqui é entendida a partir da compreensão lukacsiana: totalidade é um complexo constituído de complexos subordinados. Esta visão distingue-se daquela que afirma ser a totalidade a mera soma das partes, porque cada parte deste complexo se constitui num outro complexo que se articula aos demais por meio de múltiplas mediações. Neste sentido, a mediação aparece neste complexo categorial com um alto poder de dinamismo e articulação. É responsável pelas moventes relações que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações

que permite o movimento entre o universal-particular-singular para compreensão crítica do todo), pois o processo é dialético e exige, antes mesmo da intervenção, uma análise crítica do contexto. Torres (2005, p.22) afirma que “quem erra na análise, erra na intervenção”.

Nesta perspectiva, essas são ideias fundamentais para sustentar a compreensão do trabalho socioeducativo, para pensá-lo como perspectiva interventiva na Política de Assistência Social.

2.5.1 O Trabalhador Social

Embora a revisão de literatura não tenha proporcionado trabalhos que pudessem fundamentar esta pesquisa no que diz respeito ao trabalhador social, não se poderia dar continuidade a esta sem referenciá-lo, já que a pesquisa busca discorrer sobre o trabalho social, aqui o socioeducativo, desenvolvido pelo(s) trabalhador(es) social(is) (assistentes sociais e psicólogos) dos CRAS de Pindamonhangaba/SP.

Nesta perspectiva, com a implementação do SUAS, a atuação dos profissionais, principalmente nos equipamentos estatais públicos (CRAS e CREAS), ganha centralidade, haja vista que as “implicações éticas e técnicas do trabalho têm como diretriz o impacto político-pegagógico do exercício profissional na direção do protagonismo³¹ e do pleno desenvolvimento dos sujeitos de direitos” (SILVEIRA, 2009, p. 336).

dinâmicas e contraditórias entre estas várias estruturas sócio-históricas. Enfim, a esta categoria tributa-se a possibilidade de trabalhar na perspectiva de Totalidade”.

³¹ A origem etimológica do termo remete à palavra *protagonistés* que, no idioma grego, significava o ator principal de uma peça teatral, ou aquele que ocupava o lugar de destaque em um acontecimento (FERREIRA, 2004). As restrições mais comuns em relação ao uso desse termo, no jargão sociológico, se devem a fatores de ordem política, uma vez que a utilização alternativa da palavra 'participação' parece sugerir "uma abordagem mais democrática na ação social, sem colocar em destaque um protagonista singular" (FERRETTI, ZIBAS & TARTUCE, 2004, p. 3, apud PIRES; BRANCO, 2007, p. 314). Para Gohn (2004, p. 20-31), “A democracia direta e participativa, exercitada de forma autônoma, nos locais de moradia, trabalho, estudo etc. é tida como o modelo ideal para a construção de uma contra hegemonia ao poder dominante. Participar das práticas de organização da sociedade civil significa um ato de desobediência civil e de resistência [...] É no plano local, especialmente num dado território, que se concentram as energias e forças sociais da comunidade, constituindo o poder local daquela região; no local onde ocorrem as experiências, ele é a fonte do verdadeiro capital social, aquele que nasce e se alimenta da solidariedade como valor humano. O local gera capital social quando gera autoconfiança nos indivíduos de uma localidade, para que superem suas dificuldades. Gera, junto com a solidariedade, coesão social, forças emancipatórias, fontes para mudanças e transformação social, ou seja, o protagonismo se daria não pela simples participação, a fim de [...] ocupar espaços antes dominados por representantes de interesses econômicos, encravados no Estado e seus aparelhos. A importância se faz para

Assim, o trabalho do(s) trabalhador(es) social(is) engloba:

[...] diferentes competências e atribuições configurando modalidades interventivas que partem da identificação de necessidades sociais individuais, familiares ou coletivas, com crítica e sistematização das condições de vida da população usuária, resultando em informação, orientação e formação reflexiva, na perspectiva do reconhecimento e atendimento às necessidades básicas, no acesso aos direitos, serviços e equipamentos públicos. Procedimentos metodológicos direcionados pelos princípios ético-políticos possibilitam o desenvolvimento de abordagens que coletivizem as reflexões, transfigurem a cultura da ajuda e resulte em novas práxis (SILVEIRA, 2009, p. 356).

Neste sentido, sobressai a relevância de construir processos de intervenção que fortaleçam atitudes protagonistas, incentivem a criação de uma cultura democrática e de direitos baseada em valores e princípios que ultrapassem a desigualdade socioeconômica e cultural do cotidiano. Deste ponto de vista, “é inegável o potencial da política pública de assistência social de explicitar e de saturar as contradições da sociedade pelo trabalho político-pedagógico dos profissionais e pela participação popular” (SILVEIRA, 2009, p. 336).

Deste modo, é na apreensão da dinâmica cotidiana das possibilidades transformadoras e por meio de recursos político-pedagógicos sólidos que o trabalhador social ativará e impulsionará ações protagonizantes que facilitarão o questionamento e a mobilização dos sujeitos de direitos a fim de enfrentar a subalternização histórica, reproduzida nas relações de poder.

Enfim, a contemporaneidade exige profissionais capazes de praticar ações de gestão que partam da análise crítica sobre a particularidade da questão social. Conforme o próprio autor afirma, “as recomendações técnicas, do Serviço Social e da Psicologia, indicam a definição de modalidades interventivas que priorizem abordagens coletivas, ações comunitárias e realização de estudos voltados ao aprimoramento dos serviços” (SILVEIRA, 2009, p. 357).

E mais, a direção ético-política do(s) trabalhador(es) social(is) contemporâneo(s) “recusa a adoção de abordagens conservadoras e pragmáticas que tratam as situações como problemas individuais e moralizam a questão social” (SILVEIRA, 2009, p. 356), independente das condições adversas de gestão para o desenvolvimento e de condições de trabalho.

democratizar a gestão da coisa pública, para inverter as prioridades das administrações no sentido de políticas que atendam não apenas as questões emergenciais, a partir do espólio de recursos miseráveis destinados às áreas sociais”.

Observa-se então que a prática profissional desses trabalhadores abarca a dimensão socioeducativa, na medida em que, “por meio dela o trabalhador se aproxima do universo cultural e dos modos de vida das famílias, contribuindo por meio do processo reflexivo, para sua organização enquanto classe na direção de sua emancipação” (BRISOLA, 2012, p. 6).

Abreu (2002) respaldada na direção intelectual de Gramsci direciona que a dimensão socioeducativa conserva relação inseparável com a organização da cultura, compreendida como modo de vida.

Desta forma, Brisola (2012) afirma que o assistente social, e aqui também se acrescenta o psicólogo, assume o papel de intelectual orgânico no sentido gramsciano, que conforme Romano (2009, p. 67) significa:

Assumir e trabalhar na direção da construção de determinado projeto de classe, ou seja, vincula-se a esse projeto organicamente, sem necessariamente pertencer, ter nascido nessa ou naquela classe, portanto, tal vinculação define-se por uma opção de classe feita pelo intelectual.

É relevante entender esse papel de intelectual orgânico do trabalhador social, sobretudo diante da ofensiva neoliberal³², pois de acordo com Romano (2009, p. 69) é requisitado aos intelectuais assumirem “a função de adquirir o consentimento por parte das classes sociais antagônicas quanto ao projeto societário hegemônico, homogeneizando o pensamento dos diversos grupos através dos exercícios de convencimento”, os quais se baseavam no projeto das classes dominantes como o único e o mais apropriado.

Assim, para Gramsci (2004, p. 21):

Os intelectuais são prepostos do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é do consenso espontâneo dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo fundamentalmente por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção.

Conforme Luiz (2008, p. 115) referencia,

[...] os fundamentos gramscianos nos instrumentalizam teórica e metodologicamente para compreender os processos histórico-social e culturais modernos e contemporâneos e nos subsidiam com valores e indicativos de intervenção que contribuem para a constituição de práticas profissionais e sociais emancipatórias.

³² “Os processos de dominação, determinados pela lógica de acumulação da riqueza e concentração da propriedade e da renda [...], reforçam o necessário aprofundamento de inovações interventivas que participem, em condições objetivas, das estratégias de ampliação do Estado na perspectiva universalizante e unificada, e de forma à *mobilização social e participação popular*” (SILVEIRA, 2009, p. 346).

O autor Luiz (2008, p. 125) também confirma que para Gramsci (2004) é “na práxis social, nos enfrentamentos cotidianos e práticos que as rupturas moleculares constituem em desafios para superar o imediato, a normalidade e o senso comum (produzidos ideologicamente), elevando-se a uma dimensão sociopolítica e cultural superior.”

Sob essa perspectiva, a presente discussão perpassa o caminho que envolve a elevação intelectual e cultural, de pensar a realidade de forma coerente e criticamente e por meio desta elevação alcançar práticas sociais diferenciadas que superem o pensamento tradicional, como rupturas moleculares³³ que constituem a emancipação social (LUIZ, 2008).

Portanto, transpor essas barreiras e obstáculos implica a organização de processos pedagógicos, que só alcançarão mudanças no espaço político e social se instrumentalizados intelectualmente e eticamente, ou seja, é fundamental o papel do trabalhador social como articulador dessa transformação enquanto intelectual orgânico às classes subalternas.

De tal modo, Paulo Freire (1979, p. 7) em seu livro “Educação e Mudança” debate sobre o papel do trabalhador social no processo de mudança, e inicia seu pensamento afirmando que para que um ser possa assumir um ato comprometido, este necessariamente tem que ter a capacidade de agir e refletir. Para ele, é justamente esta capacidade de operar, atuar e transformar a realidade que faz do trabalhador social um ser da práxis.

O autor também acrescenta que antes de analisar o comprometimento profissional, este ser deve ser reconhecido como homem, e a partir disso ter o comprometimento por si mesmo. Neste sentido, o autor afirma que “[...] fica claro que o papel do trabalhador social se dá no processo de mudança” (FREIRE, 1979, p. 24).

No entanto, é preciso compreender que, para ocorrer este processo de mudança, necessita-se compreender a estrutura social em que atua o trabalhador social, a fim de tomá-la em seu dinamismo e sua estabilidade para obter uma visão crítica desta.

Para Freire não existe uma estabilidade, nem uma mudança da mudança; o que ocorre na verdade é que ambas resultam da ação, do trabalho que o homem exerce sobre o mundo; “como um ser de práxis, o homem, ao responder aos desafios que partem do mundo, cria seu mundo: o mundo histórico-cultural” (FREIRE, 1979, p. 25).

³³ “Consideram-se rupturas moleculares aquelas ações concretas que não necessariamente rompem com o contexto ou estrutura mais ampla, mas fazem parte de processos orgânicos de grupos, facções, movimento [...] são moleculares porque expressam dimensões de uma luta que se insere no tecido social, sem perder de vista a totalidade da qual sofrem as múltiplas determinações. Na perspectiva gramsciana, podemos considerá-las como movimento da classe ou segmentos da classe subalterna que ocupam posições, avançam em suas lutas e reivindicações, elevam-se intelectualmente e moralmente, constroem processualmente uma contra-hegemonia no movimento sócio-histórico. São as rupturas moleculares que poderão compor uma posição contra-hegemônica, são as formas pelas quais a emancipação pode se consolidar” (LUIZ, 2008, p. 129).

Ao partir deste pressuposto, o trabalhador social deveria atentar-se a estas considerações, isto é, se a estrutura social é obra dos homens, transformá-la também o seria. Sendo assim, sua tarefa fundamental seria ser sujeito e não objeto de transformação, e essa tarefa exige do profissional um aprofundamento da sua tomada de consciência da realidade, visto que tal ação ocorre sobre esta.

Neste sentido, Freire (1979, p. 26) acrescenta:

O trabalhador social, como homem, tem que fazer sua opção. Ou adere à mudança que ocorre no sentido da verdadeira humanização do homem, de seu ser mais, ou fica a favor da permanência. Isto não significa, contudo, que deva, em seu trabalho pedagógico, impor sua opção aos demais. Se atua desta forma, apesar de afirmar sua opção pela libertação do homem e pela sua humanização, está trabalhando de maneira contraditória, isto é, manipulando, adapta-se somente à ação domesticadora do homem que, em lugar de libertá-lo, o prende.

Deste modo, afirma-se que a opção feita pelo trabalhador determinará seu papel, seus métodos, como suas técnicas de ação; é ilusório pensar em ações pautadas num papel abstrato, no qual os métodos e as técnicas são neutras, mesmo porque estas ações ocorrem entre homens numa realidade que não é neutra. Para Freire (1979), isto aconteceria se os trabalhadores sociais não fossem homens também submetidos a condicionamentos da estrutura social³⁴ como os demais, ou seja, como se eles não necessitassem optar por algo frente às contradições constitutivas da estrutura.

Assim, o trabalhador social que opta pela mudança “[...] vê nos homens com quem trabalha – jamais *sobre* quem ou *contra* quem – pessoas e não “coisas”; sujeitos, e não objetos [...]” (FREIRE, 1979, p. 28, grifos do autor).

Outros fatores que também não podem passar despercebidos são: primeiro, a estrutura social que deve ser mudada é uma totalidade; segundo, esta estrutura tem dificultado a transformação dos homens em sujeitos. Entretanto, o papel do trabalhador não é reforçar o

³⁴ “Cabe destacar que o assistente social é um trabalhador assalariado, e, embora o SUAS represente a possibilidade de expansão de postos de trabalho para os profissionais do Serviço Social, ao mesmo tempo, expressa as tendências do mercado de trabalho para os trabalhadores em geral em tempos de crise do capital, ou seja, trabalhos precários, informais, flexibilizados. [...] Em levantamento preliminar [...] aponta para a precarização do trabalho profissional. Dados levantados na Rede Suas evidenciam que na região (vale do Paraíba/SP) atuam no SUAS 370 profissionais nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), dos quais 238 (64.3%) são assistentes sociais e os demais dividem-se entre psicólogos, advogados, pedagogos e outras profissões de nível superior. Os dados ainda informam que dos trabalhadores sociais que atuam no SUAS cerca de 111 (30%) são estatutários, ou seja, são servidores municipais, aprovados em concurso público; 177 (50%) são contratos pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT); 29(7,8%) são temporários; 21 (5,6%) são comissionados, ou seja, cargos de indicação política; 10 (2,7%) são cooperados; 15(4,0%) possuem outro vínculo não especificado e 07 (1,8%) não possuem vínculo empregatício de qualquer natureza” (BRISOLA, 2012, p. 8).

estado de objeto em que se encontra, pensando que assim pode ser sujeito, mas problematizando este estado.

Em outras palavras,

Seria ingenuidade pensar que as forças contrárias à mudança não percebem que a mudança de uma parte promove a de outra, até que chega a mudança da totalidade [...] e, na medida em que este organismo cresce, se instaura um clima de “irracionalidade”, que gera novos mitos auxiliares para manutenção do *status quo*. O papel do trabalhador social que opta pela mudança, num momento histórico como este, não é propriamente o de criar mitos contrários, mas o de problematizar a realidade aos homens, proporcionar a desmistificação da realidade mistificada (FREIRE, 1979, p. 30).

Partindo dessa premissa, verifica-se que o trabalhador social deve ampliar seu conhecimento no que diz respeito ao método, técnicas, mas também no que se refere aos limites objetivos com o quais se depara no seu fazer cotidiano, haja vista que sua ação também repercute na mudança cultural³⁵.

Por isso, é relevante esclarecer que a mesma realidade objetiva que condiciona a percepção que dela têm os indivíduos condiciona também a forma de enfrentá-las, ou seja, condiciona suas aspirações, suas expectativas e perspectivas e suas formas de ações.

Daí enfatizar que essa mudança de percepção “não é outra coisa se não a substituição de uma percepção distorcida por uma percepção crítica da mesma.” (FREIRE, 1979, p. 33).

E mais,

Esta mudança de percepção, que se dá na problematização de uma realidade concreta, no entrelaçamento de suas contradições, implica um novo enfrentamento do homem com sua realidade. Implica admirá-la em sua totalidade: vê-la de “dentro e, desse “interior”, separá-la em suas partes e voltar a admirá-la, ganhando assim uma visão mais crítica e profunda da sua situação na realidade que não condiciona. Implica uma apropriação do “contexto”; uma inserção nele; um não ficar “aderido” a ele; um não estar “sob” o tempo, mas no tempo. Implica reconhecer-se homem. Homem que deve atuar, pensar, crescer, transformar e não adaptar-se fatalisticamente a uma realidade desumanizante. Implica, finalmente, o ímpeto de mudar para ser mais (FREIRE, 1979, p. 33).

Nesta ótica, concorda-se com Freire (p. 33) ao admitir que “tentar a conscientização dos indivíduos com quem se trabalha, enquanto com eles também se conscientiza é ou parece ser o papel do trabalhador social que optou pela mudança.”

³⁵ “Todos os produtos que resultam da atividade do homem, todo conjunto de suas obras, materiais e espirituais, por serem produtos humanos que se desprendem do homem, voltam-se para ele e o marcam, impondo-lhe formas de ser e de se comportar também culturais. Sob esse aspecto, evidentemente, a maneira de andar, de falar, de cumprimentar, de se vestir, os gostos são culturais. Cultural também é a visão que tem ou estão tendo os homens da sua própria cultura, da sua realidade” (FREIRE, 1979, p. 31).

Desta forma, não se pode esquecer que o trabalho socioeducativo se torna ferramenta essencial para esse trabalhador, uma vez que a mudança também só ocorrerá se este profissional conceber o trabalho socioeducativo na sua real dimensão socioeducativa.

2.5.2 Esclarecendo conceitos: Interdisciplinaridade e Multidisciplinaridade

Embora o trabalho socioeducativo seja uma prática genuína do assistente social, há tempos este tem sido pensado pela profissão de forma diferenciada, pois ponderar sua potencialidade como referência metodológica na atual política é essencial, uma vez que a PNAS propõe para os CRAS uma equipe multidisciplinar que desenvolva ações interdisciplinares.

Isto significa que o trabalho socioeducativo neste novo contexto exige do profissional um posicionamento interdisciplinar, que respeite a especificidade de cada profissional, mas que não expresse ações fragmentadas.

Conforme Lenoir (2005, s.p) “a palavra, interdisciplinaridade atravessou fronteiras e, atualmente, dá a volta ao planeta; [...] a noção de interdisciplinaridade, como tantas outras, aliás, é polissêmica [...]”

Diversos autores (FAZENDA, 2003, 2002; LENOIR, 2005; MINAYO, 2010; FURLANETTO, 2011; ORTIZ, 2011; POMBO, s.d.) apresentam que a noção de interdisciplinaridade é recente. Embora se constatem infinitos avanços na ciência, a fragmentação do saber, o aumento dos números de disciplinas e o questionamento do papel social da ciência no mundo contemporâneo, principalmente após as atrocidades como Hiroxima e Nagazaki, levaram a novos debates entre eles a respeito da interdisciplinaridade (FURLANETTO, 2011).

Associado a estes eventos, é importante ressaltar que foi na década de 1960 e no início da década de 1970 do século XX que a crítica às teorias totalizantes³⁶, e a ciência compartimentada com base na filosofia da consciência que separa o sujeito do objeto, se fortaleceram entre os intelectuais estudiosos (MINAYO, 2010).

³⁶ Cumpre destacar que no bojo do pensamento pós-moderno há uma crítica contundente às teorias ditas “totalizantes”, crítica não compartilhada por essa pesquisadora.

Assim, o debate sobre interdisciplinaridade de acordo com Lenoir (2005, p. 49) “ultrapassou questões que se preocupavam somente com a integração das disciplinas, mas também com as conseqüências e os produtos dessa interação”. Para o autor, o debate se articulou em três eixos:

- *interrogação epistemológica*: diz respeito aos países franceses; preocupava-se com a exploração das fronteiras das disciplinas e dos sentidos e consequência desse tipo de conhecimento, com intuito de ampliar as possibilidades de compreensão da interdisciplinaridade;

- *questionamento social*: diz respeito à pesquisa realizada na América do Norte; a questão central não é o saber, mas a funcionalidade;

- *ligação com as atividades cotidianas*: refere-se às necessidades das sociedades industriais e ao fenômeno da globalização.

Lenoir (2005) também traz mesmo que minimamente um quarto eixo que se caracterizaria com a Interdisciplinaridade no Brasil, a qual é introspectiva e enfatiza o papel do sujeito na produção de conhecimento.

Nesta perspectiva, seguem-se alguns conceitos trazidos pelos autores sobre interdisciplinaridade:

“Ela está destinada a mover-se nas fronteiras de territórios estanques e separados, procurando descobrir brechas e permeabilidades no espaço do ‘entre’ que permitam estabelecer novas relações” (FURLANETTO, 2011, p. 48).

“[...] a interdisciplinaridade constitui uma articulação de várias disciplinas em que o foco é o objeto, o problema ou o tema complexo, para o qual não basta a resposta de uma área só” (MINAYO, 2010, p. 436).

Interessante enfatizar o que Minayo (2010, p. 439) apresenta:

Vale à pena lembrar que, na abordagem interdisciplinar, o grupo de vários especialistas deve rever em conjunto a teoria com que quer trabalhar e colocar em debate os conceitos de cada área a serem problematizados e articulados: suas diferenças e possibilidades de colaboração (MINAYO, 2010, p. 439).

E acrescenta que várias são as nuances para o tratamento de um objeto de forma interdisciplinar, são elas: - sempre uma disciplina terá prioridade sobre outras por ser a que tem mais tradição, história e acúmulo de conhecimento sobre o assunto; - é evidente que essa preeminência não pode se constituir na anulação da contribuição das outras disciplinas; - o trabalho interdisciplinar nunca deve propor a contribuição que vem de uma disciplina; - e na

articulação entre as disciplinas, é preciso que cada uma das áreas apresente conceitos e teorias capazes de ampliar e complexificar a compreensão do objeto.

Desta forma, pode-se afirmar que tais premissas fundamentaram a análise desta pesquisa devido ao conteúdo teórico-metodológico apresentado. No entanto, são os trabalhos de Fazenda (2002; 2003); Cavalcante e Mortara (2004); Eidelwein (2007); Ortiz (2011) e Pombo (s.d.) que subsidiam as análises na sua totalidade, já que autores trabalham a concepção do diálogo, refletem que o indivíduo está inserido em uma realidade social problemática sob numerosos aspectos. Para eles, a interdisciplinaridade traz também “um projeto político no plano educativo, o de propor outras maneiras de conceituar a sociedade, outras ações e abordagens e, assim, outras visões de relações sociais mais respeitosas da dimensão humana” (LENOIR, 2005, s.p). Está claro que a relação integradora teoria e prática proposta pela interdisciplinaridade trazida por esses autores “implica na construção de ações críticas transformadoras no interior da sociedade capitalista” (PIRES, M. C. 1998, p. 177), além é claro dos autores discutirem a interdisciplinaridade na perspectiva do contexto da temática debatida na pesquisa.

Nesta direção, muito se ouve falar de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade; no entanto, faz-se necessário buscar uma compreensão mais profunda destes conceitos, visto que é fundamental identificar as diferenças entre eles, já que “a idéia de integração e de totalidade, que aparentemente perpassa estes conceitos, tem referenciais teórico-filosófico diferentes, antagônicos, mas complementares” (ALVES; REINERT, 2007, p. 691).

Para esses autores, a multidisciplinaridade “foi considerada importante para acabar com um ensino extremamente especializado, concentrado em uma única disciplina [...]” e acrescenta “[...] a multidisciplinaridade ocorre quando a solução de um problema torna necessário obter informação de duas ou mais ciências ou setores do conhecimento sem que as disciplinas envolvidas no processo sejam elas mesmas modificadas ou enriquecidas” (ALVES; REINERT, 2007, p. 692).

Ademais, para outros autores a “principal característica das relações em que ocorre esse tipo de abordagem (multidisciplinar) é a justaposição de idéias” (BICALHO; OLIVEIRA, 2011, p. 7). Para Nicolescu et al (2000, apud BICALHO; OLIVEIRA, 2011, p. 7) “a multidisciplinaridade corresponde à busca da integração de conhecimentos por meio do estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina ou por várias delas ao mesmo tempo.”

Para Delattre (2006, apud BICALHO; OLIVEIRA, 2011, p. 8), a multidisciplinaridade pode ser entendida como:

Uma simples associação de disciplinas que concorrem para uma realização comum, mas sem que cada disciplina tenha que modificar significativamente a sua própria visão das coisas e dos próprios métodos [...]. Toda realização teórica que compõe em prática saberes diversos corresponde de fato a um empreendimento pluridisciplinar (DELATTRE, 2006 apud BICALHO; OLIVEIRA, 2011,p.8).

A partir desses pressupostos afirma-se que a diferença entre interdisciplinaridade e multidisciplinaridade estaria na busca da integração da metodologia e conteúdos, ou seja, a multi não abriria espaço para tais integrações, somente para compartilhar saberes.

Já a interdisciplinaridade, conforme Domingues (2005, apud BICALHO; OLIVEIRA, 2011, p. 11), apresenta três características básicas: - aproximação de campos disciplinares diferentes para solução de problemas específicos; - compartimento de metodologia; - geração de novas disciplinas após muita cooperação e fusão entre os campos.

Porém, vale ressaltar algumas experiências chamadas multidisciplinares também elencadas pelo autor: - aproximação de diferentes disciplinas para a solução de problemas específicos; - diversidades de metodologias: cada disciplina fica com a sua metodologia; - os campos disciplinares, embora cooperem, guardam suas fronteiras e ficam imunes ao contato (DOMINGUES, 2005, p. 22 apud BICALHO; OLIVEIRA, 2011, p. 8).

Todavia, é preciso coerência para não ser pragmático, principalmente quando se menciona que o trabalho socioeducativo é interdisciplinar ao mesmo tempo em que é desenvolvido e/ou executado por uma equipe multidisciplinar.

Contudo, o amadurecimento sobre tais conceitos é pertinente, uma vez que proporcionará melhor entendimento do seu significado e uma melhor adequação à metodologia adotada no desenvolvimento da pesquisa.

3 MÉTODO

3.1 Tipo de Pesquisa

A priori, ao partir da concepção de que a realidade vivenciada pelos sujeitos e pela pesquisadora está em constante construção, e de que não é possível compreendê-la em sua imediaticidade³⁷, mas inserida numa ótica de totalidade e historicamente determinada, a pesquisa pretendeu refletir acerca de questionamentos propostos a partir de uma linha teórico-metodológica crítica, embasada na perspectiva histórica e dialética da realidade social.

Assim, no presente estudo, o trajeto metodológico foi orientado por esses princípios, o que levará a examinar os dados qualitativos, pois a abordagem qualitativa [...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos, e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis (MINAYO, 2005, p.21).

Buscou-se compreender a natureza do trabalho socioeducativo em função de suas características, pois pode se constituir em estratégias de políticas sociais embasadas nos princípios universais de cidadania ou se manter no terreno das políticas residuais e compensatórias. Sua análise procurou articular o aspecto conjuntural e estrutural, situando os de natureza política, econômica e social.

Vale ressaltar que a pesquisa classifica-se do ponto de vista da natureza como básica, pois se destina a originar conhecimentos atualizados e relevantes, bem como se caracteriza no que diz respeito aos objetivos como descritiva, uma vez que o interesse da pesquisa concentra-se no registro e análises sobre a efetivação do trabalho socioeducativo no âmbito da assistência social (MARCONI; LAKATOS, 1990).

³⁷ “A aproximação dialética no conhecimento da singularidade não pode ocorrer separadamente das suas múltiplas relações com a particularidade e com a universalidade. Estas já estão contidas no dado imediatamente sensível de cada singular, e a realidade e a essência deste só pode ser compreendida quando estas mediações (as relativas particularidades e universalidades) ocultas na imediaticidade são postas à luz” (LUKÁCS, 1978, p. 106, apud PONTES, 1999, p. 17).

A respeito dos procedimentos técnicos, utilizou como metodologia a História Oral, e como técnica para coleta de dados, a entrevista, a partir de um roteiro, o qual se constituiu em eixos norteadores da análise (Apêndice I).

A escolha pela História Oral se deu no sentido que Portelli (2001, p. 80) atribui:

Abordando a história como um processo construído pelos próprios homens, de maneira compartilhada, complexa, ambígua e contraditória, o sujeito histórico não é pensado como uma abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individuais e sociais são e estão intrinsecamente imbricadas.

Desta forma, “a História Oral é um trabalho de pesquisa, que tem por base um projeto e que se baseia em fontes orais, coletadas em uma situação de entrevistas. [...] A História Oral registra experiências de um indivíduo ou de vários indivíduos de uma mesma coletividade” (LANG, 1996, p. 34).

Assim, “a história oral diz respeito à análise da fonte, isto é, do discurso e da performance dos entrevistados. [...] O que é falado numa típica entrevista de história oral, usualmente, nunca foi contado dessa forma antes” (PORTELLI, 2001 pp. 10-11).

Segundo Lang (1996, p. 35), “qualquer que seja a forma assumida pela fonte oral, baseia-se ela na memória e a memória é sempre uma reconstrução, evocando um passado visto pela perspectiva do presente e marcado pelo social, presente a questão da memória individual e da memória coletiva.”

No entanto, o importante é entender a memória como um processo acionado de criação e de significados e não apenas como depositário inerte de fatos (PORTELLI, 1981, p. 33), pois

[...] a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico.

Outro fator que motivou a escolha da metodologia da História Oral é que esta se preocupa com a reflexão/análise em todo o processo, considerando as contínuas modificações³⁸.

³⁸ É válido ressaltar que é no indivíduo que a história oral tem sua fonte de dados, porém este ao relatar sua história não constitui o objeto de estudo, mas é a sua narrativa que se torna a matéria-prima para o conhecimento, que visa alcançar por meio do indivíduo e de sua realidade apreender as relações sociais em que se insere em sua dinâmica (LANG, 1996, p. 36).

Lang (1996, p. 37) afirma:

A análise se realiza ao longo da pesquisa consistindo em construir progressivamente uma “representação” do objeto sociológico. Nela se investe um máximo de reflexão sociológica e um mínimo de procedimentos técnicos. É na escolha dos informantes, na transformação do questionamento de um informante a outro (ao contrário dos questionários padrão), no hábito de descobrir indícios de processos até então não percebidos e de organizar os elementos de informação em uma representação coerente, que se mostra a qualidade da análise .

Nesta perspectiva, pode-se alegar que

Aceitar que as reflexões acompanham todo o processo de pesquisa, desde as primeiras fases, é aceitar que estas esclarecem dúvidas, reafirmam certezas, colocam em dúvida algumas certezas, suscitam novas dúvidas em um movimento que se configura como dialético e que faria parte da metodologia da História Oral (LANG, 1996, p. 45).

Contudo, pode-se concluir que diversas características levariam à escolha da História Oral, todavia cinco delas destacam-se: - tem por base um projeto de pesquisa; - utiliza-se de fontes orais em um processo de interação pesquisador-pesquisado; - trabalha com o resgate da memória; - a reflexão e a análise acompanham todo processo; - cria documentos através das fontes orais coletadas.

3.2 População e Local

A pesquisa foi realizada com 6 sujeitos, sendo 3 psicólogos e 3 assistentes sociais. Tal demanda partiu do princípio de que a amostragem do universo da pesquisa teve como principal preocupação “[...] abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões” (MINAYO, 1994, p.43), uma vez que a escolha dos sujeitos da pesquisa constitui-se uma etapa importante pelo intuito de obter maior proximidade dos fatos e informações mais concisas acerca da realidade.

Minayo (2005, p. 94, grifos nossos) afirma que “a amostra, segundo a abordagem qualitativa, no mínimo, demanda uma discussão acerca de sua pertinência e de procedimentos [...] amostra nesse tipo de abordagem reflete uma lógica diferenciada da usada na perspectiva quantitativa”. Assim, conforme a autora a definição para a escolha da amostra se fundamenta

na procura de “aprofundamento e de compreensão de um grupo social, de uma organização de uma instituição ou de uma representação” (MINAYO, 2004, p.102, apud MINAYO, 2005, p. 94).

Ao partir desse pressuposto a autora elenca algumas características da amostragem qualitativa, essencial para a pesquisa aqui desenvolvida (MINAYO, 2005, p. 95):

- prioriza os sujeitos que possuem os atributos que se deseja conhecer; - considera que o tamanho da amostra é suficiente a partir da reincidência das informações, mas não despreza informações singulares; - trabalha com a noção de que os informantes sejam suficientemente diversificados a ponto de possibilitarem a apreensão de semelhanças e diferenças; - busca a escolha do campo e dos grupos a serem observados que contenham o conjunto das experiências que se pretende captar.

Em abordagens qualitativas a escolha dos sujeitos baseia-se, conforme Martinelli (1996, p. 24), no significado que esses sujeitos têm em função do que se está buscando com a pesquisa. Assim, a escolha de psicólogos e assistentes sociais que realizam o trabalho socioeducativo no âmbito do SUAS se deu por conta de suas experiências significativas para a pesquisa, já que se entende que estes profissionais estão mais próximos da realidade pesquisada, pois suas narrativas partem de sua vivência cotidiana e sua indicação e/ou escolha para pesquisa foi voluntária. Explicar-se-á adiante o processo.

Ressalta-se que o universo de profissionais na época da realização da pesquisa era de três assistentes sociais e seis psicólogos, divididos desta maneira:

- 1 assistente social e 1 psicólogo – CRAS Araretama;
- 0 assistentes social e 2 psicólogos – CRAS Castolira; (a assistente social havia pedido demissão e a nova concursada ainda não tinha sido convocada);
- 1 assistentes social e 1 psicólogo – CRAS Centro;
- 1 assistente social e 2 psicólogos – CRAS Cidade Nova.

Não se contabilizou o CRAS Moreira César, pois como já informado este não foi incluído na pesquisa.

Vale esclarecer que, os grupos socioeducativos são desenvolvidos por ambos (assistentes sociais e psicólogos) na maior parte. Eles se dividem para conduzir as reuniões, por exemplo: o assistente social realiza o grupo de Renda Mínima, de manhã, e o psicólogo, o Ação Jovem, à tarde. Porém, como atualmente o quadro de profissionais aumentou, os grupos são desenvolvidos com um profissional de cada área, ou seja, nas reuniões há um psicólogo e um assistente social. Sobre o planejamento desses grupos, se discorrerá a seguir nas análises das narrativas.

O município escolhido foi Pindamonhangaba/SP, e a seleção desta cidade deveu-se a três fatores. Primeiro: baseou-se na divisão por porte, estabelecida pela PNAS, a qual se orienta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); considera-se o Município de Pindamonhangaba de grande porte, já que pela classificação do IBGE (2007) os municípios que possuem até 20.000 habitantes são considerados pequeno porte 1; os que possuem de 20.001 até 50.000 são considerados pequeno porte 2; os que possuem 50.001 a 100.000 são de médio porte e os que possuem de 100.001 a 900.000 habitantes são considerados grande porte. Segundo, o município apresenta 5 CRAS em territorialidades bem distintas, o que proporcionou maior representatividade nos resultados obtidos. Terceiro: a acessibilidade, pois a pesquisadora reside e trabalha no Município.

3.3 Coletas de Dados

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade de Taubaté conforme preconiza a resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Após aprovação, CEP 508 (Anexo I), foi encaminhado um ofício (Anexo II) para o Departamento de Assistência Social solicitando autorização para realização das entrevistas.

Uma vez obtida a autorização (Termo de Autorização-Anexo III) da diretora do Departamento, realizou-se uma reunião com os profissionais do referido setor, na qual se apresentou a pesquisa e seus objetivos; a partir daí os profissionais interessados em participar se prontificaram voluntariamente e foram orientados quanto ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo IV).

As entrevistas com os trabalhadores sociais foram previamente agendadas e aconteceram (dezembro 2011) separadamente; antes de se iniciá-las, cada profissional respondeu um questionário de identificação (Apêndice II) e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que lhe foi apresentado em duas vias, uma ficaria em poder da pesquisadora e a outra, do sujeito da pesquisa.

Ressalta-se que, a princípio seriam entrevistados um coordenador, dois assistentes sociais, dois psicólogos e um usuário de cada CRAS (totalizando 04 participantes de grupos socioeducativos) segundo critérios da pesquisa; mas o município não possui coordenador de

CRAS, então se optou em entrevistar pelo menos um profissional de cada CRAS desde que esse se dispusesse, tendo em vista que quantitativamente o universo de pesquisa não é tão grande. Entretanto parte-se do pressuposto da amostragem quantitativa proposto pelos autores já citados anteriormente. As entrevistas com os usuários foram realizadas, mas por orientações das bancas dos seminários do Mestrado³⁹, bem como o pouco tempo para finalização da dissertação, estas não foram analisadas.

As entrevistas com os profissionais ocorreram da seguinte maneira: apresentou-se-lhes uma folha digitalizada com os eixos norteadores (Apêndice I), sendo que esta foi utilizada somente para orientar os entrevistados, os quais não ficaram “presos” ao papel.

As entrevistas ocorreram de forma tranquila; os sujeitos entrevistados narravam sobre suas vivências, sem preocupação em seguir um roteiro e/ou com tempo, embora tenham abordado todos os eixos propostos; alguns seguiram uma linearidade outros não. Durante as entrevistas ficou acordado entre pesquisadora e pesquisado que a qualquer momento, se necessário, perguntas poderiam ser propostas por ambas as partes, visto que na metodologia da História Oral deve haver troca entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa.

Após as entrevistas concluídas, estas foram transcritas e editadas para o desenvolvimento das análises.

Destaca-se que de dezembro de 2011 a dezembro de 2012 a realidade do município mudou; atualmente o quadro de funcionários que compõe os CRAS aumentou; há de dois a três assistentes sociais e dois psicólogos por CRAS, todos convocados via concurso público em meados de dezembro/2011 a janeiro de 2012.

3.4 Análises dos dados

Ao considerar que a pesquisa utiliza a História Oral como metodologia, usa-se o procedimento da triangulação para análise dos dados, pois esta permite a compreensão/interpretação das narrativas dos sujeitos, uma vez que “[...] integra a análise das estruturas, dos processos e dos resultados, a compreensão das relações envolvidas na

³⁹ Faz parte da grade curricular e metodologia do Mestrado em Desenvolvimento Humano a realização de seminários, ocasiões em que os alunos apresentam a pesquisa e são avaliados por uma banca composta pelos professores do curso.

implementação das ações e a visão que os atores diferenciados constroem sobre todo o projeto: seu desenvolvimento, as relações hierárquicas e técnicas, fazendo dele um construto” (SCHUTZ, 1982 apud MINAYO, 2005, p. 29).

Nesta perspectiva, procura-se estabelecer articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, no intuito de responder as questões levantadas “promovendo assim, relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática.” (MINAYO, 1994. p. 78).

A triangulação como técnica de análise de dados implica, conforme Gomes, R. (2005, p. 185), a organização do processo interpretativo, ou seja, a valorização fenomênica e técnica das informações coletadas mediante três etapas: primeira - preparação e reunião dos dados; segunda - avaliação de sua qualidade e; terceira - elaboração de categorias de análise.

Na primeira etapa há a transcrição das entrevistas gravadas, quando se atenta para a entonação da voz, silêncios, ênfase em palavras ou expressões dentre outras observações compreendidas como importantes. À medida que se fez a leitura exaustiva e atenta das narrativas, realizamos as marcações daquilo que consideramos relevante sem perder de vista os eixos estruturadores da pesquisa, são eles: 1) Significado do trabalho socioeducativo na Política de Assistência Social para os profissionais o CRAS; 2) Como se efetiva o trabalho socioeducativo no CRAS- conteúdos trabalhados, tipos de abordagens; 3) Perspectiva emancipatória do trabalho; 4) Trabalho interdisciplinar, como eles vêm e acontece (Apêndice I), seguido de edição das narrativas e a análise propriamente dita.

A segunda etapa foi realizada por meio da avaliação dos dados primários coletados. Nessa etapa, os objetivos do estudo foram retomados e, após, deu-se início à discussão das categorias anteriormente estabelecidas.

Em seguida, trabalhou-se as narrativas de forma a refletir, contextualizar, exemplificar e elucidar as diversas dimensões do estudo. Por fim, os dados qualitativos foram tratados a partir do diálogo com os autores cujos pontos de vista foram expostos na revisão de literatura e outros que se julgou necessários naquela etapa da análise, levando também em conta os elementos normativos presentes na Política Nacional de Assistência Social, LOAS, entre outros.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As narrativas dos sujeitos da presente pesquisa são apresentadas aqui na forma de resultados e discussões. Destaca-se que tais narrativas ganham lugar central na medida em que os sujeitos expressam suas percepções, valores e crenças sobre o objeto de estudo.

4.1 Identificação dos sujeitos

Para identificar o perfil dos sujeitos aplicou-se um questionário, o qual pode ser analisado de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 4: Identificação do perfil dos profissionais

Profissão	Psicólogo	Psicólogo	Assistente Social	Psicólogo	Assistente Social	Assistente Social
Tempo de Formação	7 anos	18 anos	11 anos	10 anos	31 anos	13 anos
Instituição de Ensino	Unitau	Unisal	Unitau	Unitau	Unitau	Unitau
Vínculo empregatício	Celetista concursado	Celetista concursado	Celetista concursado	Celetista concursado	Celetista concursado	Celetista concursado
Salário	R\$ 1.970,00	R\$ 2.014,00	R\$ 2.699,00	R\$ 2.014,00	R\$ 2.976,02	R\$ 2.700,00
Carga horária	20 horas	20 horas	30 horas	20 horas	30 horas	30 horas
Função desempenhada	Psicólogo	Psicólogo	Assistente Social	Psicólogo	Assistente Social	Assistente Social
Trabalho com grupos	2 anos	10 anos	8 anos	5 anos	29 anos	5 anos
Participação em grupos organizativos	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Conselho Profissional	Sindicato, Associação de funcionários	Nenhum

FONTE: Dados coletados pela pesquisadora dez. 2011

Nota-se que o tempo de formação não tem grande variação, com exceção de uma assistente social. A maioria se formou na Universidade de Taubaté, com exceção de um psicólogo. Embora nenhum dos sujeitos desempenhe qualquer função de coordenação, a carga horária é diferente, devido aos regimentos internos da Prefeitura. O tempo de trabalho com grupos socioeducativos diferencia-se entre os próprios psicólogos, entre os assistentes sociais e entre o grupo como um todo. Apenas dois profissionais são ativos em setores de participação e organização/mobilização.

Todas estas características influenciaram no desenvolvimento do trabalho socioeducativo, principalmente em relação ao tempo de trabalho com grupos e a participação em setores de mobilização social respectivamente, pois os psicólogos, com exceção de um, possuem menos tempo com este tipo de trabalho devido à sua trajetória como profissão, trazendo para suas atividades uma forte influência terapêutica. Já os assistentes sociais, embora há mais tempo na execução desse trabalho, precisam entender a nova lógica proposta pela política, para que simplesmente não aconteça uma nova política pautada em velhos princípios (seletividade, focalização, condicionalidades, culpabilização dos sujeitos). No que se refere à participação em setores de mobilização, indaga-se, por exemplo, como conduzir grupos que possam fomentar a mobilização e o protagonismo com vista à transformação se eles próprios não participam dessas ações.

4.2 O significado do Trabalho Socioeducativo na Política de Assistência Social para os profissionais dos CRAS

Iniciou-se a análise com as narrativas dos psicólogos e assistentes sociais que realizam o trabalho socioeducativo no âmbito do SUAS.

Considera-se nessa pesquisa que os trabalhadores sociais que atuam no SUAS são assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, conforme determina a NOB/SUAS/PNAS (p. 37).

Logo, é necessário compreender as práticas de cada um desses profissionais no âmbito, tendo em conta suas especificidades e o histórico de sua inserção na PNAS. Evidentemente são levados em conta os pontos de intercessão entre cada uma dessas profissões. Porém, para efeito de análise, aqui são apresentados separadamente.

4.2.1 O significado do trabalho socioeducativo para os psicólogos

Antes de se analisar as narrativas dos profissionais da psicologia faz-se necessário entender a sua inserção nesta política, como um dos atores principais junto aos assistentes sociais no trabalho com as famílias nos CRAS. Cabe ainda enfatizar que a análise das narrativas dos psicólogos no presente estudo é realizada do ponto de vista de uma assistente social.

Com a implantação do SUAS, as equipes de trabalhadores sociais ganharam um novo integrante, o psicólogo. Conforme Bressan e Carrelli (2010, p. 4), “a presença do psicólogo nos serviços de Assistência social é anterior ao estabelecimento da PNAS. No entanto, com a implantação da política, suas normas e diretrizes, o psicólogo aparece como integrante da equipe [...] enquanto um dos técnicos de nível superior.”

E complementam:

Constatamos com este fato que a dimensão psíquica e a subjetiva são legitimadas na análise e compreensão dos processos de exclusão social, na construção e manutenção das desigualdades e das situações de vulnerabilidades, riscos e violações dos direitos sociais de cidadania (BRESSAN e CARRELLI, 2010, p. 4).

Cabe destacar que autores da área afirmam que a profissão, apesar do cenário de profundas desigualdades sociais do país, manteve “distanciamento histórico das questões sociais considerando as individuais como mais centrais” (MARTIN-BARÓ, 1977).

Bock (1999, p. 319), por sua vez, explica que a profissão é perpassada por contradições, a saber:

É importante registrar que, ao lado de toda uma prática e de um conhecimento “diferenciador” e que via o homem de forma muito simplificada, a-histórica, na qual o aspecto social era, na maior parte das vezes, relegado a segundo ou último plano, convivia um conhecimento crítico que concebia o homem e o fenômeno psicológico como indissociáveis do processo de socialização.

Compreender, portanto, a inserção do psicólogo no SUAS requer a compreensão das contradições que atravessaram e atravessam o processo de constituição da profissão, bem como os novos posicionamentos tomados pelo conjunto da categoria desde os anos de 1980⁴⁰, momento em que assume o “compromisso social como norteador da atuação

⁴⁰ Segundo Lane (1996), Góis (2005) e Sawaia (1996) (apud FONTANELE, A. 2008, p.10), “a inserção dos psicólogos nas camadas populares é relativamente recente, datando de 1960 a 1980. Nesses anos, encontrava-se uma diversidade de ideologias e práticas que iam desde profissionais envolvidos nas lutas populares e

psicológica” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2007, p. 20).

O compromisso social da psicologia, por sua vez, traduz-se, segundo Yamamoto (2007), na valorização das práticas comprometidas com a transformação social em direção a uma ética voltada para emancipação humana.

Bock (1999, p. 327), ao analisar a identidade e compromisso social da psicologia no século XXI, interpela os profissionais:

Assumir um compromisso social em nossa profissão é estar voltado para uma intervenção crítica e transformadora de nossas condições de vida. É estar comprometido com a crítica desta realidade a partir da perspectiva de nossa ciência e de nossa profissão. É romper com 500 anos de desigualdade social que caracteriza a história brasileira, rompendo com um saber que oculta esta desigualdade atrás de conceitos e teorias naturalizadoras da realidade social. Assumir compromisso social em nossa prática é acreditar que só se fala do ser humano quando se fala das condições de vida que o determinam.

Contudo, segundo Senra e Guzzo (2012), “os significados atribuídos a este compromisso [...] têm sido diferenciados de acordo com a formação profissional, ideologia, contextos de atuação, entre outros fatores”.

Nesse contexto contraditório, “O SUAS, ao requisitar a participação do psicólogo na equipe que iria executar a atual política nacional da assistência, solicitou deste profissional que contribuísse com o saber psíquico, para transformar a realidade social e comunitária do sujeito no seu convívio familiar” (CRUZ, 2009, p. 22). O mesmo autor ainda enfoca que as intervenções tenham que enfatizar muito mais o caráter social e grupal em detrimento das práticas individualizantes.

Segundo as Orientações Técnicas: Centro de Referência e Assistência Social - CRAS, (2009. p. 65), os psicólogos devem:

- a) compreender os processos subjetivos que podem gerar ou contribuir para a incidência de vulnerabilidade e risco social de famílias e indivíduos; b) contribuir para prevenção de situações que possam gerar a ruptura dos vínculos familiares e comunitários; c) favorecer o desenvolvimento da autonomia dos usuários do CRAS).

Nesta perspectiva de trabalho de acompanhamento das famílias, Bressan e Carrelli (2010, p. 5) afirmam que se visa a uma nova relação entre o usuário e a assistência – que o primeiro crie sua independência desta política pública – e mais, “a dimensão de desejo do

sujeito, resgatada pelo trabalho do psicólogo, é ponto de sustentação no compromisso dele com as atividades ofertadas e na investigação, identificação e intervenção de possibilidades de estratégias de inclusão social”.

Os autores ainda comentam que o sentimento de não-pertença à sociedade é uma das faces da inclusão social, ou seja, é pela via do desejo que se podem criar vínculos (relação de confiança) entre o sujeito, profissionais, familiares e comunidade, o que conseqüentemente favorecerá o afastamento da situação de vulnerabilidade social⁴¹ (BRESSAN; CARRELLI, 2010, pp. 5-6).

E continuam,

[...] a singularidade do desejo de cada sujeito deve ser valorizada e trabalhada, em um CRAS flexível e aberto a diversidades das famílias que compõem o complicado cenário das comunidades em situação de vulnerabilidade social, ofertando diversos espaços socioeducativos e de convivência, dentro e fora do equipamento, de modo que atinjam a complexidade de sua demanda (BRESSAN; CARRELLI, 2010, p. 6).

Desta forma, “o psicólogo foi desafiado a adentrar em uma área de atuação que pouco ele conhecia e que não se coaduna com o tipo de formação que recebe na academia” (CRUZ, 2009, p. 17).

Neste sentido, conforme o autor “o desafio consiste em mudar o viés excessivamente clínico do psicólogo, desenvolvendo uma visão comunitária e social do sujeito que prime por intervenções em meio aberto, que fortaleça a convivência em comunidade e os vínculos familiares” (CRUZ, 2009, p. 18). Embora o aumento da pobreza e da miséria, além do exacerbado crescimento das desigualdades sociais, tenham provocado uma crise na Psicologia brasileira (1980), agravada em 1990, levando a questionamentos sobre seu papel na sociedade e fazendo o psicólogo repensar sobre o modelo biomédico, que privilegia a atuação psicoterápica de consultório, ainda se encontra o fazer clínico como principal prática (FONTENELE, A. 2008, p. 59).

Um estudo realizado em 1988 pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), quando a profissão completava 25 anos no Brasil, acerca das atividades do psicólogo no país, demonstra essa predominância clínica.

A clínica aparece em primeiro lugar [...] sendo considerada como modelo hegemônico de atuação dentro da Psicologia [...] o número de inscritos nos

⁴¹ Segundo a PNAS, entende-se por vulnerabilidade social: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

conselhos regionais em 1985 era de apenas 50% dos diplomados neste período. A clínica apareceu como atividade principal de 55,3% dos profissionais, seguida da área organizacional com 19,2%, e escolar, com 11,7%. O dado interessante é que Psicologia Comunitária já é apontada como área de atuação, ocupando 2,8% de profissionais atuantes nessa atividade principal. Outras aparecem na porcentagem de 3% (FONTENELE, A. 2008, p. 59).

Nessa direção, se partirá para um breve histórico da Psicologia como profissão no Brasil, assim como também se discorrerá sobre a Psicologia Social no país, no intuito de examinar suas implicações políticas, metodológicas e práticas nas análises das narrativas, respaldando a visão histórica adquirida pela pesquisadora.

Desde seus primórdios, a Psicologia no Brasil tem se constituído como uma ciência e uma profissão para o controle, a categorização e a diferenciação. É fato que a colonização brasileira foi marcada pela exploração, exigindo a construção de um forte aparelho repressor, assim as ideias psicológicas da época voltavam-se para o controle e tinham forte influência dos representantes da igreja ou intelectuais orgânicos do sistema português (BOCK, 2004).

No período do império, “as idéias psicológicas vão ser produzidas principalmente no âmbito da medicina e educação” (BOCK, 2004, p. 1).

Em meados do século XIX, a sociedade busca ficar livre da desordem e dos desvios, o que sugeriu as ideias de higienização (material e moral) das cidades; sendo assim, a psicologia pode colaborar significativamente no trabalho da educação e da higienização moral (BOCK, 2004).

No fim do século XIX, a psicologia já adquiria o estatuto de ciência autônoma na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, com o advento da República, o desenvolvimento econômico e a riqueza cafeeira, “as idéias psicológicas foram associadas à administração e à gestão do trabalho, baseadas no pensamento taylorista” (BOCK, 2004, p. 2).

A autora ainda afirma,

A industrialização no Brasil vai fazer novas exigências à psicologia, que, com a experiência da psicologia aplicada à educação, pode colaborar significativamente com um conhecimento que possibilitava a diferenciação das pessoas para formação de grupos mais homogêneos nas escolas e seleção de trabalhadores adequados para empresa [...] as guerras trouxeram o desenvolvimento dos testes psicológicos, instrumentos estes que viabilizaram esta prática diferenciadora e categorizadora da psicologia. E foi com este lugar social que a psicologia se institucionalizou no Brasil, sendo reconhecida em 1962 como profissão (BOCK, 2004, p. 2).

Todo o arcabouço teórico foi fundamentado pelo funcionalismo⁴² e em seguida (década 1930, com ênfase no pós-guerra) no behaviorismo, que “proporcionou o surgimento

⁴² Operacionaliza e aprofunda princípios positivistas (busca respostas a partir da ciência natural para os conflitos sociais), particularmente o conceito de função (tomado) em empréstimo da biologia. Analisa a relação entre as

de uma compreensão individualizante do *socius*, por entender que a psicologia dos indivíduos serviria para compreender a sociedade [...] o behaviorismo mantinha uma postura individualizante, experimentalista e a-histórica, mantendo uma distinção entre indivíduo e sociedade” (ALMEIDA, 2012, p. 125).

No entanto, segundo Almeida (2012), na década de 1970 essa hegemonia behaviorista começou a ser questionada, principalmente pelos psicólogos da América Latina que afirmavam que o modelo teórico estadunidense não condizia com a realidade de seus países. No Brasil tal abalo ocasionou uma crise que culminou no surgimento da perspectiva da Psicologia Social, “que primava pelo compromisso com a população e com suas respectivas mazelas” (ALMEIDA, 2012, p. 126).

Desta forma, viu-se a possibilidade de se resistir “às racionalidades práticas e individuais ditadas pela Psicologia aplicada e de se produzir uma formação que esteja atenta às questões da vida, buscando transformações sociais e atendendo às necessidades das populações” (BERNARDES, 2012, p. 223).

A Psicologia Social, no Brasil, se fundamentou no método do materialismo dialético, o qual produz uma visão comprometida com a realidade da população, já que defende o resgate da historicidade e a produção de conhecimento comprometido com a transformação social (ALMEIDA, 2012).

A Psicologia Social brasileira e/ou Psicologia Sócio-Histórica, conforme afirma Bock (2004), tem como base a Psicologia histórico-cultural de Vygotsky (1896-1934⁴³). Sendo assim, a psicologia sócio-histórica tem inerente a ela a possibilidade de crítica, não só por parte de quem a produz, mas devido aos seus fundamentos epistemológicos e teóricos. A autora também confirma que ao se “fundamentar no marxismo e adotar o materialismo dialético como filosofia, teoria e método [...] concebe o homem como ativo, social e histórico” (BOCK, 2004, p. 5).

Nesta direção, Almeida (2012, p. 133) conclui:

[...] a Psicologia Social se fundamenta na idéia do homem como ser histórico e na possibilidade de transformação social. A compreensão da ideologia como dominação aponta o entendimento de uma psicologia social crítica que tende ao compromisso social e à conscientização. Assim, sua maior preocupação não está

partes a partir da preocupação com o todo (função de cada parte), a “disfunção” do corpo social não está na sua estrutura, não se faz necessário “fazer” um corpo novo.

⁴³ Vygotsky considera que todo conhecimento é construído pelo indivíduo, mas ele atribui às interações sociais papel de destaque nessa construção. É preciso lembrar que Vygotsky adotou os pressupostos marxistas em seus estudos, valorizando, portanto, o trabalho como transformador da natureza e criador da cultura e da história. Da mesma forma, ele considera que é na interação com o mundo natural e social que o homem se constrói (CHAMON, 2011).

em formular leis gerais sobre o comportamento social, mas sim no entendimento das relações de dominação ideológicas e de sua possível saída, através da conscientização (ALMEIDA, 2012, p. 133).

Diante do exposto, observa-se que o trabalho do psicólogo sob esta perspectiva visaria à “autonomia do grupo, sendo este a base do compromisso social de transformação” (CAMPOS, 1998 apud ALMEIDA, 2012, p. 133).

Tais referências evidenciam como a Psicologia Social deve perpassar o agir dos psicólogos, principalmente daqueles que desenvolvem o trabalho socioeducativo e/ou qualquer atividade que seja realizada junto à população. Nota-se que os princípios da Psicologia Social vão ao encontro do que é proposto como “função” para os psicólogos nos CRAS, conforme já explicitado anteriormente.

Assim, seguem-se as análises das narrativas dos psicólogos. Os profissionais de psicologia – sujeitos da pesquisa, explicam que o trabalho socioeducativo é fundamental para as atividades do CRAS,

Bom para mim o trabalho socioeducativo na política de assistência social é o coração, é a razão de ser do CRAS [...] (Sujeito1)

O significado do trabalho socioeducativo dentro da política de assistência social para nós aqui do CRAS é um dos eixos mais importantes do nosso trabalho [...] (Sujeito 2)

Eu acho que o trabalho socioeducativo é uma forma bastante privilegiada de nós termos contato com os usuários [...] (Sujeito 4)

Percebe-se, então que os profissionais concebem o trabalho socioeducativo como peça principal para o desenvolvimento dos serviços na medida da significância dada a esta metodologia de trabalho.

Os grupos socioeducativos são identificados pela maioria dos profissionais por seu aspecto informacional e reflexivo,

[...] a gente trabalha principalmente com a ideia de contribuir com a reflexão das pessoas, como elas vivem, ajudá-las a compreender essa realidade [...] (Sujeito 1)

[...] de fazerem as pessoas repensarem, refletirem sobre o que está acontecendo com elas e elas próprias conseguirem vislumbrar isso, como solucionar os problemas que elas enfrentam [...] (Sujeito 2)

O trabalho socioeducativo possibilita refletir sobre a vida, sobre a condição que eles estão [...] (Sujeito 4)

No entanto, parte-se do princípio de que a dimensão socioeducativa aqui discutida caracteriza-se em articular a esfera ideo-política, ou seja, deseja-se ir além da pura reflexão, mas inserir o indivíduo na dimensão política da sociedade, por meio de uma educação⁴⁴ que o leve a desenvolver uma dimensão coletiva (ROMANO, 2009, p.111) que proporcione mudanças e transformação. Tal concepção não foge das falas de alguns profissionais.

O grupo socioeducativo também é um espaço [...] de desenvolver a crítica, a crítica construtiva, saber o que dizer, saber ter uma posição, se relacionar com respeito, com ética, com dignidade [...] nesse diálogo elas conseguem refletir coisas diferentes que até então não tinham pensado, e se reconhecer na questão do outro também [...] (Sujeito1)

Algumas intervenções em outros eixos não são tão significativas porque elas não conseguem repensar a sua história, a sua realidade e não conseguem vislumbrar uma perspectiva de mudança [...] então é muito interessante o trabalho socioeducativo nesse sentido, da gente despertar principalmente para reflexão e para uma visão às vezes crítica, porque eles vão vivendo, vivendo sem repensar o que está acontecendo com eles. (Sujeito 2)

[...] acho também que o trabalho socioeducativo possibilita um encontro no bairro, e um encontro diferente, [...] quando elas estão no grupo elas podem compartilhar que muitas pessoas passam pela mesma situação e entender que esta não é uma questão individual, mas é uma questão do bairro ou da situação da classe que elas estão [...] acho que é a primeira chance de elas transformarem isso, no grupo juntas pensarem quais são as possibilidades do bairro, como superar isso, que não é uma questão individual. (Sujeito 4)

Desta forma, de acordo com Guimarães (2004, apud ROMANO, 2009, p. 112), o grupo socioeducativo,

como o próprio nome sugere, as reuniões são situações criadas em que se destacam dois aspectos: sócio, do latim *sociu*, companheiro, indicando a dimensão social, que neste caso, particulariza-se no aspecto grupal. A instância através da qual o trabalho se desenvolve também aponta para uma forma de inserção e de participação social e política na vida do bairro e da cidade (território), que expressa a dimensão socioeducativa.

⁴⁴ A autora está trabalhando com a concepção que o trabalho socioeducativo possui uma dimensão pedagógica, razão pela qual usa o termo educação.

Neste aspecto, nota-se então que o grupo socioeducativo caracteriza-se por ultrapassar a linha tênue entre informação/reflexão e participação/organização. Realizado nesta perspectiva, o trabalho socioeducativo deveria proporcionar àqueles nele inserido a tomada de consciência, lembrando que ninguém conscientiza ninguém, mas é na interação com o outro que eu me identifico, me questiono, reflito e transformo. Pode-se inferir também que o exposto compartilha das ideias dos autores supracitados: a) o trabalho socioeducativo como espaço para mudança e transformação; b) a importância dos vínculos e da troca de experiência nos grupos a fim de se identificarem como um; c) a importância de se tornarem protagonistas da sua história.

Assim, conclui-se que os entrevistados entendem o trabalho socioeducativo como possibilidade de romper com a alienação⁴⁵, ou seja, como “separar-se (de si mesmo, do produto do seu trabalho), tornar-se estranho, viver passivamente, como objeto” (GADOTTI, 1989, p. 41). O autor afirma que a alienação começa quando o que é produzido pelo trabalhador torna-se fonte de lucro para outra pessoa deixando de ser meio de subsistência (GADOTTI, 1989). Isto é, “quando aquilo que se faz e se usufrui não pertence àquele que trabalha” (TRANSPADINI, 2010, p. 105).

Romper com a alienação seria como um acordar para vida e o mundo, para transformá-los, buscando o porquê da fome, da miséria, da injustiça etc., facilitando a rescisão do ser objeto para ser social, pois “o trabalho é a primeira mediação do ser social, como sujeito político e histórico, [...] é no trabalho que o ser social, humanamente coletivo, ao realizar o que reflete, e refletir sobre o realizado, produz sua história e refaz permanentemente o contexto em que vive [...]” (TRANSPADINI, 2010, p. 104).

[...] a própria questão do capitalismo não deixa a gente perceber como as coisas acontecem, a realidade que elas vivem. Então o trabalho socioeducativo é uma possibilidade, um espaço que o CRAS cria para esta reflexão [...] (Sujeito 1)

Por fim, vislumbra-se no trabalho socioeducativo a possibilidade de desmascarar, de denunciar e problematizar⁴⁶ a realidade dada, ainda que esta se demonstre “natural e evidente”

⁴⁵ Ao partir da Teoria Social Crítica, quando se refere à alienação e /ou o rompimento desta, se pressupõe que se vive numa sociedade alienada, onde todos estão sujeitos a esta, não somente aqueles considerados pobres ou vulneráveis; mesmo porque é decorrente da estrutura vigente reforçar e moldar estigmas, posturas, valores e cultura a sociedade, a fim de manter o *status quo*, e na maior parte das vezes isto é reproduzido sem se perceber ou questionar.

⁴⁶ Parte-se do princípio que problematizar difere de transformar; porém um conceito perpassa o outro, pois se entende que problematizar a realidade possibilita levantar algumas questões que são fundamentais para a transformação social, porque proporciona a reflexão sobre um cotidiano que muitas vezes se apresenta como natural.

(GADOTTI, 1989, p. 49), saindo da imediatividade e compreendendo o contexto na sua totalidade, rompendo com a naturalização da pobreza e da não cidadania, bem como abrindo caminho para combater o verdadeiro “motivo” da pobreza, conforme citado por Telles (2001) e Sposati (1998), já que se parte do pressuposto de que essa realidade é dialética.⁴⁷

Porém, encontra-se em algumas narrativas dos psicólogos uma contradição a respeito da questão até aqui debatida, pois ao mesmo tempo em que situa a discussão num contexto macro social, expondo claramente o processo de conscientização individual/coletiva e questionamento crítico da realidade, é atribuída ao usuário total responsabilidade pela mudança,

[...] e isso ajuda a pessoa a ter mais insight das coisas, que acontecem com ela. Eu acho que o significado principal é o crescimento interno [...] (Sujeito 1)

*Então se é para ele ter uma melhoria na sua qualidade de vida por questão de repensar e de refletir e de tentar mudar sua realidade **a partir dele próprio** [...] (grifo nosso). (Sujeito 2)*

E mais,

*Eu acho que o trabalho do CRAS é fundamentalmente da psicologia, mas também do serviço social conjuntamente, é poder ouvir esses grupos que são excluídos de diversas formas, tanto econômica, social, de bens materiais, que é fruto do capitalismo, da nossa vida moderna, que **isso não vai mudar no meu ponto de vista**, esses grupos através desse trabalho é uma forma de tentar incluir as pessoas nesse discurso no qual eles já nasceram nesse status, nesse lugar, que elas não escolheram estar [...] é um processo sócio-histórico de vida, que você não escolhe estar ali (grifo nosso). (Sujeito 1)*

Enfatizam-se estas contradições, mesmo porque o trabalho socioeducativo perderia sua essência e valor, principalmente no que se refere à autonomia ou protagonismo, se desenvolvido em uma perspectiva restrita e sem expectativa de mudança. Adverte-se também que seria impossível conceber o processo sócio-histórico sem acreditar na modificação da sociedade.

Essas narrativas reafirmam o ranço clínico que os psicólogos (sujeitos da pesquisa) trazem da sua formação, afinal, tais falas contradizem a própria psicologia social⁴⁸ apontada

⁴⁷ Compreende-se por dialética “o modo de pensarmos as contradições da realidade. Elas são superadas por novas contradições, num permanente movimento de superação e substituição que faz com que a humanidade caminhe” (GADOTTI, 1989, p. 62).

⁴⁸ Aponta-se aqui a Psicologia Social, pois se acredita que esta deveria ser referencial para os psicólogos que atuam na área social, já que vai ao encontro do método dialético, o que contribuiria para realização do trabalho socioeducativo dentro da mesma concepção apontada pela pesquisa, bem como direcionada pela própria PNAS.

por Vygotsky, pois este “tem como um de seus pressupostos básicos a idéia de que o ser humano constitui-se enquanto tal na sua relação com o outro social. A cultura torna-se parte da natureza humana num processo histórico que, ao longo do desenvolvimento da espécie e do indivíduo, molda o funcionamento psicológico do homem” (OLIVEIRA, M. 1992, p. 24). Nesse sentido, para Ozella (2003 apud OLIVEIRA; ARAUJO, 2010, p. 170):

A psicologia sócio-histórica, identificada por Vygostsk como teoria histórico-cultural, parte dos princípios filosóficos do materialismo dialético, e traz embutida uma teoria e um método científico que se contrapõem à leitura de ciência proposta pelo positivismo lógico.

Em outras palavras, no que tange a psicologia social, esta estuda os fenômenos sociais na sua dimensão subjetiva, pois, para superar os parâmetros da ciência moderna (objetiva, metódica, sistemática, empírica e experimental), a psicologia social propõe uma integração dialética entre indivíduo e sociedade (KAHHALE, 2004).

Nesta concepção, a autora cita Bock (2001, p.22 apud KAHHALE, 2004, p. 100) que esclarece:

[...] falar do fenômeno psicológico é obrigatoriamente falar da sociedade. Falar da subjetividade humana é falar da objetividade em que vivem os homens. A compreensão do “mundo interno” exige a compreensão do “mundo externo”, pois são dois aspectos de um mesmo movimento, de um processo no qual o homem atua e constrói/modifica o mundo e este, por sua vez, propicia os elementos para a constituição psicológica.

Sendo assim, a subjetividade não pode ser tida como algo que vem de fora e aparece dentro do indivíduo, pois se for compreendida desta maneira manter-se-á a dualidade indivíduo e sociedade (KAHHALE, 2004).

Rey (2007, p. 172) também não traduz a subjetividade simplesmente como algo individual, mas a define “como aquelas produções sociais carregadas de sentido subjetivo que estão configuradas por processos emocionais e simbólicos produzidos nas mais diferentes esferas da sociedade.”

Deste modo, a subjetividade não é uma internalização, mas uma produção humana. Por mais que esta produção seja feita a partir da prática e de relações, os resultados não são lineares, são resultados diferentes, considerando que nada do que acontece em nossas práticas se internaliza, mas se produzem – nós produzimos (REY, 2007, p. 173).

Já que romperia com [...] a lógica que alimentou os dualismos clássicos da psicologia como a da mente/corpo e da razão/emoção, e os corporativismos teóricos que separavam o homem do inconsciente, do homem do comportamento, do homem da cognição, como se fossem seres diferentes [...] (SAWAIA, 2007, p. 83 apud FONTENELE, A. 2008, p. 79).

Assim, estas considerações parecem muito interessantes para analisar e interpretar melhor as falas contraditórias de alguns psicólogos, mesmo porque “as formas de organização em configurações subjetivas na qual transitam de forma simultânea o social e individual, colocam a psicologia de forma necessária num espaço transdisciplinar que se alimenta por diferentes canais que hoje são enfatizados por ciências sociais diferentes” (REY, 2007, p. 174).

Apenas um dos sujeitos entrevistados compreende a subjetividade como fator importante no trabalho socioeducativo, embora não alcance a percepção de Rey (2007).

[...] não tem como a gente repassar um produto pronto, porque a realidade é delas, a gente tem que levar em conta a subjetividade de cada um [...] (Sujeito 2)

Todavia, o mais importante é entender que o sentido subjetivo “nos permite entender a sociedade numa nova dimensão, ou seja, em seu sistema de conseqüências sobre o homem e sobre a organização de seus diferentes espaços de vida social” (REY, 2007, p. 174).

Esta focalização no indivíduo, bem como o desprezo pela complexidade e multideterminação do processo de subjetivação, é compreensível, quando se busca a história da psicologia, pois esta “cresceu comprometida com o capital e o consumo, servindo principalmente de suporte científico das ideologias dominantes e de auxílio na perpetuação do *status quo* ao longo do seu percurso de legitimação social” (DIMENSTEIN, 2000, p.101)⁴⁹.

No Brasil, conforme já exposto, as escolas de psicologia a partir da segunda metade do século XIX, exerceram um ensino voltado à adaptação do indivíduo ao ambiente e à patologização do comportamento anormal, ou seja, a psicologia estava associada aos problemas de desajustes e desvios da sociedade (DIMENSTEIN, 2000).

Para Bock (2004, p. 2), desde seu reconhecimento como profissão no Brasil, em 1962, a psicologia

[...] se desenvolveu e se fundamentou em concepções universalizantes e naturalizantes da subjetividade. Idéias que pensavam o homem e seu mundo psíquico de forma a entendê-lo como um ser natural, dotado de capacidades e características da espécie e que, inserido em um meio adequado, poderia ter seu desenvolvimento. Um homem que é responsável pelo seu desenvolvimento e pelo

⁴⁹ Adverte-se que se tem clareza que não é somente a psicologia uma profissão nascida sobre influência do “modo” capitalista, no entanto é necessário compreender este fato para entender melhor o conjunto de determinações que influenciam o posicionamento destes profissionais (psicólogos).

seu sucesso ou fracasso. O esforço de cada um era a garantia do desenvolvimento adequado (BOCK, 2004, p. 20).⁵⁰

A psicologia ganhou espaço e “[...] penetrou em toda a sociedade sem estar necessariamente comprometida com a produção de conhecimentos na perspectiva de transformação das práticas e ideologias dominantes em nossa sociedade” (DIMENSTEIN, 2000, p. 102).

A autora também enfatiza que esta não é toda a história da psicologia⁵¹, porém torna-se fundamental na medida em que procura discutir a profissão no país (DIMENSTEIN, 2000, p. 103) e principalmente para analisar as falas dos psicólogos.

Entretanto, deve-se atentar para o fato de que o trabalho hoje desenvolvido pelo psicólogo (e assistentes sociais) deve dar novos significados, bem como refazer projetos de vidas. Realizar tal objetivo inova os modos de intervenção do sujeito no cotidiano, ou seja, “a subjetividade, como forma de construção do mundo de significações, permite organizar a realidade na dimensão subjetiva e atuar na dimensão objetiva construindo-a” (KAHHALE, 2004, p. 120). Este processo permitirá a constituição de sujeitos de direitos, foco do trabalho socioeducativo.

Por conseguinte, é preciso o comprometimento com a visão de emancipação como um processo dialético e complexo, assinalado por um embricamento de aspectos internos e externos, no qual o reconhecimento ativo do sujeito na construção da sociedade é potencializado ao se reconhecer coletivamente.

Segundo Guareschi, P. (2009, p. 44), “os psicólogos sociais são chamados a mostrar que a verdadeira responsabilidade deve brotar de uma opção livre, pois é ela que nos torna dignos, isto é, merecedores. Só é responsável quem é livre e só é livre quem tem consciência.” E esta consciência é determinada pelo autor como um processo sucessivo e interminável a procura de respostas. Aqui se consideram respostas individuais e coletivas.

Nesta perspectiva, quando no grupo socioeducativo o indivíduo supera sua individualidade e se conscientiza das condições históricas comuns aos membros do grupo, levando-os a se identificarem e a desenvolverem atividades conjuntas, contata-se nesse processo o desenvolvimento da consciência de si idêntica à consciência social. Agora, na

⁵⁰ É a partir dessas ideias, também narradas pelos psicólogos, que se procura desenvolver a crítica à universalização e naturalização do homem, buscando uma perspectiva histórica para a Psicologia.

⁵¹ Como já citado anteriormente, desde 1980, com mais vigor na América Latina, a Psicologia Social foi “objeto de uma guinada em seu discurso, iniciando outra rota em direção a preocupações com os problemas sociais e ao comprometimento com mudanças sociais estruturais, como a inclusão social e redução das desigualdades sociais” (FONTENELE, A. 2008, p. 73), rejeitando uma aplicação acrítica das teorias europeias e estadunidenses que até então predominavam.

medida em que este processo ocorre com todo o grupo tem-se aí a consciência de classe (LANE, 2004a).

Quando o grupo se percebe inserido no processo de produção material, cheio de contradições geradas historicamente que os mobiliza a superar tais contradições presentes no seu cotidiano, torna-se um grupo sujeito da transformação-histórico social (LANE, 2004a), objetivo maior do trabalho socioeducativo.

Assim, o psicólogo social, parte da materialidade histórica produzida por e produtora de homens, pois para eles o homem não sobrevive a não ser em relação a outros homens. Em outras palavras, se apreende o indivíduo como um ser concreto, manifestado de uma totalidade histórico-social.

No entanto, Codo (2004, p. 140) traz o questionamento do que significa este ser social-histórico, ao mesmo tempo em que responde dizendo que a relação do homem com o meio ambiente se dá de uma maneira permeada socialmente,

[...] e o que muda não é o que se produz num determinado período histórico, são as relações de produção, são as relações que permeiam ou significam, *stricto sensu*, a relação entre os homens. A comida que mantém o homem em pé, o sexo que mantém as gerações se sucedendo, a forma de expressão do homem sempre estiveram presentes em qualquer momento histórico que se tomar. O que muda e se transforma são as relações sociais que os homens utilizam para essa produção.

E continua afirmando que a relação social atualmente vigente está bem estabelecida; trata-se do modelo de produção capitalista que procura determinar toda atividade do homem.

Por isso, toda intervenção, em particular o trabalho socioeducativo, não pode perder de vista a historicidade dos processos envolvidos. Isso significa conectar o homem à sociedade e ao seu contexto social e histórico, e considerar que tudo pode ser diferente, que o desenvolvimento humano é um processo dialético e histórico (KAHHALE, 2004).

Ademais, o trabalho dos psicólogos é novo nesse universo; percebe-se pela caracterização dos sujeitos que apenas uma psicóloga desenvolve este trabalho há mais de cinco anos, o que significa que o processo é recente e ainda está em construção. Ressalta-se que o próprio papel do psicólogo na PNAS e no SUAS ainda tem sido alvo de indagações, o que dificulta a atuação do profissional neste novo campo.

Fontanele, A. (2007) realizou um estudo sobre “como a Psicologia se inseriu na PNAS e nos CRAS e qual Psicologia, ou seja, referenciais teóricos e modelos de atuação, se estava pensando quando de sua colaboração”, no qual se pode constatar que os profissionais de psicologia por ela entrevistados não sabiam como a Psicologia se inseriu no SUAS. Já os profissionais de Serviço Social apresentaram três motivos para a presença da Psicologia na

política: 1. O fato de a política já trazer uma perspectiva interdisciplinar; 2. O fato de os CRAS terem como prioridade a execução do PAIF e este ter como enfoque o trabalho com a família e 3. A inserção da Psicologia na luta pelos direitos da criança e do adolescente. O trabalho ainda apontou algumas conclusões: - a Psicologia não esteve presente na discussão e elaboração da PNAS e do SUAS, o que indica uma inserção parcial desta; desta forma, os psicólogos, em sua maioria, assumem papéis somente de executores de programas; - apesar de não estar explícito, espera-se da Psicologia um trabalho com as famílias baseado num modelo da Teoria sobre Família/Abordagem Sistêmica⁵² (modelo americano); - atualmente, no entanto, nos estudos e debates sobre a PNAS e acerca dos CRAS, há um questionamento sobre o modelo focalizado na família, pondo em dúvida a relevância da inserção dos Psicólogos nas equipes de atenção básica do SUAS; - a urgente necessidade de a Psicologia, como ciência e profissão, participar politicamente do SUAS e também mostrar outras possibilidades de abordagens teórico-metodológicas que dialoguem melhor com a realidade social latino-americana e brasileira e os princípios defendidos pelo SUAS (FONTENELE, A. 2008, pp. 109-110).

Por isso, Fontenele traz como referência teórica a Psicologia Social Crítica, baseada num enfoque crítico e libertador, produzida no Brasil e na América Latina, que dialoga mais profundamente com os princípios e valores da política de assistência social (FONTENELE, A. 2008, p. 110).

Embora essas conclusões sejam bastante reveladoras no que diz respeito à Psicologia e sua inserção no SUAS, não revelam todo aparato histórico percorrido pela profissão no Brasil no seio da políticas públicas a fim de lhe garantir o mérito de fazer parte como profissão das equipes dos CRAS e CREAS (SILVA, 2007, apud FONTANELE, A. 2008, p. 111), pois

[...] essa inserção é fruto da caminhada dos psicólogos em direção à sociedade mediante as lutas por direitos humanos e da reforma psiquiátrica, [...] da apropriação e participação em espaços políticos, principalmente no plano federal, mostrando seu trabalho através de campanhas e políticas de proteção à criança e adolescentes, [...] dentre outras campanhas e lutas nacionais sobre temas de relevância para a sociedade brasileira. Esse espaço que se abriu na legislação da

⁵² A teoria sistêmica apresenta algumas características fundamentais, primeiro ela afirma que se vive em sistemas, os quais são totalidades integradas cujas propriedades não podem ser reduzidas às unidades menores, e que tais sistemas não são como máquinas, pois são sistemas vivos que interagem entre si formando uma complexa teia organizada. Além disso, os sistemas crescem e se formam em um processo, eles se auto organizam por meio de transações; existe entre eles uma integração, cooperação para sua própria sobrevivência. Em outras palavras, busca-se a integração e a inter-relação das partes em um processo único, sem alteração estrutural, realizam-se adaptações até chegar ao equilíbrio. Destaca-se que o Serviço Social se contrapõe a esta matriz porque esta volta-se a uma modernização conservadora e à melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade. Os recursos para alcançar estes objetivos são buscados na modernização tecnológica e em processos e relacionamentos interpessoais.

assistência social, é, portanto, resultado do movimento em prol de uma Psicologia do compromisso Social (SILVA, 2007, apud FONTANELE, A. 2008, p. 111).

Portanto, nota-se que a psicologia tem trilhado seu caminho no campo do protagonismo social, a partir da edição do seu novo código de ética⁵³ (Resolução Conselho Federal de Psicologia-CFP nº 010, de 27 de agosto de 2005) e demais debates nessa temática por meio dos Conselhos Regionais e o Conselho Federal de Psicologia, além de suas participações nos conselhos de direitos, conforme afirma PIRES, M. C. S. (2008).

4.2.2 O significado do trabalho socioeducativo para os Assistentes Sociais

O Serviço Social desde seus primórdios está ligado diretamente às políticas sociais em especial à Assistência Social, portanto sua história faz e fez parte de um processo de construção, onde o contexto político e econômico muito o influenciou e influencia; conseqüentemente, a atuação do profissional desta categoria ontem e hoje se redescobre diante de grandes desafios, pois já traz consigo, de forma contraditória, marcas de sua gênese.

Logo, de acordo com Raichelis (2010, p. 753):

[...] exige desvelar o caráter contraditório do Serviço Social como prática polarizada pelos interesses das classes sociais, que tanto participa dos mecanismos de manutenção quanto de mudanças, respondendo a interesses do capital e também do trabalho, participando dos processos de dominação e de resistência, continuidade e ruptura da ordem social .

⁵³ “Este Código de Ética pautou-se pelo princípio geral de aproximar-se mais de um instrumento de reflexão do que de um conjunto de normas a serem seguidas pelo psicólogo [...] contribuindo para o fortalecimento e ampliação do significado social da profissão. Seus princípios fundamentais são: I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos; II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural. IV. O psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática. V. O psicólogo contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão. VI. O psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada. VII. O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código” (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2005).

Ao mesmo tempo, é fundamentalmente importante diferenciar o Serviço Social e a Política de Assistência Social, pois “entende-se que as políticas sociais são mediações fundamentais da profissionalização [...]; no entanto, não se confunde com ela: é preciso reafirmar as diferenças entre Serviço Social profissão e política pública como responsabilidade do Estado e dos governos” (RAICHELIS, 2010, p. 769).

A autora afirma que no “caso da assistência social, embora seja uma mediação persistente que remonte às origens da profissão [...], não se pode ser confundida com a assistência social nem ser restringido a esse campo de intervenção.”

Nesses termos é relevante lembrar que o Serviço Social teve sua origem sob o ponto de vista das exigências da produção fordista/taylorista, o qual ao mesmo tempo em que “intensificava e ampliava a formação do operário-massa, referência à primeira de uma sociabilidade centrada na relação homem /máquina, afirmava o trabalhador como produto-coletivo, impondo-lhe a privatização do modo de vida [...]” (ABREU, 2002, p. 66).

Sendo assim, de acordo com Abreu (2002, p. 43), o princípio educativo que fundamentava a ação dos assistentes sociais nesta época pode ser nomeado de “conformismo social”, pois,

O princípio educativo, a rigor, significava uma adequação do processo ideológico formador de determinado modo de vida – cultura – às necessidades e imperativos de um tipo de racionalização produtiva. Portanto, é produto do movimento contraditório entre estrutura/superestrutura, em suas expressões particulares, em um momento histórico.

Convém reafirmar, então, que o taylorismo (forte influência americana) e a filosofia neotomista⁵⁴ (influência da igreja católica) mostram-se como as matrizes principais das orientações pedagógicas das práticas dos assistentes sociais, ocasionando a consolidação da cultura dominante.

Nesta perspectiva, Abreu (2002) apresenta dois perfis da prática pedagógica do Serviço Social característico deste contexto (década de 1940 e 1950): a pedagogia da ajuda e a pedagogia da participação.

A primeira caracterizava-se por apresentar o desenvolvimento do processo de ajuda psicossocial individualizado, este parte do princípio que “a questão social – reduzida às suas manifestações na esfera individual – constitui-se um *problema moral*. Esta noção justifica

⁵⁴ O neotomismo configura uma corrente filosófica, consubstanciada numa retomada da filosofia tomista, isto é, do pensamento de São Tomás de Aquino (1225) [...] visando à busca de fundamentação, à luz da moral católica, para um enfrentamento dos problemas sociais (ABREU, 2002, nota 14, p. 59).

uma intervenção via assistência social individualizada de cunho moralizador [...]” (ABREU, 2002, p.85, grifo da autora).

Desta forma, no processo educativo o desenvolvimento da personalidade era subsidiado pela ajuda material, ou seja, “ajudar um indivíduo consiste em torná-lo capaz, por meio de certo tratamento, de ajustar-se ao mundo que o cerca” (VERDÉS-LEROUX, 1986, p. 67, apud ABREU, 2002, p.88). Nesta perspectiva, as ações fortalecem a visão ajustadora/controladora da política, a qual também permeia atualmente as questões que envolvem as condicionalidades dos Programas de Transferência de Renda e/ou qualquer outro benefício “fornecido” pela assistência social; ou seja, é preciso de mérito para usufruir desta política ou se ter direito a ela⁵⁵.

Imprime-se à função pedagógica do assistente social um caráter autoritário, moralista, mistificador das relações sociais.

A segunda, marcada pela forte influência da ideologia desenvolvimentista, principalmente pelas experiências do Desenvolvimento de Comunidade (DC); nela, a participação reorienta-se para além do processo de ajuda, “constituindo-se uma esfera programática da intervenção profissional nas relações sociais. Tal redimensionamento repercute na prática do assistente social, impulsionando alterações no perfil pedagógico, a partir de um rearranjo da função educativa [...]” (ABREU, 2002, p.107).

A participação é voltada para a integração e promoção social dos indivíduos por meio da inserção nos programas de governo, visando ao fim do pauperismo, bem como a conter as ameaças do comunismo, já que as condições de pobreza eram vistas como facilitadoras para o desenvolvimento de tal sistema. O auxílio passa a ser autoajuda ou ajuda-mútua, nos processos participacionistas realizados nas comunidades, a fim de constituir formas consideradas privilegiadas na superação do assistencialismo e da dependência econômica (ABREU, 2002).

Porém, a autora ainda assegura que a intervenção na comunidade não significou a superação do enfoque individual psicologista e conservador da prática; ou seja, sobre questões de teoria e de método, ainda plainava uma visão modernizadora, cientificista e tecnicista.

Por outro lado, nesta mesma conjuntura (final da década de 1950 e início da década de 1960), destaca-se um grupo de profissionais de diferentes países; esses, inquietos, buscam criticizar a prática profissional, bem como encontrar respostas para tantos outros

⁵⁵ Ressalta-se que este questionamento, assim como outros, surgem no decorrer da pesquisa; no entanto, não há como responder a todos, pois se sairia do objetivo da pesquisa e demandaria tempo e estudo; entretanto, eles fazem refletir como a política de assistência social traz particularidades fundamentais para sua própria análise e compreensão, principalmente quando se pensa no que ela avançou/rompeu ou permaneceu.

questionamentos referentes à profissão, culminando no chamado Movimento de Reconceituação.

No primeiro momento do Movimento de Reconceituação, destacam-se os Encontros de Araxá e Teresópolis (1967 e 1972, respectivamente) que arcam com o esforço da categoria profissional para uma apreensão da sistematização teórico-prática do Serviço Social (SILVA E SILVA, 2002). No entanto, os documentos citados sofreram forte influência ideológica da modernização conservadora, marcada pela ideologia desenvolvimentista, em que a participação social é alocada como instrumento de adesão e consentimento da população (ABREU, 2002).

Entretanto, o que se pode observar é que a função pedagógica desempenhada pelo assistente social ainda não ultrapassou a pedagogia autoritária e conservadora, indo de encontro ao processo de ruptura que tinha como um de seus elementos uma pedagogia voltada para a mobilização e a participação popular. Mas não se pode esquecer de que todo esse contexto é perpassado pela conquista do “bem-estar social” propagado pelo sistema econômico fordista/taylorista no país.

Enfatiza-se que, em 1978, surge uma nova frente desse movimento chamada de Reatualização do conservadorismo, com forte influência da matriz fenomenológica⁵⁶, seguida por uma nova perspectiva intitulada de Intenção de Ruptura, respaldada pelo pensamento marxista, embora permeada pela vertente estruturalista, com influência principalmente de Althusser (SILVA E SILVA, 2002).

Referente ao período do regime militar, as autoras (SILVA E SILVA, 2002, pp. 36-37) ainda afirmam que no tempo de maior repressão setores profissionais começam a atuar contra a hegemonia conservadora e excludente que colocava a profissão como mero instrumento da aceleração do desenvolvimento e continua,

Isto significa que, mesmo cometendo o “equivoco” de se propor a abandonar o espaço institucional, por percebê-lo como instrumento mecânico de dominação, alguns setores da categoria profissional colocam a perspectiva de o Serviço Social aprofundar uma prática que se pauta pela busca de apoio aos interesses os segmentos explorados que constituem a base de sua clientela [...]

Todavia, é somente no período chamado por Silva e Silva (2002, p. 39) de “distensão-abertura” da ditadura militar (1974-1985) que se aprofunda esta proposta desenvolvendo

⁵⁶ Esta matriz tem como objetivo capacitar o “cliente” a ter uma postura consciente no mundo em que vive a partir de uma unidade dinâmica entre sujeito/objeto que vivenciam determinadas situação existencial problema (SEP). Trata-se de uma proposta de ajuda “psicossocial”. Tem como base metodológica a tríade: diálogo, pessoa e transformação social, a qual se concretizaria através da capacitação do cliente, conquistada por meio de um esforço intencional e individual de conhecer o mundo.

“amplo debate sobre o caráter político da prática profissional e conseqüentemente desmistificação de sua pretensa neutralidade [...], pois

Se num primeiro momento, esse esforço confunde a ação profissional com uma ação político-partidária, levando, inclusive, a necessidade de abandonar os espaços institucionais, a partir de 1978, por influência de Gramsci, cuja obra começa a ser divulgada no Brasil, o Movimento de Reconceituação procura se orientar por uma perspectiva dialética, com base na concepção de Estado ampliado, que permite perceber a instituição como espaço contraditório e de luta de classes (SILVA e SILVA, 2002, p. 39).

Deste modo, um novo princípio educativo com base na pedagogia emancipatória se apresenta, tendo como elementos constitutivos a colaboração intraclasses subalternas, a mobilização, a capacitação e organização das classes (ABREU, 2002).

Assim, o Movimento de Reconceituação ocasionou mudanças para a profissão. Poder-se-ia dizer que o profissional “abandonou” uma identidade a ele atribuída e conquistou o que Martinelli (2009) chama de identidade construída, alicerçada na perspectiva crítica, na problematização da situação apresentada; fundamentada na categoria da totalidade e sem perder de vista a noção de sujeito coletivo.

Constata-se que a profissão passa por um processo de laicização; isto é, torna-se laica, sem incentivos religiosos ou o pragmatismo natural das religiões; busca-se a renovação do Serviço Social e a ruptura com o tradicional por meios de processos educativos que propiciem ao profissional um arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo bem estruturado, pois “o exercício profissional crítico e transformador numa sociedade onde o propósito de acumulação do capital com base na exploração da força de trabalho é escamoteado, torna-se uma tarefa complexa para os profissionais que atuam de modo limitado nas políticas sociais” (PONTES, 2000, p. 7).

Imbuídos dessa premissa, pode-se afirmar que o Serviço Social realiza há tempos o trabalho socioeducativo, com nomenclaturas, objetivos e intervenções diferentes, mas que hoje o mesmo pauta-se em princípios nascidos desse processo (movimento de ruptura), bem como nas novas configurações da questão social na sociedade contemporânea.

Conforme exposto por Iamamoto (1992a, pp. 17-27), o Serviço Social tem na Questão Social a base de sua fundamentação como especialização do trabalho, ou seja, tem nas suas mais variadas expressões quotidianas a sua realidade de trabalho, a qual se apresenta como um fenômeno dialeticamente contraditório, pois o trabalho é coletivo, mas a apropriação dos seus frutos é cada vez mais privada, contradição fundamental da sociedade capitalista.

Nesta mesma perspectiva, Iamamoto (2007) aponta que o agravamento da questão social devido ao processo de reestruturação produtiva (década de 1990 em diante, crise do capitalismo fordista/taylorista – *Welfare State*) e a programática adoção neoliberal (mudança na relação público-privado, sucateamento de serviços públicos, flexibilização do trabalho, etc.) resultam tanto para os profissionais, quanto para mercado de trabalho dos assistentes sociais, e para os usuários, um sofrimento impactante.

De acordo com Rachelis (2010, p. 755),

as respostas do Estado à questão social se realizam por meio de um sem-números de organizações sociais, por meio da fragmentação e setorização das necessidades sociais [...] recortando-as em problemas sociais “particulares” como o desemprego, a fome, o analfabetismo, a doença, etc., dificultando a explicitação de sua raiz comum numa perspectiva de totalidade, provocando a atomização das demandas e a competição entre os segmentos do acesso a parcelas do fundo público (RAICHELIS, 2010, p. 755) .

Entende-se que quando se atomiza, se fragmenta e, nesse ato de fragmentar, perde-se a noção da relação entre os fatos e da ligação dos acontecimentos e das situações decorrentes. Da mesma forma, quando se parte para o desenvolvimento de um trabalho socioeducativo munidos dessa percepção, o que se caracterizaria como um instrumento de intervenção que pode ocasionar mudanças, na realidade não se efetivaria, porque não ter essa visão da totalidade, portanto contrária à atomização, impossibilitaria a realização de uma prática socioeducativa pautada em princípios defensores da autonomia, da emancipação, do acesso aos direitos de cidadania, enfim.

Nesta direção, Abreu (2002, p. 164) traz duas premissas básicas no que se refere às alterações da função pedagógica do assistente social diante desta nova “ordem” capitalista:

A primeira refere-se [...] à função pedagógica do assistente social neste país vinculam-se as modalidades de enfrentamento político-cultural travadas pelas classes sociais na luta pela hegemonia, face à necessidade de reforma intelectual e moral colocada no contexto das saídas neoliberais dada à crise estrutural do sistema capitalista; a segunda, reportando-se a uma consequência da primeira, diz respeito à noção mediante a qual esse contraditório movimento político-cultural desenvolvido pelas classes sociais requisitando um conjunto de intervenções sócio-institucionais na perspectiva de instauração de uma nova cultura, consubstanciada em um princípio educativo [...]

Logo, na trilha dessas indicações, Mota (2010a, p.41) pontua algo importante: “novas situações surgem, assim como novos métodos. Neste sentido, não apenas as situações que seriam designadas [...] como questão social se alteram, como se altera a própria definição de questão social vis-à-vis as novas modalidades do seu enfrentamento.”

Ao partir desse pressuposto, interessa aqui analisar o significado do trabalho socioeducativo para o assistente social no âmbito do SUAS, pela oportunidade de problematizar um processo que está em curso em todo país, e que pela complexidade apresenta desafios às profissões envolvidas que precisam ser acompanhadas e desvendadas criticamente.

Frente a essas considerações, vale reafirmar o que Oliveira e Elias (2005, p. 41) esclarecem, antes de introduzir as falas dos sujeitos de pesquisa:

O exercício profissional do Serviço Social compreende duas dimensões que se constituem como unidade. A primeira dimensão dá-se pela mediação da prestação de serviços sociais; a segunda permeia a primeira e se faz pela ação sócio-educativa na relação com a população usuária dos serviços prestados por essa profissão.

Complementando, o trabalho do assistente social é “a expressão de um movimento que articula conhecimentos de luta por espaços no mercado de trabalho, competências e atribuições privativas que têm reconhecimento legal⁵⁷ [...] que confere direção social ao trabalho profissional” (RAICHELIS, 2010, p. 753).

Assim como os profissionais de psicologia – sujeitos da pesquisa, os assistentes sociais informam que o trabalho socioeducativo é essencial para as atividades do CRAS .

Então sobre o significado do trabalho socioeducativo na política de assistência Social [...] eu entendo como foco do trabalho do CRAS [...] Para mim enquanto assistente social do CRAS o socioeducativo pode ser feito em um atendimento individual, mas a maioria que a gente faz é grupal [...] (Sujeito3)

O significado do trabalho socioeducativo para mim como profissional é a mola mestre do meu trabalho, porque eu vejo o trabalho socioeducativo como desde a minha acolhida, a minha chegada ao CRAS, do atendimento com a minha equipe, com os usuários chegando à acolhida, a entrevista culminando com a reunião socioeducativa. (Sujeito 5)

O trabalho socioeducativo é um instrumento de intervenção coletivo, é nele que podemos utilizar de um mesmo assunto, problema, motivo, para, através de técnicas de grupo, trabalharmos em conjunto algum tipo de acesso aos que do grupo participam. (Sujeito 6)

Percebe-se que embora as falas dos assistentes sociais não se diferenciem muito das narrativas dos psicólogos no que se refere à significância do trabalho socioeducativo, elas

⁵⁷ São eles: regulamentação profissional, código de ética, diretrizes curriculares da formação profissional e projeto ético-político.

trazem para discussão um elemento relevante: considera que o socioeducativo não se dá somente no campo grupal, o que vai ao encontro das ideias de Oliveira e Elias (2005, p. 51) quando mencionam que as funções arrogadas ao serviço social (atendimentos de caso, plantões, visitas domiciliares e outros) não dizem respeito somente ao fator econômico, mas aos fatores ideo-políticos-culturais, ou seja, necessariamente educativos.

Assim sendo, “a ação educativa tem sim uma vertente política e ideológica: ou se pretende simplesmente manter tudo como está ou fazer um trabalho de contribuição para a transformação” (OLIVEIRA, H. 2011, p. 252).

Eu sei que eu sou uma trabalhadora social, eu sei que a pessoa que está me procurando também é um trabalhador e eu junto com essa pessoa procuro, a gente procura, aprender apreendendo... é um trabalho de inclusão dessa política nova que veio efetivar a assistência social como direito, por isso precisa ser um trabalho socioeducativo, porque tem que ser uma coisa contínua, onde a gente vê a pessoa, o indivíduo, como ser desta história, ele precisa dirigir a sua história. (Sujeito 5)

A assistente social toma como fundamental a totalidade que envolve o seu agir profissional, pois primeiramente enxerga o indivíduo como trabalhador e se reconhece também como trabalhadora, isto é, não se diferencia do outro, foge da concepção de “usuário= resolução problemas”; ainda, foge da neutralidade e enfatiza a horizontalidade⁵⁸ ao dizer que “aprendem juntos”; e, também, consegue visualizar a política como uma forma de inclusão, ao mesmo tempo em que percebe que é uma política nova que ainda luta para se efetivar como direito, sem perder de vista algo fundamental proposto pelo SUAS, os serviços com continuidade, no qual o trabalho socioeducativo se encontra; por fim, enxerga o indivíduo inserido na história, num contexto, que também o influencia, ou seja, a situação do sujeito não é determinada pelas suas ações (foco no indivíduo tão presente nas práticas e discursos de psicólogos)⁵⁹.

Mas ver nela um ser humano que tem suas potencialidades, suas barreiras e também que ela está envolvida numa família, numa

⁵⁸ “Cabe esclarecer que na concepção de educação popular, assistente social/usuário assumem a postura de educadores e educando, sendo que o processo de conscientização dá-se através da troca de conhecimentos entre diferentes sujeitos envolvidos numa construção coletiva do conhecimento” (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 57).

⁵⁹ É fato que embora a atual política traga novas determinações e potencialidades para efetivação dos direitos, a maneira como é permeada pela historicidade sócio-econômica não deve ser desconsiderada, pois tal fato não permite que sua implementação ocorra de forma simples, como, por exemplo, ao se falar de trabalhos contínuos cabe relevar que a maior parte da verba direcionada para a execução da política é destinada à operacionalização de programas de transferência de renda e não para os serviços. Portanto, não se pode perder de vista as contradições que perpassam a política “caíndo” numa análise pragmática.

comunidade onde ela precisa fortalecer esses laços para recuperar essas competências. (Sujeito 5)

Aqui, a mesma profissional alcança em sua fala mais três elementos do SUAS: a prevenção e o fortalecimento de vínculos, a importância da família e a territorialidade⁶⁰. Pode-se então constatar que esta profissional não somente conhece o que é proposto pela PNAS-SUAS, como também procura, no seu cotidiano, atuar de acordo com a proposta, associando-se ao parecer de exercício profissional citado por Oliveira e Elias (2005), bem como compreendendo sua prática dentro do contexto exposto por Yamamoto (1992a; 2007), a fim de contribuir para as mudanças e transformação necessárias conforme afirma Oliveira, H. (2011) e, por fim, orientando suas ações no projeto ético-político⁶¹ do Serviço Social e demais parâmetros para a profissão.

Neste sentido, segundo Cardoso e Maciel (2000 apud OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 53), a função socioeducativa dos assistentes sociais:

[...] supõe compromisso político consciente com o processo societário das classes subalternas e competência teórica, metodológica e política para a identificação e apropriação das reais possibilidades postas pelo movimento social para o redimensionamento da prática profissional no horizonte da luta pela emancipação das referidas classes.

Por conseguinte, “as atividades socioeducativas devem levar as camadas populares a desenvolverem coletivamente suas próprias formas de posicionamento diante das relações da vida social e de analisá-las e explicá-las” (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 53).

Então, o trabalho socioeducativo vai discutir questões com essa população, usuários dos CRAS, para que eles tenham mais noção dos direitos, onde eles devem recorrer, onde eles devem buscar alguns benefícios, serem atendidos na saúde também; questão de trabalho; se tem questão de violência, então eles são orientados aqui no CRAS. É socioeducativo mesmo para eles verem que eles têm voz e vez, têm onde recorrer, que eles não podem ser uma pessoa passiva só esperando que o governo os atenda no que o governo quer, eles que têm que trazer a demanda para nós enquanto CRAS; para nós arrumarmos soluções, mas junto com eles; a gente não pode trazer uma resposta pronta para o usuário. Eles podem trabalhar junto com

⁶⁰ Para maiores informações vide Norma Operacional Básica-NOB/SUAS.

⁶¹ Conforme Neto (1999): “Os projetos profissionais apresentam a auto imagem de uma profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições privadas e públicas, inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais.” O projeto ético político do Serviço Social preconiza a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

a gente para que sejam solucionadas as questões que eles trazem aqui para gente no CRAS. (Sujeito 3)⁶²

[...] são os grupos de informação e acompanhamento... A meu ver no socioeducativo a gente traz muita informação, é uma troca de experiência também. (Sujeito 3)

[...] então esse trabalho socioeducativo que a gente faz em tudo lá no CRAS, a gente parte deste princípio, que a pessoa nessa sociedade capitalista que a gente vive tão selvagem, ela precisa de oportunidades e a assistência social é uma alavanca na vida dessas pessoas enquanto direito. Às vezes tem pessoas que se encontram até invisíveis e elas se tornam visíveis, com esse trabalho que a gente faz. (Sujeito 5)

Vejo o trabalho socioeducativo como fonte de conhecimento da realidade dos indivíduos que deste grupo participam. Para o profissional, conhecer a realidade é extremamente importante, assim também como para os membros que socializam temas e situações até então pensadas por eles serem individuais. (Sujeito 6)

Nota-se que as falas abordam a questão da construção em conjunto, da informação, de novas oportunidades frente ao contexto capitalista, de o indivíduo se tornar sujeito, possuir “vez e voz”, que os “invisíveis” se tornem visíveis. O que não diverge do que é sugerido pelos autores (COSTA, C. 2005; COSTA, F. 2008; OLIVEIRA; ARAUJO, 2010; OLIVEIRA; ELIAS, 2005; TORRES, 2009; ROMANO, 2009); no entanto, o conceito de consciência coletiva não é citado, de nada adianta ocorrer troca de informação e experiência se isto não ocasionar uma reflexão que leve à participação, mobilização e, conseqüentemente, à transformação, pois o ser social é um ser que se constrói socialmente.

E mais,

[...] não basta ser (in)formativo. É fundamental o processo de reflexão, possibilitando a emergência do conflito, problematizando situações do cotidiano vivenciado e do mundo social que resulte num processo de conscientização⁶³.

⁶² Contudo, sabe-se que a discussão dos direitos e direitos sociais decorre de uma questão mais profunda, a da participação autônoma, pois existe uma contradição fundante na ordem burguesa que é a exploração/expropriação da força de trabalho e da desigualdade social, exigindo dos próprios profissionais instrumentos que proporcionem uma intervenção que ultrapasse o imediato, e faça com que o usuário também consiga realizar uma leitura crítica da sua condição mundana. No entanto, esse processo de “superação e ultrapassagem” não é fácil, pois se depara com dificuldades “mínimas”, a falta de espaço, de recursos humanos e capacitação, bem como adversidades de cunho maior como repasse de recursos, distanciamento entre quem faz e executa a política e o próprio sistema societário que contradiz os princípios e diretrizes que respaldam o agir do profissional de Serviço Social.

⁶³ Gadotti (2002, p.67 apud OLIVEIRA; ELIAS 2005, p. 57) explica que “[...] consciência de classe significa domínio da teoria revolucionária e esta nasce da assimilação da crítica das posições mais avançadas da cultura burguesa e da sua conseqüente superação [...]”.

Trata-se de uma reflexão que leva os homens a pensar o mundo, as ações do seu grupo e a si mesmos, avaliar, problematizar, instigando a buscar o significado da existência humana no mundo e a compreensão da realidade (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, pp. 56-57).

Todavia, a mobilização e a reivindicação de nada adiantam se não houver um saber que instrumentalize a ação; é necessário saber como e o que reivindicar, porque “o acesso a um recurso e/ou informação por um sujeito social crítico, consciente, é que transforma o direito formal em direito real” (VASCONCELOS, 2000, p. 130 apud OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p 56).

Nesta perspectiva, percebe-se que a ação do assistente social (e também a do psicólogo) pode ser propulsora e formadora, pois “[...] como educadores/as populares, nós, assistentes sociais, podemos contribuir na construção do processo contra-hegemônico ou, como falava Gramsci, de uma nova hegemonia” (FARAGE, 2011, p. 266).

Isto significa pensar o assistente social como um intelectual orgânico capaz de “formar” consciência, pois se respaldando no pensamento gramsciano todo intelectual orgânico na sociedade capitalista deve desempenhar funções essenciais (referentes ao campo político, econômico e social) para determinada classe somando a essas funções o papel de organizador e dirigente político (ABREU, 2002).

Deve-se entender, então, o que estas funções desempenham em determinadas condições e relações sociais para conservar ou transformar uma concepção de mundo, ou seja, para promover certas maneiras de pensar e agir (ABREU, 2002).

Contudo, pensar os assistentes sociais como educadores sociais que buscam a mobilização e a emancipação política/humana não é só procurar rever a prática, mas também a articulação entre teoria e prática. Esta dicotomia vivenciada no cotidiano leva-os a pensar a profissão somente como técnica, ocasionando uma superficialidade nas suas ações, o que consequentemente interessa à lógica do sistema que deseja a manutenção do *status quo* (FARAGE, 2011).

Destarte, Lane (2004b, p. 47) relata que conhecer a ideologia e/ou o nível de consciência sugere também aprender sobre as relações grupais, que se processam desde as determinações dos papéis até o questionamento das contradições existentes pelas relações de dominação. “Neste nível, é necessário análise das atividades desenvolvidas pelo grupo, assim como do discurso produzido pelos seus membros.”

Desta forma, o confronto entre o discurso e a ação é necessário quando se busca conhecer a práxis. Neste sentido, tratar-se-á a seguir sobre como se efetiva o trabalho socioeducativo no CRAS (conteúdos trabalhados, tipos de abordagem).

4.3 Como se efetiva o Trabalho Socioeducativo no CRAS

Primeiramente, para Lane (2004c), parte-se do princípio de que:

[...] o grupo não é mais considerado como dicotômico em relação ao indivíduo (indivíduo sozinho x indivíduo em grupo), mas sim como condição necessária para conhecer as determinações sociais que agem sobre o indivíduo, bem como a sua ação como sujeito histórico, partindo do pressuposto que toda ação transformadora da sociedade só pode ocorrer quando os indivíduos se agrupam (LANE, 2004c, p. 78).

Continuando, “a função do grupo é definir papéis, e conseqüentemente, a identidade social dos indivíduos; é garantir a sua produtividade social” (LANE, 2004c, p. 79).

Tal introdução é realizada, pois embora os profissionais concebam que o trabalho socioeducativo possa ocorrer em diferentes abordagens, é no grupo, principalmente, nas reuniões socioeducativas dos programas de transferência de renda, que ele é consolidado com maior clareza.

O grupo socioeducativo aqui deste CRAS, eles são grupos de pessoas que a gente elege em função da questão das vulnerabilidades que elas estão passando. A maioria vem encaminhada de programas de transferência de renda, Bolsa Família, Renda Cidadã, Renda Mínima, jovens do Ação Jovem, não só, também, mas outras situações de vulnerabilidade que a gente percebe aqui no bairro do CRAS e nos demais bairros de referência. Então estes grupos são montados com a intenção de oferecer um espaço coletivo [...] (Sujeito 1)

É, eu acho que tem outras formas sim, acho que embora nosso CRAS não tem feito muito, mas que precisa ter tempo, até na verdade desenvolver melhor, são campanhas, são atividades na comunidade também fora do espaço do CRAS[...] (Sujeito 1)

Como se efetiva o trabalho socioeducativo no CRAS, quais são os conteúdos, tipos de abordagem; ele envolve a questão como eu já falei não só dos grupos, que a gente vê que atinge um número maior de pessoas. Quando a gente faz um grupo visando este trabalho socioeducativo, a gente tem uma abordagem de um número muito maior de pessoas, mas a gente entende este trabalho socioeducativo também quando a gente faz uma visita domiciliar [...] Através de um atendimento individual que a gente tem que trazer esta pessoa, pois às vezes ela não se coloca diante de um grupo e aí quando ela tá só com o profissional a gente também procura trabalhar neste sentido, até porque os atendimentos no quesito da psicóloga dentro do CRAS não são terapêuticos, mas é justamente fazer com que a pessoa nesse atendimento somente entre técnico e usuário ele também repense sua realidade, ele também tente fazer uma reflexão do que está acontecendo [...] (Sujeito 2)

Os grupos são realizados com os programas de transferência de renda que é: Renda Mínima, Renda Cidadã, Ação Jovem e Bolsa Família. (Sujeito 2)

O trabalho se efetiva assim, a pessoa por espontânea [...] por livre demanda a pessoa chega no CRAS; a gente ainda não conseguiu um trabalho pró-ativo, mas o nosso relacionamento lá no bairro quando a gente sai para as visitas às pessoas já nos procuram, então é uma coisa que a gente já vai desde o acolhimento, a visita domiciliar, a inclusão em programas sociais, o encaminhamento que a gente faz também e depois as famílias que ficam pertencentes ao Bolsa Família, ao Renda Mínima e Cidadã; a gente também faz as reuniões onde são discutidos vários eixos, onde a gente bate também no concreto da pessoa refletir a sua história. (Sujeito 5)

No CRAS, o trabalho socioeducativo é realizado através dos grupos existentes pelos programas de transferência de renda, Renda Cidadã, Renda Mínima, Ação Jovem e Bolsa Família. Com esses grupos os técnicos abordam assuntos coletivos de diversos eixos, e percebemos que alguns deles têm mais importância para os membros do grupo que para outros, e acabamos por utilizar desse interesse a nosso favor. (Sujeito 6)

Para maior compreensão, segue abaixo uma caracterização dos programas, consequentemente dos grupos socioeducativos desenvolvidos em Pindamonhangaba:

Quadro 5: Bolsa Família

Nº de vagas	Estimado pelo número de famílias pobres do município, dado definido pelo MDS; Pindamonhangaba aproximadamente 6.000.
Valor de repasse	Famílias com <i>per capita</i> até R\$70,00 - R\$ 70,00 até 306,00; Famílias com <i>per capita</i> mais de R\$70,00 até 140,00 - R\$32,00 até 236,00.
Critérios de inclusão	Renda <i>per capita</i> até R\$ 140,00 para famílias com filhos; Renda <i>per capita</i> até R\$70,00 para famílias sem filhos.
Condicionalidades	Permanência das crianças e adolescentes nas escolas; Acompanhamento dos cuidados básicos em saúde.
Financiamento	Governo Federal
Nº de reuniões	1 ao mês
Média de participantes	15

FONTE: Cadastro Único do Governo Federal e relatório mensal dos CRAS, dez. 2011

Quadro 6: Renda Cidadã

Nº de vagas	273
Valor de repasse	R\$ 80,00
Critérios de inclusão	Renda <i>per capita</i> de ½ salário mínimo; Maior número de criança e adolescente com idade inferior a 16 anos; Família chefiada por mulher e/ou com provedor desempregado.
Condicionalidades	Participar de reunião socioeducativa; Ter filhos frequentando a escola.
Financiamento	Governo Estadual
Nº de reuniões	1 ao mês
Média de participantes	30

FONTE: Base cadastral do Programa e relatório dos CRAS, dez. 2011

Quadro 7: Ação Jovem

Nº de vagas	564
Valor de repasse	R\$ 80,00
Critérios de inclusão	Renda <i>per capita</i> de ½ salário mínimo; Idade de 15 a 24 anos; Não ter concluído o Ensino Médio.
Condicionalidades	Participar de reunião socioeducativa; Estar matriculado e freqüentando a escola.
Financiamento	Governo Estadual
Nº de reuniões	3 vezes ao mês
Média de participantes	40

FONTE: Base cadastral do Programa e relatório dos CRAS, dez. 2011

Quadro 8: Renda Mínima

Nº de vagas	300
Valor de repasse	R\$ 63,50
Critérios de inclusão	Renda mensal inferior a 1/3 do salário mínimo; Ter no grupo familiar indivíduos de 0 a 14 anos em situação de risco; Crianças e adolescentes que estejam estudando.
Condicionalidades	Participar de reunião socioeducativa.
Financiamento	Governo Municipal
Nº de reuniões	1 ao mês
Média de participantes	35

FONTE: Base cadastral do Programa e relatório dos CRAS, dez. 2011

Ressalte-se que as reuniões são realizadas separadamente por programas, tanto pelos assistentes sociais, como pelos psicólogos; isto significa que na mesma semana o profissional pode realizar várias reuniões em períodos diferentes, ocupando sua agenda semanal de tal forma que não facilita outras ações proativas. Nota-se que a demanda é grande (todas as vagas dos programas estão preenchidas, como se percebe pelo número de atendimentos já mencionados no quadro 2); os profissionais ficam “presos” a uma agenda imposta pelo governo federal e estadual, os CRAS não possuem coordenador, dificultando também o trabalho em rede e algumas ações que “dependeriam” desse profissional, já que os demais trabalhadores estão sobrecarregados com as outras atividades: escuta, acompanhamento, visita domiciliar, reuniões, preenchimento de cadastros e ações administrativas – a equipe não está completa, além do coordenador praticamente nenhum CRAS possui um profissional de nível médio para exercer tais serviços.

Enfatiza-se também que os CRAS não possuem espaço físico conforme previsto pelo SUAS⁶⁴; como exemplo podem-se citar que somente 2 CRAS possuem sala para realizar as reuniões socioeducativas, os demais as desenvolvem fora do CRAS, o que acarreta outras dificuldades, entre elas a locomoção de materiais (data show, televisão, cadeiras, lanches, etc.). Vale lembrar que nem sempre o dia da reunião coincide com o dia de carro do CRAS; sendo assim, o transporte tem que ser feito pelo veículo do próprio profissional ou a pé, com a ajuda às vezes dos usuários.

Observa-se que as condições de trabalho destes profissionais não favorecem a realização de um serviço que realmente alcance tudo o que foi debatido até agora.

⁶⁴ Vide Guia de Orientações Técnicas – CRAS, 2009.

Além dos grupos socioeducativos dos programas de transferência de renda, atualmente (2013) o CRAS Araretama e o CRAS Castolira desenvolvem outros projetos, respectivamente, “Coração Menino” e “Grupo do Idoso”, os quais não têm vínculo nenhum com repasse de verba, conseqüentemente sem condicionalidades e critérios de inclusão. O primeiro é desenvolvido com crianças de uma escola do bairro (Araretama), os profissionais usam a música e a expressão corporal para desenvolver o trabalho; o segundo é um grupo de convivência voltado para a questão do idoso.

Sobre a organização e/ou planejamento do trabalho, somente uma psicóloga reflete de maneira diferente; ela discorre sobre a importância da reflexão do grupo de profissionais em conjunto, a fim de alcançar uma leitura de realidade mais profunda, o que propiciaria uma intervenção com maiores resultados, conforme já explicitado anteriormente, baseado em Torres (2009); já os/as demais se restringem aos temas que serão abordados em seguida.

Nos dois últimos anos o trabalho socioeducativo tem acontecido de maneira bastante estruturada; todos os CRAS se reúnem levando as demandas que foram levantadas ao longo do ano e a partir disso são levantados alguns eixos para serem trabalhados; esses eixos são divididos por CRAS. Aí, cada CRAS vai desenvolver uma forma de trabalhar isso, em recursos que vão ser utilizados e isso é proposto para direção para realizar compras de material, palestras, lanches e passeios [...] Acho que como técnico a gente consegue fazer as mesmas coisas, como eu estava falando para o usuário, sair da nossa rotina, da realidade do trabalho do dia a dia, porque se cada CRAS faz separado, a gente acaba sendo atropelado pelas demandas que têm e não consegue olhar de fora. Quando a gente planeja numa reunião separada com todos os técnicos dos CRAS presentes, a gente tem uma maneira de refletir sobre a realidade muito maior, o nosso planejamento fica bem melhor e isso tem funcionado. (Sujeito 4)⁶⁵

No que diz respeito aos temas, procura-se abordar o cotidiano dos participantes, levando-os a pensar e se identificar⁶⁶ com o grupo. As temáticas são trazidas pelo próprio participante por meio de uma avaliação.

⁶⁵ A psicóloga refere-se à reunião de planejamento realizada com todos os profissionais dos CRAS no final de ano; nesta reunião eles trazem os resultados das avaliações dos usuários, referentes às atividades socioeducativas ocorridas e a partir destas organizam o cronograma de atividades para cada reunião do próximo ano. Tal cronograma é montado em conjunto pelas diferentes equipes dos CRAS. É uma proposta construída em consonância com os grupos, tendo em vista o fato de não se considerar a comunidade um espaço onde se possam impor determinados temas, mas sim perceber suas especificidades, já que as estratégias de planejamento baseiam-se na realidade local. Vide Apêndice III.

⁶⁶ Conforme Guareschi, N. (2000, p.120), “as identidades não são formadas somente pelas questões de classe social, mas por diferentes conflitos e contradições, o que implica dizer que as identidades são históricas, fluidas e não fixas”.

Dentro do grupo a gente procura dar temas do dia a dia deles usando uma metodologia divertida, lúdica, através de algumas dinâmicas e recursos áudio-visual que possam quebrar um pouco esta dificuldade que as pessoas têm de relacionar com quem não é da sua família, quem é de fora. (Sujeito 1)

Os temas trabalhados nesses grupos socioeducativos, como equipe técnica a gente senta monta os temas que vão ser trabalhados em função de uma avaliação sempre anual, o que eles propõem para o próximo ano, porque muitas vezes há algumas mudanças, mas muitas vezes estes grupos se transferem de um ano para o outro com alguns elementos ainda. Com esta avaliação ou mesmo com os que vão sair, eles nos passam o que foi mais importante, quais as necessidades que eles viram supridas em questão de informação e que trouxeram coisas novas, coisas que eles que acham que precisam ser mais detalhadas e esta avaliação é o grande x da questão para gente, por que no que eles se reúnem e colocam e a gente vê que a cada ano que passa parece que isso tem sido feito de uma forma cada vez melhor, eles conseguem se colocar, se sentem livres para dizer eu gostei disso ou não gostei a gente precisa discutir outros temas. (Sujeito 2)

A gente trabalha com os adolescentes a questão do primeiro emprego, sexualidade, uso de drogas, convivência familiar e até mesmo sobre a terceira idade também, são temas relacionados com a adolescência. E no grupo de mulheres a gente também trabalha questão de autoestima, devido muitas mulheres possuir a autoestima muito fragilizada por problemas de convivência com o marido, com os filhos, agressão, uso de droga que tem muito aqui na nossa área, principalmente álcool, que é uma coisa lícita mais fácil da pessoa conseguir, então o uso é bem maior. No entanto no grupo das mulheres também tem questão de empregabilidade, temos os cursos que oferecem uma renda à parte e também discutimos questões do dia a dia para elas ficarem mais fortes e conseguirem serem as autoras das histórias delas, que elas saibam conseguir os objetivos que elas querem. (Sujeito 3)

Cabe, portanto, no espaço local discutir com a população assuntos que venham ao encontro da realidade, propiciando a ela experimentar uma sensação de pertencimento ao grupo, território e à comunidade, por meio de dinâmicas, vivências, debates, palestras e/ou oficinas, e isso é fundamental “porque as pessoas estão cada vez mais perdendo sua identidade e seus laços de pertencimento e o sentimento de valor próprio enquanto pessoa” (OLIVEIRA, H. 2011, p. 253). Desta forma, reconhecer as condições objetivas da vida da população que participa deste trabalho deve influenciar no planejamento, haja vista que esta realidade possui suas particularidades e/ou especificidades pertinentes ao processo; ou seja, a

intervenção não pode partir somente da leitura de mundo do profissional, mas da percepção construída por ambos (profissional-usuário).

O sujeito 1 consegue visualizar esta situação e afirma que é o contexto capitalista que dificulta nossos relacionamentos, principalmente enquanto grupo coletivo.

[...] falo isso por experiência própria, onde eu moro não existe isso; não existe trabalho comunitário, não existem grupos, porque as famílias são cada uma no seu canto. Não tem diálogo, as pessoas se incomodam quando começa a querer conhecer mais a outra, quiser propor coisa em comum, querer levar um questionamento. Por isso que eu penso que é uma questão de vida de todo mundo colocada pelo capitalismo.

Assim, pensar em participação, em tomada de consciência de si e de classe nesta conjuntura é extremamente difícil, pois conforme afirma Coimbra (2007, p.8 apud FRAGA, 2011, p.187), “é algo muito mais difícil e complexo: é criar, é produzir rupturas, é afirmar outras lógicas, outras realidades. Diferentemente, os poderes, o Estado, buscam a organização, a ordenação, a hierarquização, a homogeneização das diferenças e das multiplicidades.”

Guareschi, N. (2000) coloca que as contradições representam ao mesmo tempo a reprodução/acomodação de relações sociais dominantes e de ações de mobilização para mudar essas relações, portanto pode-se dizer que elas são vividas como momentos de ruptura e descontinuidade.

Outro elemento trazido pelo sujeito 1 diz respeito ao sofrimento,

A intenção é sempre de levar o tema, introduzi-lo de forma que favoreça a abertura do pensamento e que fique mais fácil do mesmo ser digerido. A gente tem visto que entrar direto no tema de uma forma seria demais e fria demais não é tão bem recebido, causa um impacto muito grande e as pessoas acabam se fechando, por mais que falem da vida delas se fecham porque aquilo é dolorido; falar de cidadania para quem não se sente cidadão é dolorido. Ninguém quer ouvir de cara: vocês não são, então o que vocês vão fazer?

Já Sawaia (2002, p. 104) afirma que a situação de pobreza provocaria o sofrimento ético-político, o qual alcança “as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas” e aspectos, e continua, “portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana da questão social dominante em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social [...]”.

Nesta perspectiva, a autora traz dois pontos essenciais para compreensão deste sofrimento: primeiro, o indivíduo sofre, porém o sofrimento não tem sua origem nele e sim em intersubjetividades demarcadas socialmente; segundo, perguntar por sofrimento significa epistemologicamente ter a ideia de humanidade como centro das reflexões sobre a pobreza e exclusão, e como temática o sujeito e sua maneira de se relacionar com o social (família, lazer, sociedade), ou seja, ao falar de pobreza/exclusão falar-se-ia de desejo, temporalidade e de afetividade, assim como de poder, de economia e de direitos sociais.

Logo, encarar o trabalho socioeducativo como metodologia para ações que possam despertar a reflexão, levando à transformação social através da tomada de consciência de si e de classe, é pensar em intervenções que considerem o homem não só como produto e produtor da sua história pessoal, mas da história de sua sociedade. Do contrário se estará “reproduzindo as condições necessárias para impedir a emergência das contradições e a transformação social” (LANE, 2004 a, p. 15). Portanto, é respeitar a condição do outro, de ser reconhecido como sujeito a partir de sua condição objetiva de vida.

Retomando o método de Paulo Freire, Andrey (2004, p. 207) alega que:

[...] não é só uma técnica pedagógica de alfabetização, mas constitui-se num modelo de trabalho de aproximação às classes populares, mostra o que se pode fazer em prol da conscientização e da redescoberta do valor dos indivíduos submetidos a processos seculares de dominação e alienados de sua própria cultura.

Isto é, dentro do grupo, através do trabalho socioeducativo, os participantes podem e devem se redescobrir, entender que possuem saberes e respostas, se apoderar do saber que parte deles, com o objetivo de “articular forças vivas de resistência, de reação, crescimento e libertação” (ANDREY, 2004, p. 207).

Interessante refletir que nesta direção o trabalho socioeducativo busca proporcionar o protagonismo do usuário, embora seja permeado por inúmeras adversidades, como, por exemplo, quando se pensa nas condicionalidades dos programas de transferência de renda. Porém, entende-se que esta postura socioeducativa vai além das intervenções grupais; além disso, os grupos socioeducativos passam por um processo lento que precisa ser problematizado nos alcances e limites, o que significa dizer que não há suporte que permita o atendimento adequado do grupo familiar, tendo em vista o histórico da política social brasileira, assim como a atual conjuntura capitalista que monopoliza a sociedade; e ainda, o sujeito está inserido em um mundo cheio de diversidades e não é somente por meio do trabalho socioeducativo no CRAS que este protagonismo pode ocorrer, mesmo porque a

imposição de participar da reunião como critério do programa não impede que o profissional respeite a autonomia, a posição, a condição, enfim, o sujeito com o qual trabalha.

Tais pressupostos são encontrados nas falas dos profissionais.

Eu propus que elas se reunissem e produzissem alguma coisa, que escrevessem e fizessem alguma coisa de punho delas; quem não escreve muito bem senta com a colega do lado, a outra escreve... eles sempre conseguem se arranjar de algum jeito, porque sempre tem alguém no grupo que faz melhor, aquele que tem menos vergonha, então nós criamos pequenos grupos, jogamos os temas e pedimos para que elas refletissem sobre aquilo e escrevessem também. Nesse ano após assumir estes grupos de Renda Mínima e Renda Cidadã foi a experiência mais bem sucedida na minha avaliação em 2011; elas gostaram muito, no final do encontro eu recolhi este material e montei um cartaz com as falas delas e coloquei no posto onde o CRAS fica, deixei lá para que as pessoas tomassem conhecimento sem colocar nome de ninguém, o nome é o grupo e um produto do grupo. Algumas pessoas do posto leram e vieram me questionar “nossa que autor você tirou isso, que legal.” As pessoas acharam que eram teóricos de livros que tinham escrito aquilo, as pessoas não acreditavam que eram elas, e é isso que tem que ter. (Sujeito1)

[...] seja o tema que for tem que ter o dedo delas [...] depois e com esta ferramenta delas produzirem alguma coisa já e mais imediato, elas sentem na hora que tem alguma coisa dentro delas, tem um saber que elas têm que é da própria vida que elas não perceberam, estava lá o tempo todo, mas elas não acreditavam. (Sujeito1)

[...] hoje eles conseguem já se colocar melhor, antes havia uma timidez, um medo de se colocar e aquilo está errado porque vem de uma cultura de que tem sempre alguém que passa a informação ou uma pessoa que tem o saber e eles não sabem nada, desconhece, a vivência deles não é levada em conta. Eu acho que a forma como vêm sendo trabalhados os grupos trouxe para eles essa autonomia de dizerem “eu sei também e posso colocar o que eu penso”, e isso que é importante, pois a gente tem aprendido muito com eles também. Eles vêm e trazem conhecimento, formas diferentes de ver e essa subjetividade que eles trazem para os grupos faz com que a gente conheça melhor com quem a gente está trabalhando [...] (Sujeito 2)

[...] então essa força interior que essas pessoas têm onde o capitalismo quer só a força de trabalho delas, elas conseguem se estruturar e achar alternativas de sobrevivência [...] onde a gente consegue trocar muito e isso daí me incentiva muito a continuar a fazer trabalho socioeducativo porque é preciso romper o favoritismo, eu não estou lá fazendo favor, eu estou lá dando acesso à política da assistência social. (Sujeito 5)

Toda ação conjunta tem o poder de atuação mais eficaz e direta que uma ação individual, principalmente quando o grupo é capaz de se fortalecer, através deste fortalecimento desenvolver ações; percebemos aí que o trabalho surtiu efeito. (Sujeito 6)

Nota-se que durante o desenvolvimento do grupo socioeducativo os indivíduos podem reconhecer em si saberes próprios fundamentais para entender seu contexto e as relações sociais, assim como permitem ao profissional desvendar situações, pois ninguém melhor do que o indivíduo e/ou o grupo para falar e compreender sobre a realidade vivenciada por eles.

A leitura crítica de realidade na qual os profissionais e os sujeitos com os quais trabalham estão inseridos deve ser feita por meio da construção do conhecimento como tarefa coletiva (SILVA E SILVA, 2002). Assim,

Nas ações educativas, os assistentes sociais pretendem não apenas transmitir informações, esclarecer ou orientar as pessoas e os grupos a partir de posições pré-definidas, mas examinar essas posições, referendando a validade da produção coletiva de conhecimento, respeitando a autonomia dos participantes (ARCOVERDE, 1985, p. 153 apud SILVA E SILVA, 2002, p.179).

Não há um saber pronto,

Outra característica que você me fez lembrar do trabalho socioeducativo é que a gente não leva um saber pronto, a gente instiga um pensamento; por exemplo, cidadania é um tema, mas e o conceito do que é? Não importa, se a gente não vai ensinar o que é; é necessário ouvir o que elas sabem e como elas se veem. Ser cidadão é isto, então onde eu estou neste lugar. Nem sempre a gente consegue, mas temos bons resultados; é um processo lento que a gente chama de paciência histórica. A gente planta uma semente aqui e vai colher às vezes até um ano depois, ajuda a gente a lidar com a angústia de não ter resultados. (Sujeito 1)

[...] como eu falei anteriormente, é um conhecimento que se a gente traz pronto, não sabe se está atingindo ou não; eles não respondem e quando eles se colocam, falam, criticam, elogiam ou concordam e discordam e colocam como é a vivência deles a gente fica mais próximo da realidade. (Sujeito 2)

Nesta perspectiva, tais narrativas vão ao encontro da educação popular proposta por Freire, já que esta não permite que o educador imponha sua visão de mundo, mas, sim, que dialogue com o educando sobre sua realidade e a dele, “que problematize a realidade concreta do educando, a fim de que este perceba se sua visão de mundo reflete a sua real situação de mundo” (MACHADO, 2012, p. 167).

Destarte, “a ação educativa se baseia, portanto, numa ação-reflexão desenvolvida junto à população, de modo a contribuir para a sua organização/participação [...] assim é preciso entender a participação em sua dimensão política [...] “de luta pela hegemonia das classes populares, enquanto trabalho de conscientização e organização, visando à conquista de espaços políticos” (SILVA E SILVA 2002, p. 179).

Nessa perspectiva, o próximo eixo discutirá sobre a dimensão emancipatória do trabalho e os resultados já conquistados.

Entretanto, antes de se abordar o próximo eixo é válido realçar as contradições desse processo, as quais são inerentes à ideologia neoliberal. Constatase que por mais que a política de assistência social atual busque garantir o que é previsto em lei, esta é permeada pelas contradições; isto é, ao mesmo tempo em que esta se propõe a “aliviar a pobreza dos verdadeiramente pobres, os mantêm nessa condição por contrapor trabalho e assistência” (PEREIRA; SIQUEIRA, 2010, p. 216).

Isto significa que se o beneficiário da assistência social tiver renda e/ou salário igual ou superior ao valor do benefício recebido deverá optar: ou fica com o trabalho muitas vezes incerto, flexível e precário, ou aceita o benefício, ficando estigmatizado como usuário da política. Da mesma maneira, se a pessoa for beneficiária e começar a trabalhar formalmente, possivelmente perderá o direito ao acesso à política de assistência social, mesmo sendo pobre (PEREIRA; SIQUEIRA, 2010).

Tais fatores estão relacionados a elementos já citados anteriormente, como a naturalização da pobreza, a responsabilização dos indivíduos pelo seu bem estar, a definição de merecimento ou não de assistência com base na renda e o estigma e seus pré-requisitos (seletividade/condicionalidades) conduzindo a uma natural focalização.

Infelizmente, a seletividade que prevalece não é aquela que buscaria identificar as necessidades mais agudas e a partir daí proporcionar melhor atendimento, com intuito de equilibrar a balança da justiça; contudo, trata-se de seletividade centrada na defesa dos gastos sociais, em outras palavras “a seletividade, que poderia manter as relações dinâmicas com a universalidade, transformou-se em focalização, e, portanto, em um princípio antagônico a esta” (PEREIRA; STEIN, 2010, p. 115).

As autoras Pereira e Siqueira (2010, p. 218) afirmam que “isso acarreta o enfraquecimento das políticas sociais, visto que, contraditoriamente, elas são implementadas com o objetivo de reduzir o gasto social e de redirecionar os recursos da assistência pública para o atendimento das necessidades do capital”.

Deste modo, as questões aqui levantadas sinteticamente salientam a importância de se aprofundar a análise sobre o trabalho socioeducativo como metodologia interventiva dos profissionais dos CRAS, já que este tem como pano de fundo as relações entre Estado e as classes sociais no país, e busca ilustrar as múltiplas expressões da questão social e as respostas dadas a ela por parte do Estado.

Conforme Yamamoto (2008, p. 41) “[...] esta é uma condição fundamental para apreender o real significado e alcance da política social e das ações dos assistentes sociais no seu âmbito, nesse novo contexto de mundialização da economia”.

4.4 Perspectiva emancipatória do trabalho

Nesse item abordar-se-á, a partir das narrativas dos sujeitos, o trabalho socioeducativo e seu potencial emancipatório presente nessa atividade profissional, tendo em conta que o projeto ético-político profissional dos Assistentes Sociais, bem como os compromissos firmados pela categoria dos Psicólogos, se volta a essa direção. Assim, se analisam as narrativas, dialogando com diversos autores (ABREU, 2011; ANDREY, 2004; FREIRE; OLIVEIRA; ELIAS, 2005; RAICHELIS, 2010; ROMANO, 2009; VINAGRE, 2010, etc.), cujas perspectivas teóricas e políticas se voltam a um projeto de emancipação social e política, explicitando, evidentemente, as contradições e as possibilidades de seu alcance.

Parte-se do princípio de que a emancipação política pode ocorrer nesta sociedade; isto é, o indivíduo pode se ver como ser político capaz de se posicionar frente às contradições da sociedade (interesses antagônicos), compreendendo suas especificidades criticamente, enquanto a emancipação humana só aconteceria com o fim do capitalismo. No entanto, ressalta-se que a conquista da emancipação política passa por um processo, o qual não ocorre com a simples informação dada e/ou partilhada no grupo socioeducativo. O acesso à informação é um o “primeiro passo” para essa conquista, bem como da autonomia, haja vista que os sujeitos estão inseridos em relações sociais em determinado contexto histórico.

Quando se pensa na emancipação e na sua relação com a autonomia, considera-se existir um liame intrínseco entre essas realidades, de forma que uma se encontra associada à

outra. Portanto, somente é possível alcançar a emancipação política, por exemplo, se anteriormente a isso existir o respeito à autonomia do sujeito, o que em outras palavras expressa a conquista dos indivíduos e/ou grupos de seu lugar na sociedade de classes a partir da consciência de si e de sua inserção no coletivo.

Deste modo, inicia-se a reflexão com as narrativas dos sujeitos da pesquisa no que diz respeito à perspectiva emancipatória do trabalho socioeducativo.

Eu acho que emancipação é um dado que a gente não tem muita precisão para dizer; eu acho que a gente precisa afinar algumas coisas, precisa ter algum instrumento para mensurar isto, pois o que temos de feedback delas e de compreensão disso é o que elas dizem no dia a dia. É uma mudança pequena que fica aquém do que poderíamos fazer, eu não me sinto satisfeito no que eu faço hoje, pois essas mulheres têm mais potenciais e se eu disser que estou satisfeito quer dizer que não precisaria melhorar nada. Esta insatisfação, ela é produtora para os técnicos de querer buscar coisas novas. (Sujeito 1)

Eu acredito que sim, às vezes minimamente dentro da nossa perspectiva também, às vezes a nossa ânsia de que eles mudem, que eles reivindicuem, que eles cobrem uma coisa que a gente está vendo que é direito e que eles não conseguem ver. Às vezes até entendem que é direito, mas não sabem como reivindicar e aí assim dentro desse mínimo já é um ganho, porque a gente vê pessoas que eram muito tímidas, fechadas, que muitas vezes nem se colocavam diante dos problemas que estavam enfrentando e hoje conseguem falar, conseguem se colocar e conseguem pensar, assim um ajuda o outro. A gente vê alguém que participa de uma reunião e ali surgiu um tema e depois outro dia ele volta: “olha falei para fulana sobre isso e ela também tem direito e que ela também deveria vir aqui e como a gente pode resolver.” Então parece que aos poucos eles vão se unindo, sejam duplas ou trios, e começam a pensar de uma forma diferente. (Sujeito 2)

Então pelo que a gente vê no que está escrito na Política de Assistência Social, eles colocam que a gente tem que atingir 100% da emancipação dos usuários do CRAS, mas o que a gente vê na prática por mais que a gente se esforce, a gente não consegue essa meta de 100%. Mas de 60 mulheres que vêm aqui 10 pelo menos a gente sabe que elas estão mudando o pensamento, veem que têm o direito de ter um bom emprego, de não ficar sendo maltratadas pelo marido ou ex-marido, e elas começam a ter uma pouco mais de autonomia sobre a vida delas, através das reuniões elas começam ver. Na hora das discussões, elas trocam experiências “olha quando eu entrei aqui eu achava que eu não podia fazer isso nem aquilo, daí a gente mudou nosso pensamento”. (Sujeito 3)

A emancipação ocorre minimamente, é aquilo que eu falei no começo. A miséria é um fenômeno social tão grave que ela pega o ser humano como um todo, principalmente a reação da pessoa. Ela não consegue perceber que ela vai produzindo esse ciclo da miséria e rompê-lo é muito difícil, mas não é impossível. (Sujeito 5)

Entendo como emancipação no trabalho socioeducativo uma maneira de socializar ideias e projetos para que os indivíduos se apropriem. Diante de tantos temas e situações abordadas nos grupos, entendo que existe emancipação quando o indivíduo além de colocar em prática as atitudes propostas, retorna ao grupo para fortalecer as teorias ali discutidas. (Sujeito 6)

As narrativas demonstram que para os trabalhadores sociais entrevistados o trabalho socioeducativo proporciona emancipação, mesmo que minimamente, a qual poderia ser traduzida como autonomia, porém esta não é idealizada num contexto totalizante. Somente o sujeito 5 expõe a necessidade de romper com um ciclo vicioso da miséria, embora também não exprima tal ciclo como fruto das relações sociais capitalistas.

O interessante é que todos os sujeitos ao discorrerem sobre a perspectiva emancipatória do trabalho socioeducativo tinham plena convicção da necessidade de transformação social, por meio de uma nova cultura social-política que parta das classes menos favorecidas, na qual indivíduos/ famílias possam sair da passividade e coletivamente se mobilizarem por uma nova ordem social. Mas, em nenhum momento expressaram diretamente uma organização para luta e transformação da estrutura opressora, porque por mais que apareçam nas falas às questões de organização, autonomia, direito, estas estão sempre “no sentido da comunidade buscar soluções para os problemas que enfrentam naquele território e para que os indivíduos se reconheçam como membros daquela comunidade” (CARLOTO; LIMA, 2009, p. 137).

Carloto e Lima (2009, p. 137) afirmam que soluções para comunidade são relevantes, contudo, há que se pensar em soluções mais amplas, as quais não podem “prescindir da criticidade e de movimentos sociais organizados, nem do protagonismo destes educandos no sentido atribuído por Freire”.

A exemplo, tem-se:

Tem gente que mudou até a aparência, tem uma senhora da zona rural que vinha aqui, ela não se arrumava muito bem, não cuidava da aparência dela. Esses últimos meses ela pintou o cabelo, vem com a unha pintada, vem toda arrumadinha; então você vê que não é o

100%, mas se a gente atinge 10% já é uma mudança que a gente está conseguindo. (Sujeito 3)

Um exemplo disso que veio agora na minha cabeça foi que nas últimas reuniões, elas começaram a se articular por causa de um problema com o presidente de bairro da zona rural. Elas começaram a questionar que “lá não há orelhão, se alguém passa mal não tem como avisar, e o presidente só pensa nele.” Aí a gente falou para elas que o presidente do bairro, ele foi nomeado pelo bairro inteiro, então ele tem que pensar em todos, no coletivo; então como elas se articulariam para conversar com ele? E durante a reunião elas já estavam se organizando para ver como fazer isso lá no bairro delas, que é o Ribeirão Grande. (Sujeito 3)

Eu tive uma experiência muito grata nessa última reunião que a gente teve, de uma pessoa que nasceu numa família miserável; já entrou em programas, saiu de programas, tinha problema de dependência química, alcoolismo, e agora está dando uma respirada. Ela está conseguindo ver o que o alcoolismo está fazendo na vida dela. Então, assim ela deu uma parada e é notório, a gente até elogiou o visual da pessoa [...] porque quando a gente está na miséria, miséria interior também, porque a miséria não é só o econômico, mas é a miséria interior, e eu vejo muitas pessoas e aí eu falo a parte espiritual. Eu vejo o homem como um todo, corpo, alma e espírito, e parte espiritual onde ela também é vista, pessoas que têm religião, elas reagem, mas eu sinto, elas não perdem a esperança. (Sujeito 5)

Identifica-se pelas narrativas que as participantes dos grupos passam por um processo de tomada de consciência de si e de seus direitos, o que abre a possibilidade de chegarem à consciência de classe e a partir daí se organizarem, mesmo que seja em questões pontuais, do território. Percebe-se que o trabalho socioeducativo desenvolvido tem possibilitado o que se poderia chamar de “primeiros passos” para a conquista da emancipação política/humana, indo ao encontro da proposta de Freire (1988); Andrey (2004); Abreu (2011); Transpadini (2010); Lima e Carloto (2009), dentre outros autores já citados na pesquisa, principalmente no que se refere à conscientização, às práticas pedagógicas e à transformação social.

Por mais que as mudanças apresentadas permaneçam no patamar mais subjetivo, Kahhale (2004) traz que a subjetividade está diretamente ligada à relação e compreensão entre o mundo interno e externo. Não se pode dizer, então, que este movimento/relação não tem acontecido nesses grupos diante do exposto pelos trabalhadores sociais.

E este processo é extremamente positivo. Conforme as narrativas abaixo:

Mesmo que mínimo para gente já é um avanço, considerando que é uma coisa histórica e cultural. A gente não vai conseguir fazer isso de uma hora para outra, porque eles têm que se apoderar disso e essa apropriação é um pouco complicada no sentido da própria subjetividade dele mesmo, de se entender como seria possível ser agente, porque eles ainda se consideram muito passivos. Então, tornar este sujeito agente da vida, agente da história própria é complicado, mas a gente vê que do início do meu trabalho aqui com os grupos para agora, a gente vê um avanço bem grande. Por exemplo, a gente vê o grupo de adolescentes que não conseguiam se expressar, não conseguiam se colocar, nem escrita, nem verbalmente, muito tímidos, e que hoje às vezes a gente precisa até dar umas freadas; que as ideias borbulham demais, eles querem colocar tudo ao mesmo tempo. Então nesse sentido a gente acha que houve um avanço sim. (Sujeito 2)

[...] eu acho que a gente muda muita coisa, mas transformação a gente está caminhando; a gente não perde de vista essa transformação que é do ser político, a pessoa ser protagonista da sua história, a gente está caminhando [...] Porque a gente rema contra, o capitalismo, ele está envolvido em toda nossa sociedade, o consumismo, a pessoa precisa consumir para ter e ser [...] enxergar a responsabilidade sobre sua vida, sobre sua comunidade, porque o capitalismo leva a pessoa lá para baixo, é a culpa [...] a pessoa se sente inferior por não poder consumir. (Sujeito 5)

Os trabalhadores sociais concebem que todo arcabouço histórico e cultural, assim como a conjuntura capitalista, são impedimentos para ir além. Fraga (2011) e Guareschi, N. (2000) também alegam que o contexto social-econômico dificulta a prática de uma intervenção e/ou um trabalho socioeducativo que realmente promova a consciência coletiva (de classe).

Nota-se que as estratégias formuladas ainda não são suficientes para romper com a alienação, e isso se dá por inúmeros fatores, além dos expostos pelos autores e trabalhadores sociais anteriormente, pode-se inferir, também, a falta de continuidade nos processos, a falta de capacitação dos profissionais para trabalhar com grupos de forma crítica, a dificuldade de compreensão da relação teoria-prática, a acumulação de atividades, o espaço físico inadequado, a falta de recursos, que são expressões da precariedade do trabalho advindo, e sobretudo ao contexto sociopolítico atual, no qual o capital aprofunda a exploração da classe trabalhadora e fragiliza os movimentos de lutas sociais.

Conforme Brisola (2012, p. 7),

O trabalho do Assistente Social que atua no SUAS implica em uma visão da processualidade da sociedade capitalista contemporânea, ou seja, exige

compreender as mudanças econômicas, políticas e culturais que impactam as famílias, indivíduos e grupos, as classes trabalhadoras, no sentido de potencializar suas capacidades para maior autonomia (BRISOLA, 2012, p. 7).

Portanto, o trabalho profissional é atravessado por inúmeras contradições na medida em que é polarizado por interesses das classes sociais; quer dizer, “participa dos mecanismos de manutenção quanto de mudança, respondendo a interesses do capital e também do trabalho, participando dos processos de dominação e de resistência, continuidade e ruptura da ordem social” (RAICHELIS, 2010, p. 753).

No entanto, percebe-se que estas falas revelam que alguns conceitos (emancipação, autonomia, entre outros) se deslocam do conteúdo político de construção de sujeitos coletivos e protagonistas no questionamento do processo histórico, ou seja, visa a uma inclusão mais no sentido de adequação; o que Yazbek (2006, apud ROMANO, 2009, p. 155) nomeia de “exclusão interativa”, isto é,

Trata-se de uma inclusão que se faz exclusão, de uma modalidade de participação que se define paradoxalmente pela não-participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída. A noção de exclusão interativa não se esgota no plano econômico e político. Ela supõe o nível cultural e o processo de interiorização das condições objetivas vividas pelos subalternos.

Outro elemento importante nas narrativas é que alguns sujeitos ao se referirem à emancipação política direcionaram suas falas aos direitos (quais são eles e como alcançá-los), como se estes não estivessem imbricados na emancipação em si.

Tenho certeza que elas saberiam como fazer, porque isto foi trabalhado neste ano, aonde recorrer, como fazer, isso foi mostrado passo a passo. Nós estamos pensando para o ano que vem fazer umas simulações nos espaço das reuniões de como funcionar enquanto conselho, como associação de moradores de bairro, que aqui no nosso bairro tem, mas não está ativo. Não sei dizer se elas fariam, mas elas já têm instrumentos do como fazer, os instrumentos foram dados. (Sujeito 1)

[...] a gente pode perceber na discussão sobre direito que tivemos nesse ano que elas começaram a se posicionar e muitas antes não tinha a mínima noção sobre direitos. Eles falam que já ouviram falar sobre os direitos humanos, Eca, questão de saúde, só que agora elas começam a questionar; dentre as perguntas: por que elas não conseguem ter acesso a esses direitos se estão na lei? Daí a gente aproveita as reuniões socioeducativas para mostrar os caminhos para que elas possam conseguir esse atendimento, que é direito mesmo. (Sujeito 3)

Entretanto, “a conquista de direitos proclamados legalmente só ganha significado estratégico na medida em que se consegue introduzir profundamente a luta por direitos no corpo da sociedade civil.” (MARX, 1977, p.209 apud VINAGRE, 2010, pp. 115-116); ou seja, os direitos humanos constituem direitos conquistados coletivamente, pois o mesmo solo histórico que evidencia a construção de documentos e lutas em prol de direitos é o que produz e reproduz a sua inviabilização para todos (VINAGRE, 2010).

Até porque, na atual conjuntura,

O resultado é a naturalização e a mistificação da noção de direitos humanos, onde o indivíduo é pensado apenas como pertencente a uma comunidade simbólica de direitos universais, concebidos abstratamente, na lógica da premissa “todos são iguais perante a lei”. Entretanto, concretamente, os direitos são exercidos através de diferentes níveis de cidadania possíveis, dentro da hierarquizada sociedade capitalista (VINAGRE, 2010, p. 114).

Assim, não é somente a informação e a reflexão sobre direitos que levaria a sua consolidação, pois é fundamental a articulação (na análise e na ação prática) entre as dimensões da universalidade, particularidade e singularidade.

Além disso, a emancipação política não está associada somente à efetivação dos direitos, mas também “diz respeito à possibilidade de satisfação de parte ou de grande parte das necessidades particulares das classes ou de grupos presentes na sociedade” (VINAGRE, 2010, p. 111).

Encontra-se também nas narrativas sobre a perspectiva emancipatória do trabalho um item fundamental, principalmente quando se discorre a respeito de grupos socioeducativos voltados para o público de Programas de transferência de renda; trata-se da obrigatoriedade das reuniões.

Percebe-se nas narrativas abaixo que, embora no primeiro momento haja uma determinação em relação à participação (obrigação), com o passar do tempo esta imposição se atenua diante dos participantes.

[...] aquelas falas sobre a obrigatoriedade das reuniões, sobre as reuniões serem chatas, algumas já não pensam mais isto e isto a gente ficou sabendo não por elas, mas pelas outras pessoas com quem elas conversam e vieram contar para gente. Mesmo que sejam uma ou duas ou seis num grupo de quarenta, eu acho que é um começo, eu vejo como um ponto positivo. (Sujeito 1)

Isso é uma resposta que muitas vezes a gente tem de positiva, porque como é um programa de transferência de renda que tem um número

de vagas, a gente tem um limite de participação dentro da transferência de renda. Mas o que para gente está sendo uma resposta positiva é que nós temos tanto participantes que já saíram e não estão recebendo e continuam vindo participar como os que não entraram, mas vieram ver. Como elas gostaram, participam dos grupos mesmo não recebendo. E esse é o x da questão; às vezes a gente mantém um grupo em função da transferência de renda e a gente vê que alguns vêm em função do que é discutido, a forma como é trabalhado e não só por causa do dinheiro que recebem. Esta é a gratificação que a gente vê, além do número de vagas há participantes a mais que vêm pelo próprio grupo e não pela renda, ou pela obrigação. (Sujeito 2)

[...] o grupo é a porta de entrada, pois no começo a pessoa é obrigada a vir; daí é estimulado, algumas questões que levam à reflexão, a novos comportamentos, a novos valores e isso depois vai repercutir na vida delas [...] Por isso mesmo é importante que eles venham no primeiro momento, mesmo que obrigados pela questão do programa, mas depois eles entendem que isso é importante, eles valorizam, pedem coisas e isso é bem legal. (Sujeito 4)

Guimarães (2004, p. 117) descreve que este fato também ocorreu nos grupos do Programa Fortalecendo a Família/SP.

A exigência da presença às reuniões do PFF/SP/SP forçou as pessoas a saírem ao encontro de outras. A necessária e inicialmente forçada sociabilidade transformou-se aos poucos. O que começou como uma imposição passou a ter novo significado. É poder sair do isolamento e da solidão, sentir-se vinculado ao grupo, fazer amigos, ter atividades sociais, como demonstra o relato das participantes: dizem que se sentem confiantes, não precisam mais falar com a mão na boca, podem entrar no banco de cabeça erguida. Outra conta que colocou o marido para correr, pois agora ela põe a comida na mesa.

O interessante é que os exemplos dados pelo autor assemelham-se aos descritos nas narrativas anteriores, o que confirma que embora não ocorra a emancipação política/humana, adentra-se no caminho da primeira, bem como demonstra que os CRAS do município pesquisado têm-se direcionado corretamente no desenvolvimento do trabalho socioeducativo, e isto é extremamente válido na atual sociedade opressora.

Não se poderiam deixar de lado também duas narrativas, que trazem para discussão um elemento essencial quando se refere à mobilização e conseqüentemente ao rompimento da exploração capitalista. Dois sujeitos afirmam que muitos dos indivíduos/famílias apresentam certa passividade por não confiar no coletivo, por não acreditar que pequenas mudanças podem levar a uma transformação.

Agora outra questão que é muito forte no grupo é que elas sempre acreditaram que não adianta nada: “para que eu vou lá na vizinha mobilizar os moradores do bairro, falar com o Soneca, procurar a pessoa tal, se eu sei que não vai dar em coisa alguma?” Isto é uma fala muito perigosa, muito forte, e a gente tem tentado mostrar para elas, não falando, mas mostrando dados de realidades. Hoje elas saberiam o que fazer em determinadas situações, elas têm mais condição, estão mais incomodadas, questionam mais, reclamando mais, reclamando no sentido de levar uma situação da vida dela, um direito que não está sendo respeitado [...] elas hoje falam mais, antes a gente precisa instigar mais. (Sujeito 1)

[...] eles se colocaram mesmo, “a gente não tem o que fazer, a vida é assim, a gente não tem força; quem é que vai ouvir o que a gente vai falar?” Então, quando eles descobriram que unindo eles têm força e que tem sim um às vezes que tem mais facilidade para falar; outro que é mais tímido, mas mesmo tímido ele está com a cabeça cheia de ideia e ele tem que arrumar uma forma de se expressar; então, dentro das próprias dinâmicas desses grupos seja através da escrita ou através da colagem. A gente viu que assim, quando é através de imagens, eles conseguem se expressar muito mais do que através da escrita. (Sujeito 2)

No entanto, é importante combater alguns aspectos que decorrem das percepções encontradas nas narrativas acima. A exemplo pode-se citar a concepção de que as famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente em decorrência da pobreza, possuem características “psicossociais negativas”, passividade, baixa autoestima, resignação e dependência, o que ocasionaria maior dificuldade no enfrentamento e superação da pobreza. Enfatiza-se que tais aspectos são adquiridos e não intrínsecos; ou seja, “são decorrentes das estruturas vigentes, que reforçam o estigma e moldam posturas, de modo a culpabilizar as famílias por suas situação de vulnerabilidade social” (CADERNO de ORIENTAÇÃO SOBRE O PAIF, 2012, p. 95). É fato também que a participação é exercício diário, é conquista e não imposição; o sujeito precisa se perceber importante, capaz e necessário.

Sendo assim, o trabalho socioeducativo, especialmente o direcionado para o trabalho social com famílias do PAIF, deve estar pautado:

[...] em um processo de reflexão sobre a situação de vida das famílias e suas prováveis condicionantes socioeconômicas e culturais, favorecendo a percepção da dimensão individual e coletiva da problemática vivenciada, a definição de estratégias e de projetos individuais e coletivos de superação da situação de vulnerabilidade social, com vistas ao efetivo usufruto dos direitos e à melhoria da qualidade de vida da população (CADERNO de ORIENTAÇÃO SOBRE O PAIF, 2012, p. 95).

Contudo, para finalizar esta discussão, traz-se neste momento a narrativa de um dos trabalhadores sociais que perante a perspectiva adotada nesta pesquisa a compreende em sua totalidade, principalmente no que se refere à visão emancipatória do trabalho socioeducativo.

Essa questão é muito difícil, é muito difícil falar de emancipação. Eu acho que a questão da renda, o fato delas já terem uma renda já é um primeiro passo nessa questão emancipatória, afinal estamos falando de grupos de transferência de renda, então a renda em si ela um [...] é uma possibilidade de emancipação. A participação no grupo, a consciência de grupo e uma consciência sobre o bairro também tem essa perspectiva emancipatória, mas a gente está falando de geração de submissão; a gente está falando de uma condição de direitos ou de negação de muitos direitos que não depende só da assistência social, que não depende só do trabalho socioeducativo. Eu acho que a participação nos programas e os trabalhos socioeducativos, eles abrem portas e tem como objetivo essa perspectiva emancipatória, mas só isso não garante. É preciso ter uma transformação social, uma articulação com outras políticas, tem outras situações que garantiriam uma vivência emancipatória.
(Sujeito 4)

Primeiro o sujeito assume que falar da emancipação não é fácil, e isso é interessante quando se tem por base a importância da intervenção dos trabalhadores sociais como intelectuais que trabalham com a classe trabalhadora, e não sobre ela, na construção da nova sociabilidade. Depois, se atenta que a emancipação não ocorre somente na esfera econômica, o que vai ao encontro da ação educativa proposta por Oliveira e Elias (2005) e Freire (1988) na educação popular. Em seguida, aborda a questão de que a emancipação humana não ocorreria somente por meio da política de assistência social e/ou pelo trabalho socioeducativo, mesmo porque diante de toda exposição realizada sabe-se que esta só se dará com o fim da sociedade capitalista. No entanto, fomenta a relevância desta política e do socioeducativo nesta conquista. E, por fim, almeja a transformação social, como fator principal para a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária, não só com princípios emancipatórios, mas vivenciando-os.

Porém, alguns pontos devem ser analisados para que não haja erros na interpretação das narrativas frente ao contexto social. Em primeiro lugar, a passagem das necessidades pessoais para os interesses coletivos não se dá de forma automática; é preciso que o coordenador do grupo entenda seu papel nesta mediação e por meio da vivência prática consiga contribuir para esse desencadeamento, pois conforme afirma Romano (2009, p. 174),

[...] acreditamos que se aprende ser coletivo “sendo”, vive-se o coletivo, portanto, não é algo que se tramita, como um conteúdo. Porém, nesse aspecto, enfrentamos um grande desafio: *Como ser coletivo numa era de individualismo, onde o “império” determina as relações sociais* (ROMANO, 2009, p 174, grifos da autora).

Em segundo lugar, partindo-se da concepção de uma nova relação pedagógica proposta por Abreu (2002), é necessário ocorrer entre usuário e profissional uma reflexão sobre o grupo, uma vez que esta possui limites, não para desencorajá-los, mas para evitar criar expectativas que não possam ser alcançadas por ambos (profissionais e usuários), mesmo porque o intuito da maioria dos programas, projetos e planos não leva em consideração a “questão estrutural do modo de organização da produção e reprodução da vida em sociedade” (ROMANO, 2009).

Em terceiro lugar, reorganizar os serviços e os equipamentos de atenção social com o objetivo de uma atuação macro em relação às políticas públicas e organizacionais (KAHHALE, 2004, p. 103), já que superestimam a política econômica em detrimento das demais, ou seja, não priorizar o econômico, mas desenvolver e realizar políticas de forma igualitária desde o planejamento ao repasse de verbas para execução, tendo como objetivo também efetuar-las de forma integrada⁶⁷.

E, por último, igualmente importante, Romano (2009) ressalta a organização das categorias dos trabalhadores sociais com vistas a sua participação na luta social, pois desta forma pode-se superar a esfera informativa e alcançar as esferas participativa-organizativa.

Assim, compreende-se que o trabalho socioeducativo, em especial o desenvolvido com grupos, dependendo da direção assumida, pode contribuir para o fortalecimento político da população atendida a fim de levá-la a uma participação ativa.

Todavia, a seguir debater-se-á sobre trabalho interdisciplinar nos CRAS, pois se entende a importância deste frente à discussão até aqui realizada, já que se têm os trabalhadores sociais como “educadores” neste processo.

⁶⁷ Ver Boschetti e Salvador (2006).

4.5 O trabalho Interdisciplinar

Não se pode discutir sobre o trabalho socioeducativo dentro da PNAS sem compreender também o trabalho interdisciplinar, pois nas “sociedades contemporâneas, a crise dos paradigmas na construção do saber apresenta os dilemas, os conflitos, as crises, as dúvidas, as incertezas que ocorrem no conjunto das relações sociais” (CAVALCANTE; MORTARA, 2004, p. 94).

Nesse sentido, quando se pensa na ação interventiva dos assistentes sociais e psicólogos nos CRAS, percebe-se que esta temática é vital, pois, “na violação de direitos, estamos nós na crista da onda, intervindo a partir de modelos estabelecidos por nossas verdades – estas datadas e construídas sócio-historicamente” (FRAGA, 2011, pp. 184-185).

Assim, a intervenção destes profissionais pensada interdisciplinarmente conseguiria romper com o ordenamento social do capital, bem como com o mundo especialístico que fragmenta o sujeito, pois parte-se do pressuposto de que a interdisciplinaridade permite que um profissional conheça qual é a concepção de mundo, de homem e de sociedade, que o outro profissional tem para poder identificar possíveis pontos de diálogos e de intercessão no trabalho em conjunto, ou seja,

[...] criar espaços democráticos e plurais permanentes no interior das equipes para que possam planejar em conjunto as suas ações, pois somente assim é possível discutir com honestidade e segurança os limites e potencialidades da intervenção de cada profissional (ORTIZ, 2011, p. 199).

Muitos são os que escrevem, pesquisam sobre a interdisciplinaridade; contudo, o conceito não está relativamente estável, pois suas definições são muitas e usadas de diferentes maneiras e em diversos contextos (POMBO, s.d., p. 2). No entanto, para compreendê-la no cerne desta discussão, toma-se a definição apresentada por Ortiz (2011, p.195) e Fazenda (2003, p. 39) respectivamente:

Uma atuação interdisciplinar é, portanto aquela que possibilita a interlocução horizontal entre os diversos saberes e práticas, sem desconsiderar as particularidades de cada profissão, nem a natureza da contribuição de cada um dos sujeitos [...] trabalhar em uma equipe interdisciplinar em minha opinião, significa antes de tudo, compreender, exatamente, em que consiste o objeto de intervenção de cada profissional integrante desse tipo de equipe.

Não se trata de ter nos homens o objeto da investigação, do qual investigador seria o sujeito [...] mas, o seu pensamento-linguagem referido á realidade, os níveis de

percepção dessa realidade, sua visão do mundo. Neste sentido, a interdisciplinaridade se preocuparia não com a verdade de cada disciplina, mas sim com a verdade do homem enquanto ser do mundo. Se assim não for teremos uma multidisciplinaridade (FAZENDA, 2003, p. 39).

Embora os profissionais não consigam conceituar o que é interdisciplinaridade formalmente, suas falas não fogem do exposto pelos autores. A maioria refere que desenvolve um trabalho interdisciplinar e procura estabelecer uma diferença com o multidisciplinar.

Na prática acho que isso oscila aqui; tem muitos momentos que a gente é multidisciplinar porque são vários profissionais no mesmo espaço trabalhando junto, mas cada um com a sua especialidade, que até dialogam e se comunicam, trocam figurinhas, mas na hora de agir cada um age da sua forma. Acho que algo que tem oscilado, pois de um tempo para cá a gente tem trabalhado mais como uma equipe interdisciplinar. O que eu entendo disso não sei se é o conceito exato, mas é quando a equipe tem uma questão, atende uma família, um indivíduo coisa e tal e consegue trabalhar junto, pode até atender separadamente ou junto, mas fala a mesma linguagem, está trocando figurinha, sempre atende junto, a escuta nossa não é igual e não vai ser, a escuta do psicólogo e diferente do assistente social e isto é fato, por isso é interdisciplinar, porque eu acho que complementa. (Sujeito 1)

[...] a gente consegue fazer com que os conhecimentos sejam realmente unidos e não separados em saberes. Então nesse sentido é tranquilo, não tem essa coisa de isso é meu e isso é seu, isso é do seu saber. Há uma troca de saberes e que de acordo com a problemática, com o que vai ser trabalhado, cada um pode disponibilizar o seu saber em função do objetivo. [...] porque multidisciplinar está completamente fora dessa questão sócio-educativa, eu acho que não dá para juntar as duas coisas quando a gente faz multi é como se a gente dividisse o próprio usuário, o próprio pensamento em compartimentos e ele não é compartimentado. (Sujeito 2)

Bom, agora você me pegou, pois a diferença entre eles eu já não[...] acho que é interdisciplinar pois um complementa o outro, porque muitos profissionais acham que o assistente social tem que fazer a sua parte e o psicólogo ficar na sua sala fazendo o que é de sua parte. (Sujeito 3)

Acho que o trabalho interdisciplinar é muito rico. No CRAS onde eu trabalho isso acontece naturalmente no dia a dia. Em todas as questões, seja nas atividades grupais ou individual, a gente discute. Os vários profissionais que já passaram por aqui na área da psicologia e do serviço social, a gente sempre conversa, discute, percebe as coisas de forma diferente [...] não existe uma maneira

única de trabalhar, o trabalho não é dividido como coisa de assistente social e coisa de psicólogo.(Sujeito 4)

As pessoas precisam ser equipe, não que seja uma coisa massificada, todo mundo igual, não! As pessoas são diferentes, mas elas precisam ter comprometimento, o comprometimento da classe trabalhadora, porque se ela sente trabalhadora; eu acho que as coisas [...] a visão de mundo, a gente vai caminhar junto e com o mesmo objetivo, o objetivo da emancipação social, da inclusão e de tudo de bom que as pessoas têm. (Sujeito 5)

Assim, as apreciações mais citadas foram: “falar a mesma linguagem”; “troca de figurinhas”; “um complementa o outro”; “conhecimentos unidos e não saberes separados”; “unir forças, não haver competição profissional e não haver divisão, coisa de psicólogo e coisa de assistente social”.

Embora os profissionais entendam que cada profissão tem suas especificidades, um dos sujeitos percebe que precisa ter uma postura e metodologia em comum.

Então, dentro de cada disciplina, de cada saber obviamente que dependendo de onde o problema se focaliza, mais na área da assistência social ou na questão psicológica, cada técnico vai trabalhar dentro do seu saber, mas de uma forma geral tanto o assistente social como o psicólogo têm a mesma forma de ver o problema, a mesma forma de encarar, como aquilo [...] de acolher quem está vindo é uma coisa bastante importante, pois ai não tem uma disputa de saberes, um não sabe mais que o outro. A gente vê que não são os profissionais que estão ali para atender, é uma equipe [...] Então nesse sentido é tranquilo, não tem essa coisa de isso é meu e isso é seu, isso é do seu saber, há uma troca de saberes e que de acordo com a problemática, com o que vai ser trabalhado, cada um pode disponibilizar o seu saber em função do objetivo. (Sujeito 2)

Nota-se, então, que “a interdisciplinaridade decorre mais do encontro entre indivíduos do que entre disciplinas” (FAZENDA, 2003, p.71).

A autora também afirma que “a interdisciplinaridade leva todo especialista a reconhecer os limites de seu saber para acolher as contribuições das outras disciplinas” (FAZENDA, 2003, p. 43). Isto é perceptível nas falas já citadas dos sujeitos, porém mais especificamente na fala abaixo.

[...] respeitar o saber do outro e de entender que eu não tenho a verdade, que tem coisa que eu não sei e tenho que perguntar para o outro, a gente trabalha isto com o grupo, mas às vezes a gente

também está em débito com isto. Às vezes a gente é muito bom palestrante, orientador de grupos, mas às vezes o nosso trabalho interno quando vai discutir esses casos e vai conversar essas situações, a gente pega em resistências nossas; de aceitar isso, de pedir desculpas, pedir uma ajuda, a gente às vezes fala coisa que é do trabalho do outro, dá uma opinião mais agressiva. [...] Então eu acho que quando os profissionais têm maturidade para aceitar crítica, para ouvir, compartilhar, para falar do que faz e não ficar guardando para si, eu acho que funciona bem e aqui eu avalio uma experiência muito positiva, um CRAS que eu não tenho a mínima vontade de trocar, porque eu vejo que aqui a gente tem diálogo. (Sujeito 1)

Outro elemento muito importante compreendido pelos sujeitos da pesquisa foi à concepção de que a interdisciplinaridade permite vislumbrar o usuário como um todo, inserido num contexto social que vai muito além da suas condições de vida, de suas escolhas pessoais, pois o trabalho interdisciplinar teve ser orientado por uma perspectiva de totalidade, que supere as expressões da questão social tidas atualmente como situações naturais do cotidiano (ORTIZ, 2011).

*Coisa que eu não percebo, a assistente social percebeu; coisas que ela não percebe, eu vou perceber. Depois a gente consegue sentar junto um com o outro e junto com a família e dialogar junto; eu acho que funciona muito mais porque a gente consegue **ver a pessoa como um todo** de fato, como diz a teoria, e a teoria só faz sentido se for vivenciada na prática.* (Sujeito 1, grifo nosso)

*Ele tem uma vida que envolve os conflitos familiares, as relações que ele tem, envolve a comunidade e isso tudo é um ser só e quando a gente faz esse trabalho interdisciplinar a gente consegue trabalhar com ele de uma forma única, **a gente o vê como um todo**; então não dá para dividir o usuário. A gente nem diz, nesse momento seu aspecto é o emocional, então é o psicólogo que vai dar conta, se o aspecto é material ou está passando por uma carência por falta de coisa, então é com a assistente social; então a gente procura sempre trabalhar em todos os atendimentos de forma unida, juntos, para que ele possa ser visto como ser único que isso é importante para ele e isso também é importante nos trabalhos em grupo.* (Sujeito 2, grifo nosso)

[...] então a gente acaba tendo uma visão mais global daquela família e daquela pessoa, então seria interdisciplinar e é muito rico. (Sujeito 3)

Percebe-se que ambos, embora apresentem formações diferentes, notam que é na interação dos seus saberes, respeitando suas particularidades, que o objetivo maior é alcançado, ou seja, a melhoria da qualidade de vida dos usuários, a conquista ao direito reivindicado, a reflexão crítica da realidade, enfim a busca por uma transformação social que parta das ações coletivas.

Nesta perspectiva, ao partir também do método de Paulo Freire, Fazenda (2003, p. 36) reflete:

[...] uma reflexão verdadeiramente crítica nos possibilitará a compreensão em termos dialéticos das diferentes formas como o homem conhece. Então, há necessidade da superação da compreensão ingênua do conhecimento humano. O pensar crítico leva o homem a se descobrir em situação, a admirar a realidade e assim apropriar-se da temática do conhecimento que não é fixa, por não serem fixas as relações homem-mundo.

Desta forma, entende-se que a interdisciplinaridade deve ocorrer não somente entre os profissionais, mas também entre os profissionais e o indivíduo/o grupo/a família; isto é, entre educador e educando, pois se acredita que é por meio deste trabalho que o sujeito torna-se protagonista da sua história possibilitando transformação. Fazenda (2003, p. 37) referindo-se à relação educador/educando afirma: “[...] o aluno assume o papel de sujeito do conhecimento, através do diálogo com o educador.” No caso da assistência social, os usuários podem assumir e devem assumir o papel de sujeitos.

Logo, assistentes sociais e psicólogos devem compartilhar de conceitos fundamentais, como direitos, autonomia, emancipação e cidadania, para executar um trabalho interdisciplinar.

Para tanto, referenciados nos autores já citados, serão aqui apresentados alguns itens fundamentais para se desenvolver um trabalho socioeducativo interdisciplinar:

- ter uma intervenção e uma prática interdisciplinar que deixe de lado o ordenamento social do capital, que minimiza os espaços de direitos e amplia as ordenações de disciplinas dos corpos;
- pensar o exercício interdisciplinar que ultrapasse o mundo de especializações⁶⁸;
- usar de uma metodologia que envolva a construção de um novo conhecimento a partir da teoria e da prática do assistente social e psicólogo.

Não se deseja aqui desconsiderar os conhecimentos e as práticas já produzidos nas áreas da psicologia e do serviço social, mas “procurar desenvolver ações interdisciplinares que reflitam as experiências do trabalho socioeducativo”, pois “[...] rompidas às fronteiras das

⁶⁸ Ressalta-se que se entende o mundo das especificidades, porém propõe-se a partir da troca entre elas construir novos saberes e práticas.

disciplinas [...] impõe-se considerar que a interdisciplinaridade é condição também da prática social” (CAVALANTE; MORTARA, 2004, p. 94).

Sendo assim, Fraga (2011, p. 187) conclui,

[...] o imperativo é o exercício do diálogo teórico-prático, a ultrapassagem e a destruição das fronteiras e dos muros. Esse exercício por vezes nos abre portas, outras vezes nos faz fechá-las, mas, sobretudo, nos faz circular. No campo social, não é o domínio de determinado conhecimento, não é a delimitação de uma área ou de determinada técnica ou método que traz a especificidade do campo, o que faz a especificidade do campo são as verdade que ele nos coloca, não estamos falando de campos diferentes, estamos falando de fenômenos humanos.

No entanto, neste momento traz-se para o debate a narrativa de um dos sujeitos que, embora sua fala se assemelhe em alguns aspectos com as demais, traz um elemento importante – a intersetorialidade, mesmo sem a intenção de fazê-lo ou dizê-lo.

Como você sabe o trabalho aqui no CRAS muitas vezes é prejudicado por falta de recursos, e um deles seria utilizar a multidisciplinaridade para favorecer nosso trabalho. Vejo hoje o trabalho do CRAS apenas interdisciplinar, apesar de estarmos sempre procurando contato com profissionais de outras áreas. Penso que para o fortalecimento do combate à pobreza e acesso aos direitos, o trabalho socioeducativo é um instrumento eficaz, que deveria ser sempre multidisciplinar, a fim de proporcionar ao grupo maior clareza sobre diversos eixos de estudos e de temas das problemáticas que apresentamos e os indivíduos nos trazem. Enquanto isso não acontece com frequência, buscamos aperfeiçoamento. (Sujeito 6)

A multidisciplinaridade colocada pela assistente social diz respeito à participação de outros profissionais das demais políticas: saúde, educação, cultura, habitação, etc., não se restringindo somente aos assistentes sociais e psicólogos dos CRAS, porém tal elemento constitui a intersetorialidade (integração de vários setores). A assistente social consegue, sem perceber, falar da importância das políticas trabalharem juntas para serem eficazes nas propostas e execução das intervenções para o exercício da cidadania dos indivíduos, famílias e/ou grupos por eles atendidos.

A intersetorialidade pode ser vista como uma alternativa estratégica. Assim, para Magalhães (2004 apud ASSIS, 2012, p. 2), por meio da prática intersetorial é possível superar a realização de ações fragmentadas, sobrepostas e dispersas. No entanto, não basta estabelecer um diálogo entre os diferentes atores envolvidos em políticas complementares para a concretização dessa prática. “É preciso que as políticas tenham um objetivo e um foco

comuns, construídos dialogicamente desde o momento de compreensão do problema a ser superado por elas” (ASSIS, 2012, p. 2).

O autor enfatiza também que a prática intersetorial implica ver o cidadão de forma integrada; assumir o impacto integralizado, coletivizar toda etapa da política pública, e isto se dá logo no planejamento, bem como vai acontecendo se houver compreensão entre a minha ação específica e a transversalidade dos problemas, definindo de forma compartilhada o objetivo em comum (ASSIS, 2012).

Assim,

[...] entende a intersetorialidade como um conceito com diferentes acepções que variam de acordo com as premissas que cada uma delas assume, inclusive a respeito da própria idéia de setor. Para ela, dois pressupostos devem ser assumidos quando da adoção desse conceito. Primeiramente, a busca por soluções integrais, que podem levar ao alcance de objetivos de desenvolvimento mais arrojados. Essa premissa diz respeito a um fundamento político que considera que as políticas públicas devem ser elaboradas e implementadas de maneira intersetorial, sendo que a ideia de setor se relaciona às diferentes áreas institucionais de ação do governo (assistência social, saúde, educação, habitação etc.). Em segundo lugar, pressupõe-se que a articulação entre os setores promove o aproveitamento da especialidade de cada um deles no enfrentamento dos desafios sociais. Nesse caso, assume-se um fundamento técnico: a intersetorialidade possibilita que se partilhe os recursos de cada área da ação governamental e, assim, pode-se desenvolver ações políticas mais efetivas. Esse pressuposto considera, enfim, a ideia de setor de maneira ampliada, como a articulação entre governo, sociedade e mercado (GRAU, 2005 apud ASSIS, 2012, pp. 3-4).

Tal pensamento não estaria de todo desconexo do que já foi abordado, se analisado a partir do que Fazenda (2003, p. 69) comenta quando discorre sobre parcerias e interdisciplinaridade⁶⁹.

A parceria, portanto, pode constituir-se em fundamento de uma proposta interdisciplinar, se considerarmos que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma racional. A parceria numa tentativa de iniciar o diálogo com outras formas de conhecimento a que não estamos habituados e, nessa tentativa, a possibilidade de interpenetração delas.

Todavia, dentro da realidade vivenciada pelos sujeitos da pesquisa, a interdisciplinaridade é tida como essencial para atuações/intervenções, principalmente, no que se refere à consolidação da cidadania, já que estes profissionais trabalham na política de Assistência Social, que tem como objetivo maior garantir o acesso aos direitos.

⁶⁹ Para maiores detalhes sobre o assunto, consultar Fazenda (2002).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se nada ficar dessas páginas, algo pelo menos, esperamos que permaneça: nossa fé nos homens e na criação de um mundo que seja menos difícil de amar. (Paulo Freire)

Nenhuma pesquisa começa por acaso e/ou do nada, pois se está inserido em um contínuo processo que leva a questionar toda a dinâmica da realidade vivenciada.

Assim, ao pensar nas transformações da política de assistência social em sua trajetória histórica, enfatizando a relação profissional-usuário, nota-se como a ação interventiva do trabalhador social torna-se fundamental na execução e consolidação daquilo que é proposto, não só pela política, mas também pelo projeto societário e ético-político das profissões.

Então, ao partir da premissa de que atualmente o trabalho socioeducativo é a referência metodológica desta intervenção, objetivou-se nesse estudo compreender a percepção dos trabalhadores sociais (assistentes sociais e psicólogos) acerca do trabalho socioeducativo realizado com as famílias nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), no município de Pindamonhangaba/SP.

Esta temática poderia ser ingenuamente considerada ponto de relevância apenas para a área do Serviço Social; no entanto, o amplo espaço de atuação da Política de Assistência Social apresenta-se favorável e receptivo às novas demandas de profissionais de diferentes áreas. Logo, este tema precisa ser conhecido, discutido e compreendido, tendo em vista a possibilidade de auxiliar na construção de diretrizes ou, até mesmo, na reavaliação de políticas públicas já existentes no país, levando em conta suas especificidades, principalmente as da assistência social.

Neste sentido, é notório enfatizar que se percebe uma estreita relação entre os processos de financeirização, reestruturação produtiva e reestruturação da proteção social na atual ofensiva capitalista no redirecionamento da proteção social brasileira. Portanto, observa-se a relação entre as particularidades da proteção social na realidade do país e as macrodeterminações do processo de restauração capitalista, levando à hipertrofia da assistência social no Brasil, numa perspectiva de expansão focalizadora e seletiva, assentada nos programas de transferência de renda, o que reflete estratégias de redução dos gastos

sociais, desumanização dos direitos sociais e mercantilização das demais políticas da Seguridade Social.

Contudo, este processo não pode ser inexorável, e não se pode considerá-lo desprovido de contradição, pois se entende que,

[...] a história como resultado de luta de classes e de confronto permanente e coletivo de posições antagônicas entre capital e trabalho e de espaço de resistência. Por isso acreditamos que a superação da crise contemporânea não se dará pela via de uma saída com perspectiva neoliberal, como aconteceu após a crise de 1969/73, nem pela via da regulação keynesiano-fordista, como ocorreu após 1929. A superação de mais uma crise histórica do capitalismo só se dará por meio do fortalecimento das lutas sociais, da organização da classe trabalhadora e da construção de um projeto de sociedade emancipada, em que a emancipação humana signifique socialização da riqueza e fim de todas as formas de mercantilização da vida (BOSCHETTI, 2010, p.83).

Desta forma, identifica-se que muitos são os limites, porém diversas são as possibilidades inscritas no trabalho socioeducativo desenvolvido pelos trabalhadores sociais nos CRAS.

Uma das principais possibilidades aparece nas narrativas logo no primeiro eixo norteador, ou seja, a importância da temática pesquisada, uma vez que o trabalho socioeducativo é visto como peça fundamental na conquista da emancipação/autonomia dos usuários, por meio das atividades desenvolvidas nos CRAS, independentemente de serem realizadas por meio do processo grupal ou não. Deste modo, foi possível compreender que o trabalho desenvolvido exerce “influência” sobre o processo de cultura, conforme propõe Abreu (2002).

As temáticas dos encontros constituem outro elemento significativo encontrado no eixo 2, visto que estas procuram sempre partir do cotidiano dos integrantes a fim de proporcionar a identificação com o grupo e pertencimento a ele, favorecendo a participação, o que consequentemente propiciará mudança mais reflexiva beneficiando, com o tempo, a tomada de consciência individual e coletiva. Nota-se a preocupação em estabelecer uma relação pautada no diálogo, o que vai ao encontro da metodologia de Freire.

Infere-se também que, entre as atividades programadas, uma das reuniões fica a critério dos participantes; quer dizer, o grupo desenvolve o que deseja e se organiza para tanto. Evidencia-se, portanto, que a proposta na qual o grupo se sente com mais liberdade para planejar e agir contribui para realização da metodologia freiriana.

Entretanto, se ressalta que embora tenham a mesma dinâmica, as respostas dos grupos (de mulheres e de jovens) não é a mesma, talvez porque esses grupos tragam vivências e

expectativas diferentes. De outro lado, os profissionais também apresentam abordagens diversas, ainda que o planejamento seja igual para todos os CRAS.

Não se credita somente ao trabalho socioeducativo o alcance da autonomia, do protagonismo e da emancipação política, visto que outras modalidades de participação política são fundamentais (como o partido político ou o movimento social); nas narrativas os trabalhadores sociais apresentam esta afirmação e complementam ratificando que o trabalho socioeducativo alcança a emancipação minimamente.

As colocações dos sujeitos da presente pesquisa demonstram que tais grupos já desenvolveram a consciência de si e caminham para a consciência coletiva; porém, é válido lembrar que tais grupos já estão juntos no mínimo há 2 anos, o que reafirma a processualidade que perpassa toda a política de assistência social e suas particularidades.

O trabalho no CRAS e nos grupos socioeducativos é percebido pelos profissionais como uma atividade interdisciplinar, pois acreditam que esta concebe o indivíduo/família como um todo sem separação de saberes, favorecendo o rompimento do pensar fragmentado e individualizado nas relações sociais impostas pelo contexto contemporâneo do desenvolvimento das forças produtivas, o qual prioriza a supremacia do indivíduo e dos interesses privados sobre o coletivo.

Os profissionais demonstram grande apreço pelos grupos, pois confiam no potencial destes; no entanto, em termos da direção política, observa-se que as ações socioeducativas voltam-se mais para as esferas informativas e reflexivas.

Fica nítido que os profissionais vislumbram os elementos definidores da “pedagogia emancipatória”, mas não conseguem executá-los, pois, na maioria das vezes, o trabalho permanece na pedagogia da “ajuda” psicossocial (individualizada) e/ou quando alcança a perspectiva “participativa”, esta fica muito mais na esfera de integração social e não para o seu questionamento.

Todavia, considera-se que existem algumas questões que comprometem e inviabilizam as ações socioeducativas dos trabalhadores sociais no sentido organizativo independentemente da vontade dos profissionais, quais sejam: os profissionais executam suas atividades voltadas para a agenda do governo Federal e não Municipal; a população atendida, na sua maior parte, advém da demanda espontânea e não de uma ação proativa; o insuficiente quadro de funcionários para execução do trabalho no CRAS; as políticas públicas no Brasil, entre elas, a assistência social, centram-se no princípio da focalização e seletividade nas três esferas do governo; o público atendido embora na sua maioria já esteja em situação de risco ainda tem que passar por um processo seletivo para ser atendido, mesmo quando está no perfil de

elegibilidade; o próprio SUAS por meio da PNAS define que o atendimento deve ser prestado à população em situação de risco, conforme os graus de vulnerabilidade em que se encontra.

Tudo isso impossibilita também a realização da práxis, já que há a dificuldade de o profissional associar o teórico-metodológico ao técnico-operativo, bem como pensar na dimensão ético-política de sua intervenção, em um contexto adverso no que tange às políticas sociais públicas de modo geral.

Logo, destaca-se que a pesquisa responde à sua problemática inicial, já que no decorrer do estudo compreende-se a percepção dos trabalhadores sociais a respeito do trabalho socioeducativo, uma vez que por meio dos eixos norteadores, os quais direcionaram as narrativas, os sujeitos da pesquisa responderam aos objetivos específicos proporcionando consequentemente retorno necessário para suprir o objetivo geral.

Nesta perspectiva, os trabalhadores sociais percebem o trabalho socioeducativo como peça central para realizar seu trabalho. Pode-se dizer ainda que a percepção dos sujeitos de pesquisa sobre o objeto pesquisado condiz com o que as literaturas afirmam, bem como com o que é preconizado nas legislações da política de assistência social no Brasil.

Interessante ressaltar também que foi um desafio “desvendar” o mundo do trabalho socioeducativo, principalmente envolvendo diferentes categorias profissionais, pois a todo momento buscava-se não se posicionar contra ou a favor em relação a nenhuma delas. Além disso, embora se fale muito em socioeducativo no cerne das políticas sociais, pouco se define e caracteriza este conceito; aliás, nem mesmo a própria política de assistência social o faz.

Para concluir, porém não para terminar, muito menos colocar um ponto final na discussão, espera-se que a presente pesquisa proporcione novas inquietações e muitos questionamentos acerca do trabalho socioeducativo nos CRAS, e também sobre todo o arcabouço teórico-prático que o envolve. Por fim, deseja-se que o estudo encetado contribua para a qualificação dos serviços socioassistenciais ofertados pelos trabalhadores sociais, e que isso resulte na autonomia e tomada de consciência dos usuários da política de assistência social a respeito de seus direitos, mesmo porque se acredita que a transformação se dará por meio da mobilização, o que significa uma incessante luta diária e árdua, da qual não se pode desistir.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. R.;VITALE, M. A. F.(Orgs). **Família: redes, laços e políticas**. 2.ed. São Paulo: IEE/PUCSP; Cortez, 2005.

ABREU, A; FÁVARO, C. Demandas do Serviço Social no setor empresarial. **Serviço Social e Revista**, Londrina/PR, v.4, n.1, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.revista.uel.br>> Acesso em 06 jun. 2011.

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Assistência Social, mobilização e educação popular. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O trabalho do/a Assistente Social no SUAS: seminário nacional**. Brasília – DF: CFESS, 2011.

ALMEIDA, L. P. Para uma caracterização da Psicologia social brasileira. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 32, n. spe, 2012 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 mar. 2013.

ALVES, A. A. F. **Os atuais processos de avaliação da política de assistência social no Brasil**. 2007, 328 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ALVES, F. M. S.; REINERT, J. N. Percepções dos coordenadores dos cursos de graduação da UFSC sobre a multidisciplinaridade dos cursos que coordenam. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v.12, n. 4, dez 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 27 nov. 2012.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDREY, A. A. Psicologia na comunidade. In: LANE, S.T.M; CODO, W. (Org.). **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ASSIS, M. A. **Reflexões sobre a Prática Intersetorial: que caminhos? Plano de Capacitação para implementação da NOB-RH**. Disponível em: <http://learning.fundap.sp.gov.br/portal/course/view.php?id=142>. Acesso em 16 out. 2012.

BERETTA, R. C. S. Em busca de uma nova lógica para a assistência social: da singularidade à totalidade. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 18, n. 1, p. 60-68, 2009.

BERHING, E. R. **Brasil em contra-reforma: Desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2006.

_____; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e histórias.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BERNARDES, J. de S. A formação em Psicologia após 50 anos do Primeiro Currículo Nacional da Psicologia: alguns desafios atuais. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 32, n. spe, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500016&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 17 mar. 2013.

BICALHO, L. M.; OLIVEIRA, M. Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da Interdisciplinaridade e a pesquisa em Ciência da Informação. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.16, n. 32, p. 1-26, abril de 2011. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/br/article/view/1518_2924. Acesso 27 nov. 2012.

BOCK, A. M. B. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, 4 (2), 315-329. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v4n2/a08v4n2.pdf> Acesso 21 fev.2012.

_____. A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para La Psicologia atual. **Revista de La Unión latinoamericana de Psicología**, n1, 2004. Disponível em: www.psicolatina.org/Uno/a_perspectiva_historica.html. Acesso em 13 mar. 2013.

BOSCHETTI, I. **Assistência Social no Brasil: um direito entre a originalidade e conservadorismo.** Brasília-DF: GESST/SER/UNB, 2003.

_____.; SALVADOR, E. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n.87, p. 25-57, set.2006. Edição especial

_____. Os custos da crise para a política social. In: BOSCHETTI, et al. (orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos.** São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Ministério da Previdência Social e Assistência Social. Secretaria de Assistência Social. **Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social.** Brasília/DF:MDS, 2002.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília – DF: MDS, 2004.

_____. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS.** Brasília - DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília - DF, 25 Nov. 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Síntese dos Programas Sociais 2011**. Disponível em: < www.mds.gov.br. > Acesso em 07 mar. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF**. Brasília - DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

BRESSAN, S. P.; CARRELLI, E. **O psicólogo e a Assistência Social: desafios do trabalho interdisciplinar na proteção social básica**. Disponível em: < www.ppi.uem.br/camposocial/eventos/i_jornada/054.pdf. > Acesso em 07 mar. 2012.

BRISOLA, E. M. A. **Balanco da Implementação do SUAS na Mesorregião do Vale do Paraíba Paulista: uma leitura interdisciplinar**. Projeto de Pesquisa apresentado a CAPES, 2010.

_____. O trabalho do Assistente Social no Sistema Único de Assistência Social –(Suas): entre a precarização e as demandas do trabalho. **Encontro Nacional em Pesquisa de Serviço Social**, Juiz de Fora-MG, 2012.

CAMPOS, M. S. Fortalecendo Famílias. In: WANDERLEY, M. B. (Org.). **Trabalho com famílias: textos de apoio**. v.2, São Paulo: IEE-PUC, 2004.

CARLOTO, C. M.; LIMA, E. S. Ações socioeducativas: reflexões a partir de Freire. **Emancipação**, Ponta Grossa/PR, v.9, n. 1, p. 127-139, 2009.

CARVALHO, A. M. Projeto de investigação: formação profissional do assistente social no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.14, p.140-143, 1984.

CAVALCANTE, O.; MORTARA, P. C. Interdisciplinaridade no trabalho socioeducativo. In: WANDERLEY, M. B. (Org.). **Trabalho com famílias: textos de apoio**. v.2, São Paulo: IEE-PUC, 2004.

CHAMON, E.M.Q. de O. **As relações entre Psicologia e Educação: história, tendências e perspectivas**. Resenha. Taubaté: [s.n.], 2011.

CHAUÍ, M. S. O que é ideologia, In: Círculo do Livro. **Primeiros Passos**. v. 6. São Paulo: Brasiliense, p. 63-135, 1980.

_____. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CODO, W. Relações de trabalho e transformação social. In: LANE, S.T. M.; CODO, W.(Orgs.). **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na política de Assistência Social**. Cartilha final, 2007. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/cartilhafinal>>. Acesso em 13 jun. 2011.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **V Conferência Nacional de Assistência Social**. Estratégias e Metas para Implementação da Política de Assistência Social no Brasil, Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.br.gov.br/arquivos/File/CNAS-10-direitos-socioassistenciais.pdf>. Acesso em 19 mar. 2013.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA-SP. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Disponível em: www.crspsp.br/portal/orientação/codigo1fr_codigo_etica_new.aspx. Acesso em 13 fev. 2013.

COSTA, C. R. B. S F. É possível construir novos caminhos? Da necessidade de ampliação do olhar na busca de experiências bem-sucedidas no contexto socioeducativo. **Estudos e Pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 2, p. 79-95, 2 sem., 2005.

COSTA, F. D. Pobreza e direitos humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais. **Sur. Rev. Int. direitos humanos**, São Paulo, ano 5, n. 9, p. 88-119, dez. 2008.

COSTA, L. C.; PINTO, R. I. M. Ação educativa do serviço social em empresas privadas. **Emancipação**, Ponta Grossa/PR, v.5, n. 1, p. 37-51, 2005.

_____. Questões sociais e políticas públicas – Tendências atuais do debate. **Revista Políticas Pública**, Pelotas/RS: Universidade Católica de Pelotas, 2007.

COUTO, B. R.; YASBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, B.R. et al (orgs). **O Sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento**. 2. ed.d. São Paulo:Cortez, 2011.

CLARET, A. O Índice de Pobreza Multidimensional. Plano de Capacitação para implementação da NOB-RH. Disponível em: <<http://learning.fundap.sp.gov.br/portal/course/view.php?id=142>> Acesso em 16 out. 2012.

CRUZ, J. M.O. Práticas psicológicas em Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). **Psicologia& Em Foco**, Aracaju, v.2, n.1, jan/jun 2009.

DIMENSTEIN, M. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para prática no campo da assistência pública à saúde. **Estudos de Psicologia**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, n.5, p.95-121, 2000.

EIDELWEIN, K. Psicologia e Serviço Social: uma relação interdisciplinar na direção da produção de conhecimento. **Textos e Contextos**. Porto Alegre, v.6, n. 2, p. 298-313, 2007.

FALEIROS, V. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.24, p.49-69, 1987.

FARAGE, E. Assistência Social, mobilização e educação popular. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O trabalho do/a Assistente Social no SUAS**: seminário nacional. Brasília, CFESS, 2011, p. 259-269.

FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade**, um projeto em parceria, 7 ed., São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **Interdisciplinaridade**: qual o sentido? São Paulo: Paulus, 2003.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: Ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, R.M.C. Educação Permanente: um desafio para o Serviço Social. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre/RS, v. 6, n.1, p. 207-218, jan./jun. 2007.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed. Curitiba/PR: Positivo, 2004.

FILHO, N. A. O debate atual sobre a dependência. **Revista Sociedade Brasileira de Economia Política**. Rio de Janeiro, n. 16, p.32-50, Jun. 2005. Disponível em <http://www.sep.org.br/revista_artigo/revista16R.pdf> Acesso em 12 jun. 2011.

FONTANELE, A. F. G. T. **Psicólogos no SUAS-Sistema Único de assistência Social**: um resgate histórico da inserção da psicologia nesse sistema. V Congresso Norte Nordeste de Psicologia. Anais. Resumo. Maceió, 2007. Publicação online. Disponível em: <<http://www.conpsi5.ufba.br>> Acesso em 25 fev. 2013

_____. **Psicologia e Sistema Único de Assistência Social - SUAS**: estudo sobre a inserção dos psicólogos nos Centros de Referência de Assistência Social-CRAS's. 2008.185f, Dissertação (Mestrado em Psicologia), Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2008. Disponível em <<http://www.googleacademico.com.br>> Acesso em 10 mar. 2013, digitalizado.

FONTANELE, I. C. A política de Assistência Social no Brasil: o foco na família e a questão dos mínimos sociais. **Sociedade em Debate**, Pelotas/RS, v. 13, n. 2, p.153-173, 2007.

FONSECA, F. F.; MELLO, R.; SILVA, V. R. Atuação profissional no SUAS: desafios e possibilidades para os assistentes sociais. **Sociedade em Debate**, Pelotas/RS, v.15, n. 1, 2009.

FORTI, V.; GUERRA, Y. **Ética e Direitos Humanos: Ensaio crítico**. 2 ed. Revisada. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010.

FURLANETTO, E. C. Interdisciplinaridade: um conhecimento construído nas fronteiras. **International Studies on Law and Education – CMOROC- Feusp/ Univ. do Porto**, agosto de 2011.

FRAGA, V. Interdisciplinaridade e Assistência Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O trabalho do/a Assistente Social no SUAS: seminário nacional**. Brasília, CFESS, 2011.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Educação e cidadania. **Revista educação Municipal**. n. 2, São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, M. **Marx: transformando o mundo**. São Paulo: FTD, 1989.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 1999 (Coleção questões de Nossa Época, n. 73).

_____. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 13, n. 2, ago. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 21 jan. 2013.

_____. Cidadania e direitos culturais. **Revista Katálisis**, Florianópolis/SC, v.8, n. 1, p. 15-23, jan/jun. 2005.

GOMES, M. F. C. M. Paulo Freire e o Serviço Social no Brasil: elementos do pensamento freireano para superação do conservadorismo na profissão. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 55-69, 2011.

GOMES, R. et.al. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In. MINAYO, M.C.S., ASSIS, S.G., SOUSA, E.R.(orgs). **Avaliação por**

triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

GRAMSCI, A. **Caderno do Cárcere**. 3.ed. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUARESCHI, P. A. O ensino da psicologia social. In: BERNADES, J.; MEDRADO, B. (Orgs.). **Psicologia Social e Políticas de existência:** fronteiras e conflitos. Maceió/AL: ABRAPSCO, 2009.

GUARESCHI, N. M F. Políticas de identidade: novos enfoques e novos desafios para psicologia social. **Psicologia & Sociedade:** Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social-ABRAPSO, São Paulo, v.12, n. 1, p.110-124, jan./dez. 2000.

GUIMARÃES, C. H., O trabalho socioeducativo sob o olhar da psicologia. In: WANDERLEY, M. B. (Org.). **Trabalho com famílias:** textos de apoio. v.2, São Paulo: IEE-PUC, 2004.

HENRIQUE, R. M.S. Prefácio. In: MINAYO, M. C.S. (org). **Avaliação por triangulação de métodos:** abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1992a.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social.** São Paulo: Cortez, 1992b.

_____. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, 2 ed., Brasília, n.3, jan./jul. 2004.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Estados, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, I et al. (orgs.). **Política social no Capitalismo. Tendências contemporâneas**, São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço social:** Direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

IANNI, O. A questão agrária e as formas do Estado. In: IANNI, O. **As origens agrárias do Estado brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

IBGE, Censo 2007. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em 06 jun. 2011.

IDH, Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em <www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_municípios_Brasil-2000.aspx?indicearccardion=1&li=li_ranking>. Acesso em 21 jan. 2013.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15593> Acesso em 21 jan. 2013.

IPRS, Índice Paulista de Responsabilidade Social. Disponível em: <www..sead.gov.br/projetos/iprs/index.php?page=tabela&action=news&eixo=2&tema=4&variavel=1&nivel0> Acesso em 21 jan. 2013.

KAHHALE, E. M. P. Subjetividade e transformação social. In: WANDERLEY, M. B. (Org.). **Trabalho com famílias: textos de apoio**. São Paulo: IEE-PUC, 2004. 2. v.

KINZO, M. D. A. **A Democratização Brasileira um balanço do processo político desde a transição**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10367.pdf>> Acesso em 22 jan. 2013.

KOSÍC, K. **Dialética do Concreto**. Trad.: Célia Neves e Alderico Torrbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LANE, S. T. M. A psicologia social e uma nova concepção do homem para psicologia. In: _____; CODO, W. (Org.). **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. Consciência /alienação a ideologia no nível individual. In: LANE, S.T. M; CODO, W. (Org.). **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

_____. O Processo Grupal. In: LANE, S.T. M; CODO, W. (Org.). **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2004c.

LANG, A. B. S. G. **História Oral: dúvidas, poucas certezas e uma proposta**. Encontro Regional de História Oral Sudeste, São Paulo: [s.e.],1996.

LENOIR, Y. Três interpretações da perspectiva interdisciplinar em educação em função de três tradições culturais distintas. **Revistas E-Curriculum**, PUCSP, São Paulo, v.1, n.1, 2005, disponível em <<http://www.pucsp.br/ecurriculum>> Acesso em 28 nov. de 2012.

LOPES, M. H. C. O tempo do SUAS. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 87, p. 75-95, set., 2006.

LUIZ, D. E. C. Emancipação Social: fundamentos à prática social e profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 94, p. 335-361, jun., 2008.

MACHADO, A. M. B. Serviço Social e educação-popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 109, jan./mar. 2012.

MANDEL, E. **A crise do capital. Os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ensaio; Campinas/SP: UNICAMP, 1990.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARTIN-BARO, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, janeiro/junho. 1, p7-27, 1977.

MARTINELLI, M. L. (org.). **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1996.

_____. **Serviço social identidade e alienação**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas)

_____.; ENGELS, F. A ideologia alemã (Feuerbach). 10 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso**: Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MAURIEL, A. P. O. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. **Revista Katálisis**, Florianópolis/SC, v.13, n. 2, p.173-180, jul./dez. 2010.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital. Tradução: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Unicamp: Boitempo, 2002.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994 (Coleção temas sociais).

_____. Conceito de avaliação por triangulação de métodos. In: MINAYO, M.C.S., ASSIS, S.G., SOUSA, E.R. (orgs). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

MINAYO, M. C. S. et. al. Métodos, técnicas e relações em triangulação. In: MINAYO, M.C.S., ASSIS, S.G., SOUSA, E.R.(orgs). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

_____. Disciplinaridade, Interdisciplinaridade e complexidade. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa/PR, v. 10, n. 2, p. 435-442, 2010.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e a questão social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, A. E. **Cultura de crise e seguridade social**. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. (org). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília - DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Questão Social e o serviço social: um debate necessário. In: _____.(Org.). **O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao serviço social brasileiro. In. MOTA, A. E (org.). **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2010b.

MOURA, R. R; SANTOS, R. A intervenção do serviço social junto aos movimentos sócio-comunitários: a busca pelo empoderamento e construção de uma nova cultura política. **Emancipação**, Ponta Grossa/PR, v.7, n. 1, p.21-46, 2007.

MUSTAFA, P. S; VILLELA, A. F. Avanços e desafios na implementação do Sistema Único de Assistência Social no município de Franca/SP. **Serviço Social e Realidade**. Franca, v. 18, n. 1, p. 91-116, 2009.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. **Capacitação em serviço social e política social. Módulo 1: Crise Contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social**. Uma análise do serviço Social no Brasil pós-64. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2009a.

_____. Introdução ao método da teoria social. IN. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília - DF: CFESS/ABEPSS, 2009b.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOSELLA, P. Paulo Freire: orgulho dos educadores brasileiros. **Revista Eccos**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 173-182, jan./jun. 2007.

OLIVEIRA, C. A. H; ELIAS, W. F. A dimensão sócio-educativa do Serviço Social: elementos para análise. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v.14, n. 1, p. 41-62, jun. 2005.

_____; _____. As diferentes configurações da dimensão sócio-educativa do serviço Social brasileiro na sua trajetória histórico profissional. **Serviço Social e Realidade**, Franca. v. 17, n. 2, p.61-83, 2008.

OLIVEIRA, H. C. Assistência Social, mobilização e educação popular. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O trabalho do/a Assistente Social no SUAS**: seminário nacional. Brasília - DF: CFESS, 2011.

OLIVEIRA, M. C. S. L.; ARAUJO, C. M. Significações sobre o desenvolvimento humano e adolescência em um projeto socioeducativo. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p.169-194, dez. 2010.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky e o Processo de Formação de Conceitos. In: DANTAS, H; LA TAILLE, Y; OLIVEIRA, M. K. **Piaget, Vygotsky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

OLIVEIRA, C. H.; PINTO, M. M. Política de Assistência Social e cidadania no Brasil hoje: alguns elementos para discussão. **Revista Katálysis**, Florianópolis/SC, v. 8, n.1, p.46-58, jan./jun. 2005.

ORTIZ, F. S. G. Interdisciplinaridade e Assistência Social. In: CONSELHO federal de Serviço Social. **O trabalho do/a Assistente Social no SUAS**: seminário nacional. Brasília – DF: CFESS, 2011.

PEREIRA, C. P.; SIQUEIRA, M. C. A. As contradições da política de assistência social neoliberal. In: BOSCHETTI, et al. (orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, D. A. **De coração nas mãos**: o caráter socioeducativo do projeto Maria Maria - uma proposta da Associação à criança cardíaca e à transplantada do coração (1994-2008). 2010, Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: Universidade Nove de Julho, 2010.

PEREIRA, P. A. A Assistência Social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS. **Ser Social**, Brasília, n. 20, p. 63-84, 2007.

PEREIRA, P. A. P.; STEIN, R. H. Política Social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América latina. In: BOSCHETTI, et al. (orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

PESTANO, C. R.; REIS, C. N. A especificidade da Assistência Social: algumas notas reflexivas. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 1-23, 2006.

PIRES, M. C. Multidisciplinaridade, Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade no Ensino. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v.2, n.2, fev. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14143283199800010&ing=PT&nrm=iso> Acesso em 27 de nov. 2012.

PIRES, M. C. S. Políticas Públicas e Psicologia - uma nova relação sob o paradigma democrático. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 133-156, jan/jun 2008.

PIRES, S. F. S.; BRANCO, A. U. Protagonismo infantil: co-construindo significados em meio às práticas sociais. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 38, dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 21 jan. 2013.

POMBO, O. Epistemologia da Interdisciplinaridade. Disponível em: <www.educ.fc.pt/docentes/opombo/investigação/portofinal.pdf> Acesso em 08 de jul. 2012.

PONTES, R. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e a sua apropriação pelo serviço social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. A categoria de mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social. **Boletín Electrónico Surá**, Universidad de Costa Rica, 1999. Disponível em: <www.ts.ucr.ac.cr/suradoc.htm> Acesso 07 mar. 2012.

_____. **Mediação**: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: Capacitação em serviço Social e política em serviço Social, Módulo 4 – Cead/ABEPSS/CFESS, Brasília, 2000.

PORTELLI, A. Tentado aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: **Projeto de História**: Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, 1981.

_____. **O que faz a história oral diferente**. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. Projeto História. São Paulo. n. 14, fev. , 1997.

_____. **História Oral como gênero**. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. Projeto História. São Paulo. n. 22, jun., 2001.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: www.pnud.org.br/sobrepnud.aspx. Acesso em 21 jan. 2013.

PRADO, G. N. **Avaliação da Implementação dos Centros de Referência de Assistência Social no município de Pindamonhangaba**. Trabalho de conclusão de curso de Pós-Graduação em Gestão Pública do Instituto de Educação Superior de Brasília. Brasília, 2012.

RAICHELIS, R. **Legitimidade popular e poder público**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, dez. 2010.

_____. et al. **O sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2011.

REY, F. G. Lãs categorias de sentido, sentido personal y sentido subjetivo: su evolución y diferenciación in la teoria histórico cultural. **Psicologia Educação**. São Paulo, n.24, sic.bvsalud.org/scielo.php?scrit=sic_arttex&pid=S1414_69752007000100011&.Ing=PT&nrm=ido> Acesso em 07 mar. 2012.

ROMANO, A.P.H. **Entre socialização da informação e organização coletiva: a dimensão socioeducativa na atuação com grupos nos CRAS em São José do rio Preto**.2009. 238 f., Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho, 2009. Disponível em <HTTP://www.googleacademico.com.br> Acesso em 06 jun. 2011, digitalizado.

SAVIANI, D. O nó do ensino de 2º grau. **Bimestre**, São Paulo: MEC/INEP-CENAFOR, n. 1, out. 1986.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In:_____.(Org.). **Psicologia Social. As Armadilhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 4 ed , Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

SEAD, Fundação Sistema estadual de Análise de Dados. Disponível em: www.sead.gov.br/produtos/imp/index.php?page=consulta&action=ano_save#0> Acesso em 21 jan. 2013.

SENRA, C. M.G.; GUZZO, R.S.L. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia & Sociedade**, 24(2), p. 293-299. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822012000200006...sci> Acesso em 30 de nov. 2012.

SILVA E SILVA, M. O.; YAZBEK, M.C; GIOVANNI, G. di. **A Política Social brasileira no século XXI. A prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálisis**, Florianópolis/SC, v.13, n.2, p. 15-163, jul./dez. 2010.

SILVA, I. et al. Reestruturação Produtiva e Hipertrofiação da Assistência Social: a ofensiva do capital no Brasil. **Revista Temporalis**, Brasília, n.20, p. 167-196, jul./dez. 2010.

SILVEIRA, J. I. Sistema Único de Assistência Social: institucionalidade e processos interventivos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.98, p.115-131, 2009.

SPOSATI, A.O.; et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 6 ed. São Paulo:Cortez, 1995.

_____. **A vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez,1998.

_____. Desafios para avançar a política de assistência social no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.68, p.54-82, 2001.

_____. Os princípios e diretrizes do SUAS. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.78, p.160-183, 2004.

TEIXEIRA, A. F. G. **Psicologia e Sistema Único de Assistência Social - SUAS**: Estudo sobre a inserção dos psicólogos nos Centros de Referência da Assistência Social. 2008, 185 f., Dissertação (Mestrado em Psicologia). Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2008.

TEIXEIRA, F.; OLIVEIRA, M. (orgs). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**. As novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Uece, 1996.

TELLES, V. S. Pobreza e Cidadania: Dilemas do Brasil Contemporâneo. **Caderno CRH**, n.19.1993. Disponível em: <http://search.babylon.com/?q=pobreza+e+cidadania*&babsrc=nt_ss&s=web&rlz=0&as=0&ac=291> Acesso em 05 jun. 2012.

_____. Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil moderno, In: TELLES, V.S. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: USP, 2001.

TORRES, M. M. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio-educativo. **Serviço Social em revista**, Londrina, 2009. Disponível em: < www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevistas/article/view/10060/8789. Acesso em 29 ago. 2011.

TRANSPADINI, R. Elementos Estruturais da Educação Popular e os Movimentos Camponeses do Brasil. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 84-114, 2010.

TUMULO, P. S. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? **Educação e Sociedade**, v.26, n.90, p. 239-265, jan/abr. 2005. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 30 de nov. 2012.

VIEIRA, E. **Estado e Miséria Social no Brasil**: de Getulio a Geisel. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

VINAGRE, M. Ética, Direitos e Projeto profissional Emancipatório. In. FORTI, V.; GUERRA, Y. **Ética e Direitos**: Ensaios críticos. 2 ed. Revisada. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010.

YAMAMOTO, O. Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectiva e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia&Sociedade**, n.19, p.30-37, 2007.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. Estado e políticas Sociais. Política Social e Serviço Social: elementos históricos e debate atual. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro: UFRJ, v.18, n.1, 2008.

APÊNDICE I

A) Roteiro de entrevistas para os profissionais:

1. Significado do trabalho socioeducativo na Política de Assistência Social para os profissionais do CRAS;
2. Como se efetiva o trabalho socioeducativo no CRAS – conteúdos trabalhados, tipos de abordagem;
3. Perspectiva emancipatória do trabalho;
4. Trabalho interdisciplinar como eles veem e acontece.

APÊNDICE II**Instrumento de Coleta de Dados – Perfil dos sujeitos****A) Profissionais**

Data da entrevista: ____ / ____ / ____ Entrevistado: _____

CRAS: _____

Nome: _____

Telefone: _____

Profissão: _____

Ano de Formação: _____

Instituição de ensino: _____

Vínculo empregatício: _____

Salário: _____

Carga horária: _____

Função desempenhada: _____

Tempo de trabalho com grupos socioeducativos: _____

Participação em: () Associação () Sindicato () Conselhos qual? _____

() Movimentos Sociais () outros, qual? _____

() nenhum

APÊNDICE III

PLANEJAMENTO DAS REUNIÕES RENDA MÍNIMA E RENDA CIDADÃ 2012

EIXO 1 – EU E O OUTRO/ NOSSOS RELACIONAMENTOS (Fevereiro/Março/Abril/Maio)

OBJETIVO GERAL: Desenvolver e aprofundar a percepção de si e dos outros.

OBJETIVO ESPECÍFICO: Possibilitar a reflexão sobre si e sobre a importância do reconhecimento da autoestima para o estabelecimento de vínculos positivos consigo mesmo; Levar os participantes ao autoconhecimento e a desenvolver confiança e flexibilidade no relacionamento interpessoal.

EIXO 2 – AUTONOMIA (Junho/Julho/Agosto/Setembro)

OBJETIVO GERAL: Desenvolver uma percepção mais crítica do mundo em que vivemos, sensibilizando sobre a necessidade de sermos ativos em nossa vida, agindo com mais autonomia e liberdade de pensamento.

OBJETIVO ESPECÍFICO: Sensibilizar o grupo sobre a importância de termos um “projeto de vida”. E convidar o grupo a elaborar um projeto de vida pessoal e a refletir sobre as diversas áreas de nossa vida no sentido de como elas estão e que estratégias podemos usar para levá-las à condição que gostaríamos no futuro; Desenvolver o conceito do “ser político” entre os participantes, no sentido de termos um pensamento crítico sobre nossa realidade, para que possamos conhecer os meios, saber encontrá-los e como usá-los para gerir nossa vida com autonomia.

TEMA	META	ATIVIDADE	RECURSOS HUMANOS	MATERIAIS	CRONOGRAMA
Minha vida pelas figuras.	Reflexão sobre si próprio e sua forma de estar no mundo, exteriorizando	- Individualmente, solicitar que os participantes pensem a história da sua vida (familiar, afetiva,	-Técnicos do CRAS	- Figuras diversas(pessoas, formas, animais) de	Reunião de fevereiro

	seus sentimentos com o auxílio da arte gráfica.	profissional), por aproximadamente 10 minutos. - espalhar figuras pelo chão (ou mesa grande) para que cada um procure aquela com que mais se identifica. - Importante, nesta técnica, ter disponível muito maior número de figuras do que de participantes, para que fiquem à vontade na escolha. - Sucintamente, solicitar que cada participante conte a história de sua vida através da figura, quando dirá o que chamou sua atenção sobre ela. - Pontos para discussão: <ul style="list-style-type: none"> • Como você se sentiu ao realizar a atividade? • Como foi falar de você para o grupo? • Como foi ouvir os colegas falando sobre suas vidas? 		jornais; revistas em branco e preto ou colorido; - Papel sulfite; - Canetas hidrográficas; - Cola; - Tesouras.	
Relaciona- mento familiar	Refletir o relacionamento entre os membros da família.	1- Dinâmica: Bexiga (ANEXO 1); 2- Debater com o grupo novas configurações da família (ANEXO 2); 3- Encerramento: Música Família – Titãs (ANEXO 3).	Técnico do CRAS	ANEXOS 1, 2 e 3 Bexigas Aparelho de som e CD com música	Reunião Março
Relaciona- mento comunitá- rio	Discutir o relacionamento comunitário.	1- Dinâmica: “rede” (ANEXO 4). 2- Refletir a interface entre o relacionamento familiar e o comunitário; e como esses se influenciam mutuamente (ANEXO 5). 3- Texto: Vestido azul (ANEXO 6)	Técnico do CRAS	ANEXOS 4,5 e 6 Barbante.	Reunião Abril

ELAS					Reunião Maio
Visão de mundo	Possibilitar o contato dos participantes, com elementos presentes em seu universo (seus valores, opiniões, sonhos, história de vida) e a expressão destes.	Construção de um “documentário” com relatos das histórias de vida de alguns beneficiários: 1) Filmagem dos relatos a partir de um roteiro semidirigido. (essa poderá ser feita na casa dos participantes se houver essa possibilidade). Apresentação do vídeo produzido e discussão sobre o tema.	Técnicos do CRAS e profissional para a edição final do vídeo	Folhas de sulfite, canetas e lápis, equipamentos para gravação audiovisual. Equipamento para exibição do vídeo (televisão e DVD ou projetor)	Reunião de junho
Ser Político	Favorecer o desenvolvimento do senso crítico sobre a vida do participante e maior consciência sobre sua condição de cidadão no mundo.	1. Fazer uma reflexão sobre a necessidade de sermos mais críticos em relação à realidade que vivemos; 2. Desenvolver um pouco mais de compreensão sobre os fatores (determinantes) que influenciam nossa vida no dia a dia. 3. Aprofundar a consciência sobre a participação social e coletiva em prol da melhoria das condições de vida.			Reunião de Julho
Projeto de Vida	Sensibilizar sobre a importância de se ter um projeto de vida e a necessidade de estar sempre o atualizando.	1. Fazer um <i>brainstorm</i> com apoio do Flip Chart, registrando as ideias das participantes acerca do que entendem por ‘projeto de vida’; 2. Associar as ideias trazidas com o modelo de ‘projeto de vida’ a ser compartilhado com o grupo, lembrando que não existe uma forma única de fazê-lo. O mais importante é usar a criatividade; 3. Distribuir o modelo de ‘projeto de vida’ (ANEXO) e dividir o	Técnicos do CRAS	Flip Chart. Cópias do modelo de projeto de vida.	Reunião agosto

		grupo em subgrupos para iniciar uma confecção coletiva de um 'projeto de vida' para cada participante.			
ELAS					Reunião setembro
PASSEIO					Passeio Outubro
AVALIAÇÃO					Reunião Novembro/ Avaliação
FESTA					Reunião Dezembro

PLANEJAMENTO DAS REUNIÕES AÇÃO JOVEM 2012

EIXO 1 – FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

OBJETIVO GERAL: Levar os jovens a reconhecer a importância do estabelecimento e manutenção de vínculos saudáveis, seja consigo, com a família e com a comunidade.

OBJETIVO ESPECÍFICO: Vivenciar a comunicação espontânea entre os jovens do grupo, facilitando a integração entre eles; Mobilizar o jovem para perceber-se como ser único e diferente dos demais, permitindo a reflexão e a expressão dos sentimentos referentes à sua pessoa; Levar o jovem a uma reflexão e à expressão desta através da escrita; Estimular o jovem à reflexão de seu relacionamento com a família, seus sentimentos e atitudes; Promover a reflexão sobre os valores familiares e sua influência no comportamento do jovem em seu dia a dia.

EIXO 2 – ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

OBJETIVO GERAL: Orientar os jovens acerca do processo que envolve a escolha de uma profissão através de informações e ferramentas que o ajudem neste momento da vida.

OBJETIVO ESPECÍFICO: Possibilitar debates sobre os sentimentos que permeiam o momento da escolha profissional; Informar sobre as influências presentes nas identificações das escolhas; Fornecer ferramentas que auxiliem e facilitem o processo da escolha profissional; Desmistificar o valor que o senso comum atribui aos testes vocacionais.

EIXO 3 – ADOLESCÊNCIA E SEXUALIDADE

OBJETIVO GERAL: Possibilitar uma reflexão sobre questões voltadas à adolescência, orientando e informando sobre algumas vulnerabilidades.

OBJETIVO ESPECÍFICO: Conversar sobre o que é ser adolescente atualmente; Possibilitar a reflexão acerca das transformações ocorridas entre a infância e a adolescência; Refletir

sobre os mitos relacionados à anatomia, fisiologia, anticoncepção e a doenças sexualmente transmissíveis (DST).

TEMA	META	ATIVIDADE (OFICINA/PASSEIO)	RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CRONOGRAMA
Cumprimentos não convencionais	Acolhimento e aproximação entre os jovens.	<p>1- O facilitador solicita que todos fiquem em pé e caminhem livremente; em determinados momentos, abaixa o volume da música, enquanto fala, sugerindo cumprimentos não convencionais com a utilização de várias partes do corpo. Exemplos: joelhos com joelhos, pés com pés, cabeça com cabeça, cotovelo com cotovelo, joelho direito com joelho esquerdo, etc.</p> <p>2-Explica: ao se cumprimentarem, os participantes estabelecem uma conexão de olhar e falam. Exemplos: Boa tarde. Olá, como vai? Eu sou ... Lembra-se de mim? Do que você mais gosta? etc.</p> <p>3-Pode sugerir que os participantes criem formas diferentes de se comunicar.</p> <p>4-Pode indicar um cumprimento a dois, a três ou número maior de participantes.</p>	-Técnicos do CRAS	1-crachás de identificação; 2-canetas hidrográficas; 3-aparelho de som; 4-CD com músicas	1ª reunião de fevereiro
Eu sou alguém	-Compartilhar com o grupo sentimentos e percepções em relação a si mesmo; - Desenvolver confiança em si e no grupo e um vínculo positivo com o facilitador.	<p>1-Grupo em círculo, sentado.</p> <p>2-Distribuir uma folha de papel e um lápis para cada participante, pedindo que listem, no mínimo, dez características próprias. Tempo.</p> <p>3-Solicitar que virem a folha, dividam-na ao meio e classifiquem as</p>	-Técnicos do CRAS	- Papel sulfite; - Canetas.	1ª reunião de fevereiro

		<p>características listadas, colocando de um lado as que facilitam a sua vida e do outro as que dificultam. Tempo.</p> <p>4-Formar subgrupos para partilhar as conclusões individuais.</p> <p>5-Plenário – compartilhar com o grupo as descobertas feitas sobre si mesmo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O que descobriu sobre si mesmo realizando a atividade? • Qual a característica própria que você mais aprecia? Qual a que lhe desagrada? • Quais as características mais comuns ao grupo. 			
Varal poético	<p>-Facilitar a autoexpressão através da poesia.</p> <p>-Levá-los a experienciar novas formas de expressão.</p>	<p>1-Solicitar na semana anterior que os jovens escrevam individualmente uma poesia de aproximadamente 10 linhas para responder à pergunta: Quem sou eu?</p> <p>2-Pode-se sugerir os seguintes formatos: metafórico, acróstico, versos, etc. Exemplos anexos.</p> <p>3-Solicitar que cada um exponha seu trabalho para o grupo, pendurado em um varal previamente montado.</p> <p>4-Discutir em plenária o significado do trabalho. Exemplos: O que foi mais difícil para a realização do trabalho? Quais sentimentos surgiram? Do que mais gostaram? Descobriu coisas a seu respeito? etc.</p>	<p>-Técnicos do CRAS;</p> <p>-Jovens do programa.</p>	<p>- Barbante para o varal;</p> <p>- Fita adesiva;</p> <p>- Papel sulfite;</p> <p>- Caneta.</p>	2ª reunião de fevereiro
Autorretrato desenhado	-Aprofundar a percepção	1- Grupo em círculo, sentado.	-Técnicos do CRAS	-Papel sulfite; -lápis;	1ª reunião de março

	<p>de si mesmo; -Perceber as motivações que interferem nos pensamentos, sentimentos e ações em relação à família.</p>	<p>2- Solicitar que desenhem na folha de papel uma figura humana de frente, da cabeça aos pés. Ao terminar, colocar o desenho no chão à sua frente. Olhar para a figura, entrar em contato com ela, dar-lhe uma identidade, uma vida e um nome.</p> <p>3- Pedir a todos que, juntos, cada um no seu desenho, respondam por escrito as solicitações que lhe serão feitas, descritas a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Saindo da cabeça do personagem, fazer um balão; anote nele três ideias sobre sua família que ninguém irá modificar; • Saindo da boca, fazer um balão com uma frase que foi dita, e da qual se arrependeu, e outra frase que precisa ser dita e ainda não foi (em relação a algum familiar); • Do coração, sair uma seta, indicando três paixões em sua família que não vão se extinguir. Chamar a atenção do grupo para o fato de que o objeto da paixão não precisa necessariamente ser alguém, podendo tratar-se de uma 		<p>-canetas hidrográficas.</p>	
--	---	--	--	--------------------------------	--

		<p>ideia, uma atividade, etc;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Na mão direita do personagem, escreva um sentimento que este tem disponível para oferecer a sua família; • Na mão esquerda, escrever algo que ele tem necessidade de receber de sua família; • No pé esquerdo, escrever uma meta que deseja alcançar envolvendo sua família; • No pé direito, escrever os passos que todos da família devem dar para alcançar essa meta. <p>4- Quando todos terminarem o que foi solicitado, pedir que mantenham contato com o personagem desenhado, procurando os pontos semelhantes e diferentes entre o sujeito do desenho e a pessoa que o desenhou. Escrever no verso da folha as semelhanças e diferenças encontradas.</p> <p>5- Plenário:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar para o grupo o seu personagem, na terceira pessoa; • Falar das semelhanças e das diferenças que o ligam a ele; • O facilitador pontua os 			
--	--	---	--	--	--

		aspectos importantes nas falas de cada participante.			
Valores Familiares	-Identificar valores e mensagens transmitidas pela família.	<p>1- Grupo sentado, em círculo.</p> <p>2- Distribuir ficha de trabalho e lápis, pedindo que respondam individualmente as questões contidas na ficha.</p> <p>3- Dividir o grupo em cinco subgrupos. Cada subgrupo fica responsável por uma das questões da ficha de trabalho.</p> <p>4- Solicitar a cada subgrupo que discuta as respostas individuais à questão que lhe coube, registrando os pontos comuns. Tempo.</p> <p>5- Cada subgrupo apresenta suas observações.</p> <p>6- Plenária- comentar os pontos de discussão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Que valores são especialmente importantes para a sua família? • O que lhe chamou a atenção de tudo o que ouviu? • Como se sente em relação à diversidade de valores do grupo? <p>7- Fechamento: O facilitador ressalta para o grupo que os valores que possuímos influenciam nossas atitudes, decisões e comportamentos. Nenhum ser humano vive sem o núcleo de princípios interiores que orienta sua interpretação no mundo dando sentido e direção</p>	-Técnicos do CRAS	-Ficha de trabalho; -Papel sulfite; -Canetas.	2ª reunião de março

		<p>a sua vida.</p> <p>Descrição da ficha de trabalho:</p> <p>- O que sua família pensa sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ter bom desempenho na escola? • Participar de grupos sociais, grêmio estudantil, etc.? • Ter um emprego? • Ter relações sexuais? • Ter religião? • Respeitar as leis? 			
Árvore genealógica	-Estimular o jovem a ter contato com a história de sua família.	<p>- Entregar aos jovens o modelo da árvore genealógica em reunião anterior, explicando que devem conversar com seus parentes para construí-la e trazer na próxima reunião para apresentação ao grupo.</p> <p>- Solicitar que o jovem compartilhe com o grupo como foi a experiência de conhecer um pouco mais da história de sua família e sua origem.</p> <p>- Pedir que cada um relate curiosidades e acontecimentos que tiveram oportunidade de conhecer por meio da atividade proposta.</p> <p>- Levantar possíveis pontos comuns entre as histórias das famílias do grupo.</p> <p>- O facilitador encerra solicitando que cada um cite o que foi mais fácil e difícil durante a pesquisa.</p> <p>- Levar a uma reflexão sobre a importância da convivência familiar na formação da personalidade e para uma postura saudável perante a sociedade.</p>	- Técnicos do CRAS - Jovens do Programa	- Papel sulfite; - Canetas	3ª reunião de março

<p>Relacionamen- to com a comunidade</p>	<p>Possibilitar a expressão e a reflexão sobre o local em que se mora e as relações que se constroem neste.</p>	<p>Realização de atividades que visam à construção de “mapas afetivos”:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Desenho: solicita-se que cada participante elabore individualmente um desenho que represente a forma de ver, representar ou sentir o bairro em que mora. 2. Significado do desenho: solicita-se que cada participante expresse os significados que atribui ao desenho. 3. Sentimentos que o desenho desperta: solicita-se que cada participante nomeie que sentimentos o desenho desperta nele. 4. Construção de palavras-síntese: solicita-se que cada participante escolha seis palavras que resumam seus sentimentos em relação ao desenho. 5. Perguntas sobre o bairro: abre-se discussão no grupo sobre o bairro em que os participantes moram. Sugerem-se as seguintes questões para mobilizar a discussão: <ol style="list-style-type: none"> a) Caso alguém lhe perguntasse o que pensa sobre o seu bairro, o que você diria? b) Se você tivesse que fazer uma comparação do bairro com algo, com que você o compararia? Por quê? c) Do que você gosta no bairro? d) Do que você não gosta no bairro? e) O que você mudaria no bairro? 6. Caminhos pelo bairro: solicita-se aos participantes que descrevam os caminhos que percorrem frequentemente pelo bairro, indicando nomes 	<p>Técnicos do CRAS</p>	<p>Folha de sulfite, canetas e lápis, lápis de cor/ canetinha/ giz de cera</p>	<p>1ª reunião de abril</p>
---	---	---	-------------------------	--	----------------------------

		<p>de lugares de origem e destino, detalhes que chamam a atenção durante o trajeto e finalidade</p> <p>7. Lugar(es) que representa(m) o bairro: atribui-se aos participantes a tarefa de indicar, coletivamente, um ou mais lugares que representem o bairro em que estes residem.</p> <p>8. Participação em grupos: solicita-se aos participantes que falem sobre a sua participação em grupos e em atividades realizadas no bairro em que estes residem.</p> <p>(Bibliografia consultada anexa)</p>			
Relacionamen- to com a comunidade	<p>Possibilitar a expressão e a reflexão sobre o local em que se mora e as relações que se constroem neste.</p>	<p>A partir dos “mapas afetivos” construídos, o coordenador deverá realizar uma devolutiva ao grupo das expressões afetivas identificadas durante as atividades, buscando agrupá-las nas seguintes categorias:</p> <p>a) Pertencimento = expressões de identificação com o lugar;</p> <p>b) Agradabilidade = expressões de vinculação com o lugar e expressões de suas qualidades positivas;</p> <p>c) Contrastes = expressões de percepções e sentimentos contraditórios sobre o lugar;</p> <p>d) Insegurança = expressões de sentimentos que envolvam situações inesperadas, instáveis e até negativas sobre o lugar.</p> <p>Por fim, abre-se espaço para que os participantes discutam estas categorias e</p>	Técnicos do CRAS		2ª reunião de abril

		construam propostas de ação para fortalecimento dos aspectos positivos apontados e de transformação dos aspectos negativos, de modo a implicá-los na construção de sua comunidade.			
ELES					3º reunião abril
PASSEIO					1ª reunião maio
Visão de mundo	Possibilitar o contato do jovem com elementos presentes em seu universo (seus valores, opiniões, sonhos, história de vida) e a expressão destes.	Construção de um “documentário” com relatos das histórias de vida dos jovens: 1. Elaboração de roteiro (semidirigido) pelos jovens; 2. Divisão do grupo em subgrupos; 3. Filmagem dos relatos	Técnicos do CRAS e profissional para a edição final do vídeo	Folhas de sulfite, canetas e lápis, equipamentos para gravação audiovisual	2ª reunião de maio
ELES					3ª reunião de maio
Visão de mundo	Possibilitar o contato do jovem com elementos presentes em seu universo (seus valores, opiniões, sonhos, história de vida) e a expressão destes.	Apresentação do vídeo produzido e discussão sobre o tema	Técnicos do CRAS	Equipamento para exibição do vídeo (televisão e DVD ou projetor)	1ª reunião de junho
Ser Político	Desenvolver	<i>Sugestão 1:</i> Discutir o	Técnicos	Flip chart e	2ª reunião

	a consciência dos jovens sobre política, participação e cidadania, aproveitando o ano eleitoral.	que faz um vereador e um prefeito. Verificar datas de tirar título de eleitor. Elaborar com o grupo um modelo de entrevista e pedir que eles entrevistem um candidato, levantando as propostas para a região. <i>Sugestão 2:</i> Discutir o que faz um vereador e um prefeito. Verificar datas de tirar título de eleitor. Fazer um debate em que os adolescentes serão candidatos (3 chapas com prefeito e vice). Os demais devem questionar e votar. Pedir que eles pesquisem as propostas dos candidatos em panfletos, internet, comitês, comícios, etc., para apresentar na próxima reunião.	do CRAS	material gráfico	junho
ELES					3ª reunião de junho
Ser Político	Continuação do encontro anterior	<i>Sugestão 1:</i> Apresentar as entrevistas. Elaborar um mural com as respostas de cada candidato. Estabelecer comparações e debater. <i>Sugestão 2:</i> Apresentar as propostas dos candidatos pesquisadas em panfletos, internet, comitês, comícios, etc. e debater com o grupo.	Técnicos do CRAS	Flip chart e material gráfico	1ª reunião de Julho
Projeto de Vida	Contribuir na elaboração do projeto de vida, estabelecendo relação entre o sonho e as	<i>Aquecimento:</i> Embrulhar 6 caixas de papelão, uma dentro da outra, e na última colocar uma caixa de biscoitos do tipo Bis. Entregar o pacote para uma pessoa e pedir que	Técnicos do CRAS	6 caixas vazias, 2 caixas de biscoitos Bis, tabela impressa, lápis e flip chart	2ª reunião de julho

	estratégias para realizá-lo	<p>ela passe para a outra pessoa. e assim sucessivamente, de acordo com as seguintes perguntas: a) Quem vai tirar boa nota no ENEM e conseguir bolsa do PROUNI?; b) Quem vai ser um empresário?; c) Quem vai salvar vidas?; d) Quem vai construir casas?; e) Quem vai ensinar pessoas?; f) Quem vai ser um artista?. Ao chegar na última o participante receberá as caixas e terá os biscoitos para dividir com os demais. Em cada questão, estimular a reflexão sobre as características pessoais e possibilidades de atuação profissional: empreendedorismo, artes, exatas, humanas e biológicas.</p> <p><i>Atividade:</i> Distribuir uma tabela para cada adolescente (Anexo I). Pedir que, em dupla, eles conversem e reflitam sobre como está a vida em cada um dos seguintes aspectos: família, amizade, trabalho, estudo e lazer; depois, refletir sobre como eles querem que esteja a vida quando tiverem 30 anos; por último, refletir o que eles precisam fazer para chegar aonde querem. Discutir com o grupo e anotar no flip chart as estratégias para atingir os objetivos.</p>			
ELES					3ª reunião de julho

PASSEIO					1ª reunião de agosto
Projeto de Vida	Continuação do encontro anterior	Apresentação do filme: Escritores da Liberdade	Técnicos do CRAS		2ª reunião de agosto
ELES					3ª reunião de agosto
Escolha Profissional	Levá-los a refletir sobre os sentimentos que envolvem o processo da escolha profissional; Orientar e dar ferramentas que os auxiliem nesta difícil tarefa.	1- Apresentar o tema e dividir o grupo em subgrupos de acordo com o ANEXO 1; 2- Debater com o grupo as questões respondidas; 3- Apresentar o roteiro e orientar sobre o seu preenchimento (ANEXO 2).	Técnicos do CRAS	ANEXOS 1 e 2. Textos de apoio 1, 2, 3, 4 e 5 Xerox do ANEXO 2 para cada jovem.	1ª reunião de setembro
Para que servem os testes vocacionais?	Possibilitar a realização de um teste vocacional; Esclarecer sua real função; Ampliar o conhecimento do jovem acerca de seus interesses, habilidades e identificações.	1- Explicar o que será realizado, de acordo com o ANEXO 3. 2- Orientar e distribuir as cópias dos testes vocacionais (ANEXO 4 – opção 1, 2 ou 3)	Técnicos do CRAS	Xerox do ANEXO 4 para cada jovem; Canetas.	2ª reunião de setembro

ELES					3ª reunião de setembro
Adolescência	Clarear a respeito de alguns medos, fantasias; Esclarecer dúvidas sobre as questões ligadas à adolescência.	1- Aplicar a dinâmica: “Descobrimo a adolescência” (ANEXO V).	Técnicos do CRAS	Folhas de sulfite, pincel atômico e/ou canetinha, para cada participante.	1ª reunião de outubro
Sexualidade	Ampliar o conhecimento sobre questões relacionadas à anatomia, fisiologia, anticoncepção e doenças sexualmente transmissíveis.	1- Aplicar a dinâmica: “Jogo dos mitos e realidade” (ANEXO VI).	Técnicos do CRAS	Tiras de papel com frases escritas (ANEXO VII) e quadro-negro ou folhas grandes de papel, caneta para os grupos e pincel atômico.	2ª reunião de outubro
PASSEIO					1ª reunião de novembro
Entretenimen- to entre os CRAS					2ª reunião de novembro
AVALIAÇÃO					3ª reunião de novembro

FESTA					Dezembro / FESTA

ANEXO I



PRPPG-Pro-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Comitê de Ética em Pesquisa
Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro Taubaté-SP 12020-040
Tel. (12) 3625 4143 - 3635 1233 Fax: (12) 3632 2947
cepunitau@unitau.br

DECLARAÇÃO Nº 530/11

Protocolo CEP/UNITAU nº 508/11 (Este número de registro deverá ser citado pelo pesquisador nas correspondências referentes a este projeto)


Projeto de Pesquisa: *O trabalho socioeducativo no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o novo paradigma da assistência social*

Pesquisador(a) Responsável: Juliana Alves Barbosa

Pesquisador(es) Aluno(s):

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião de **11/11/2011**, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 196/96, considerou o Projeto acima **Aprovado**.

Taubaté, 06 de dezembro de 2011


Prof. Robison Baroni
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté

ANEXO II**OFÍCIO**

Pindamonhangaba, _____ de _____ de 2011.

Prezado(a) Senhor(a)

Somos presentes a V.S. para solicitar permissão de realização de pesquisa pela Aluna Juliana Alves Barbosa, do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté, trabalho a ser desenvolvido durante o corrente ano 2011, intitulado **“O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NO SUAS E O NOVO PARADIGMA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL”**. O estudo será realizado com 9 sujeitos sendo: 1(um) coordenador; 2 (dois) assistente sociais; 2 (dois) psicólogos(as) que atuam no Sistema Único da Assistência Social e 4 (quatro) usuários dos CRAS do Município, sob orientação da prof^a. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola.

Para tal, será realizada entrevista através de um instrumento elaborado para este fim, junto à população a ser pesquisada. Será mantido o anonimato dos profissionais e dos usuários.

Ressaltamos que o projeto da pesquisa passou por análise e aprovação do comitê de ética em pesquisa da Universidade de Taubaté e foi aprovado sob o CEP/UNITAU nº.508.

Certos de que poderemos contar com sua colaboração, solicitamos a gentileza da devolução do Termo de Autorização da Instituição devidamente preenchido e colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos no Programa de Pós-graduação da Universidade de Taubaté, no endereço R. Visconde do Rio Branco, 210, CEP 12.080-000, telefone 3625-4100, ou 81394835 (pesquisadora). No aguardo de sua resposta, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Juliana Alves Barbosa

Ilmo(a). Sr(a): _____

Diretor(a): _____

ANEXO III

Termo de Autorização da Instituição

De acordo com as informações do ofício _____ sobre a natureza da pesquisa intitulada “**O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NO SUAS E O NOVO PARADIGMA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**” e do propósito do trabalho a ser executado pela aluna do curso de Mestrado em Desenvolvimento Humano Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté, após a análise do conteúdo do projeto da pesquisa, a Instituição que represento autoriza a realização de entrevistas com 01 coordenador, 02 assistentes sociais e 02 psicólogos que atuam nesta Prefeitura. Será mantido o anonimato dos profissionais.

Nome da Aluna: Juliana Alves Barbosa.

Nome da Organização: Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba.

CNPJ da Organização: _____

Nome, cargo e assinatura do Representante legal da Instituição

ANEXO IV

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a) em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: **O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NO SUAS E O NOVO PARADIGMA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Pesquisadora Responsável: Juliana Alves Barbosa

Telefone para contato: (12) 81394835

Orientadora Responsável: Profª Drª Elisa Maria Andrade Brisola

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, cujo objetivo é compreender a percepção dos trabalhadores sociais (assistentes sociais e psicólogos) acerca do trabalho socioeducativo realizado com as famílias nos Centros de referência de Assistência Social. Os dados serão coletados por meio de entrevista, que terão eixos norteadores. As entrevistas serão gravadas em áudio, posteriormente transcritas e, após, apagadas do gravador.

As informações serão analisadas e transcritas pelo pesquisador, não sendo divulgada a identificação de nenhum depoente. O anonimato será assegurado em todo o processo de pesquisa, bem como no momento das divulgações dos dados por meio de publicação em periódicos e/ou apresentação em eventos científicos. O depoente terá o direito de retirar o consentimento a qualquer tempo.

Nome e Assinatura da pesquisadora _____

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo **O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NO SUAS E O NOVO PARADIGMA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**, como sujeito. Informo que fui devidamente informado(o) e esclarecido(o) pela pesquisadora Juliana Alves Barbosa sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. E, ainda, foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____/_____/_____.

Nome: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____